

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ**

**CLAUDINÉIA MARIA VISCHI AVANZINI**

**AS ORIGENS DO HOSPITAL DE CRIANÇAS. SAÚDE E  
EDUCAÇÃO EM CURITIBA, 1917-1932**

Curitiba

2011

**CLAUDINÉIA MARIA VISCHI AVANZINI**

**AS ORIGENS DO HOSPITAL DE CRIANÇAS. Saúde e  
educação em Curitiba, 1917-1932**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha: História e Historiografia da Educação, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, como parte das exigências para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Liane Maria Bertucci

Curitiba  
2011

Catálogo na Publicação  
Aline Brugnari Juvenêncio – CRB 9ª/1504  
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Avanzini, Claudinéia Maria Vischi

As origens do hospital de crianças. Saúde e educação  
em Curitiba, 1917-1932 / Claudinéia Maria Vischi Avanzini. –  
Curitiba, 2011.

124 f.

Orientadora: Profª. Drª. Liane Maria Bertucci

Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação,  
Universidade Federal do Paraná.

1. Serviços de saúde para crianças. 2. Crianças – Educação  
e saúde – Curitiba (PR). 3. Crianças – Assistência hospitalar –  
Curitiba (PR). 4. Hospitais infantis. I. Título.

CDD 372.37



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO



Ata número 931 (novecentos e trinta e um) referente à sessão pública de Defesa de Dissertação de Mestrado em Educação. Aos trinta dias do mês de setembro do ano dois mil e onze, às quatorze horas e trinta minutos na Sala de Vídeo Conferência, segundo andar, instalou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação, intitulada **“AS ORIGENS DO HOSPITAL DE CRIANÇAS. SAÚDE E EDUCAÇÃO EM CURITIBA, 1917-1932”**, desenvolvida pela mestranda **CLAUDINÉIA MARIA VISCHI AVANZINI**, aluna regularmente matriculada no Programa de Pós-Graduação em Educação do Setor de Educação da Universidade Federal do Paraná, sob a orientação da Professora DR<sup>a</sup>. **LIANE MARIA BERTUCCI**, que presidiu a Banca. A Banca Examinadora foi composta pelos professores: DR<sup>a</sup> **ERICA PIOVAM DE ULHÔA CINTRA**, DR<sup>a</sup> **RENATA PALANDRI SIGOLO SELL** e DR<sup>a</sup>. **VERA REGINA BELTRÃO MARQUES** (Membros Titulares). A Presidente da Banca Examinadora declarou aberta a sessão e passou a palavra à mestranda, que desenvolveu uma exposição oral de seu trabalho de dissertação. Após a exposição, teve lugar o procedimento de arguição de cada um dos membros da Banca, bem como a defesa, pela mestranda, das questões arguidas. Concluída a arguição, a Banca Examinadora reuniu-se sigilosamente e exarou Parecer Final de que a mestranda está apta a receber o título de Mestre em Educação. A Presidente da Banca Examinadora declarou que a candidata foi APROVADA e cumpriu todos os requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação, Área de Concentração Educação, Cultura e Tecnologia, devendo encaminhar à Coordenação, em até 60 dias a contar desta data, a versão final da dissertação, versão esta devidamente aprovada pelo professor orientador. Encerrada a sessão, lavrou-se a presente ata que vai assinada pela Banca Examinadora e pela candidata. Curitiba, 30 de setembro de 2011.

*A BANCA RECOMENDA AMPLA DIVULGAÇÃO DO TRABALHO.*

Dr. Liane Maria Bertucci

Dr<sup>a</sup> Erica Piovam De Ulhôa Cintra

Dr Renata Palandri Sigolo Sell

Dr<sup>a</sup> Vera Regina Beltrão Marques

Claudinéia Maria Vischi Avanzini

CONFERE COM O ORIGINAL

Em 16/11/2011



## Agradecimentos

Há tantas pessoas especiais a agradecer! Em primeiro lugar quero agradecer imensamente minha orientadora querida, Liane Maria Bertucci, por confiar em mim e me ajudar incansavelmente a dar os primeiros passos nos caminhos historiográficos da História Social. Não foi fácil, mas você fez um trabalho maravilhoso comigo... Serei imensamente grata aos seus ensinamentos. Poder conviver com você me proporcionou um crescimento intelectual que eu não sabia poder alcançar! Muitíssimo obrigada por ser esta mestra generosa, dedicada e companheira que você foi por todo o meu mestrado.

Agradeço imensamente aos professores da banca de qualificação e defesa Vera Regina Beltrão Marques, Renata Sigolo e Erica Piovam de Ulhôa Cintra que me deram orientações tão valiosas. Obrigada pela contribuição acadêmica e pessoal.

Especialmente à Erica Piovam de Ulhôa Cintra por gentilmente me ceder as fontes pesquisadas no momento de seu doutorado.

Aos professores da Linha de História e Historiografia da Educação, Nádia Gaiofatto Gonçalves, Marcus Aurélio Taborda de Oliveira, Marcus Levy Albino Bencostta, Serlei Maria Fischer Ranzi, Gizele de Souza e Carlos Eduardo Vieira pelas aulas, contribuições e convívio que aprofundaram minha formação.

Agradeço aos funcionários da Biblioteca do Hospital Pequeno Príncipe, da Biblioteca Pública do Paraná, do Arquivo Público do Paraná, da Casa de Memória de Curitiba e especialmente à Vera Lúcia Coelho e ao Diego José Bueno, funcionária e estagiário do Museu Paranaense por me auxiliarem e permitirem acesso as fontes pesquisadas e me dedicarem tempos tão preciosos de convívio. Obrigada a todos!!

Agradeço as meninas do Programa de Pós-graduação em Educação, Darcy, Irene, Francisca e Claudia por me ajudarem nos momentos que precisei!

Pelo apoio, pelas sugestões e pelo carinho, agradeço aos meus colegas de turma, Juarez José Tuchinski dos Anjos, Ernando Brito Gonçalves Junior, Wanessa Margotti Ramos Storti, também ao Dionei José da Silva e à Flávia Sansaloni que

interromperam esta caminhada, e em especial à Danielle Gross de Freitas, Jordana Stela Botelho Della Vechia e Gisele Gutstein Guttchow que tornaram a convivência acadêmica muito mais alegre e animada. Dani e Jor vocês são minhas irmãzinhas queridas do coração!

Aos colegas de outras turmas, Alexandra, Silvana, Silvete, Kelly Fernanda, Francielly, Roberlayne, Lesiane, Ana Paula e Rossano agradeço pela possibilidade de enriquecimento intelectual e principalmente pelo convívio alegre e incentivador também nos congressos.

À Jordana e ao Ronaldo pela revisão do abstract. Sem a ajuda de vocês seria impossível a legibilidade de meu resumo. Muito obrigada meus dois amigos!

Agradeço especialmente minhas amigas e amigos mais distantes e mais de perto, que fizeram parte de minha história e acabaram influenciando minhas escolhas, Cleide, Cristina, Sérgio, Sueli, Thais, Márcia, Sirlei, Dorotéia, Luciane, Arlene, Sonia, Marina, meus sinceros agradecimentos.

A toda a minha família, pai, mãe, Serginho, Paulinho, vó, tios e primos, que mesmo de longe sofreram a tensão do trabalho e suportaram períodos tão distantes e escassos de convivência.

Aos meus diretores queridos que me possibilitaram a oportunidade de realizar os trabalhos necessários para a conclusão da pesquisa, professora Fátima Ikiko Yokohama, Osvaldo Tenfen, Walquíria Onete Gomes, Marcia Lisete dos Reis, Daniel José Gonçalves Pinto e Ariete Maria Fernandes Tonegawa, obrigada pela compreensão e liberações!

Ao Rubens que me apoiou e incentivou em momentos difíceis, assim como minhas filhas Sophia e Clara que tiveram paciência comigo nos momentos em que fiquei ausente e impaciente. Saibam que vocês são o motivo de minha existência. Obrigada por me ajudarem e compreenderem sempre!

*Dedico esta dissertação às minhas duas pequenas pérolas, Sophia e Clara que suportaram me “perder” para horas e horas, mas que ao mesmo tempo me apoiavam realizando outras atividades em um cúmplice silêncio criativo.*

*Ao meu amor, Rubens, que “de todo amor que eu tenho, metade foi tú que me deu...”*

A morte de um filho é uma gravidez às avessas volta pra dentro da gente para uma gestação eterna

Aninha-se aos poucos buscando um espaço por isso dói o corpo por isso, o cansaço

E como numa gestação ao contrário a dor do parto é a da partida de volta ao corpo pra acolhida reviravolta na sua vida

E já começa te chutando, tirando o sono mexendo os órgãos, lembrando ao dono que está presente, te bagunçando o pensamento te vazando de lágrimas e disparando o coração,

A morte de um filho é essa gravidez ao contrário mas com o tempo, vai desinchando até se transformar numa semente de amor e que nunca mais sairá de dentro de ti (Bruno Gouveia ao perder o filho, Gabriel, de apenas dois anos).

## **SUMÁRIO**

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>01</b>
<b>CAPÍTULO 1 – O Grêmio das Violetas, a Cruz Vermelha Paranaense e a saúde de crianças em Curitiba</b>	<b>12</b>
<b>CAPÍTULO 2 – O Instituto de Higiene Infantil (ou Policlínica Infantil), a Escola de Puericultura, a Creche: cuidar da saúde e educar as crianças e suas mães</b>	<b>39</b>
<b>CAPÍTULO 3 – As doações e o projeto do Hospital de Crianças de Curitiba</b>	<b>70</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>105</b>
<b>FONTES</b>	<b>108</b>
<b>BIBLIOGRAFIA</b>	<b>115</b>

## LISTA DE FIGURAS

Figura 01 – Propaganda Ascaridol, [1926].....	46
Figura 02 – Propaganda de remédio para prisão de ventre crianças, [1927].....	47
Figura 03 – Propaganda de remédio para prisão de ventre bebe, [1927].....	48
Figura 04 – Propaganda Cruz Vermelha Paranaense, [1920] .....	60
Figura 05 – Fotografia do prédio da Cruz Vermelha Paranaense, [1923] .....	62
Figura 06 – Tômbola da Cruz Vermelha Paranaense, [1924] .....	79
Figura 07 – Planta dos três lotes rifados na tômbola, [1924] .....	81
Figura 08 – Ilustração da fachada do Hospital de Crianças, [1924] .....	84
Figura 09 – Hospital de Criança, [193-].....	85
Figura 10 – Construção Hospital de Criança – 1º Piso, [1924] .....	86
Figura 11 – Construção Hospital de Criança – Estrutura pronta, [1924] .....	87
Figura 12 – Construção Hospital de Criança – acabamento, [1927?] .....	88
Figura 13 – Fachada do Hospital Cesar Pernet, [193-].....	92
Figura 14 – Sala de Cirurgia do Hospital de Criança, [193-].....	94



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Movimento Clínico do Hospital de Crianças [1930].....	98
Tabela 2 – Movimento Clínico do Hospital de Crianças [1931].....	99
Tabela 3 – Movimento Clínico do Hospital de Crianças [1932].....	100

## RESUMO

Nesta dissertação foram analisados aspectos do processo social que resultou na organização do Hospital de Crianças de Curitiba nas primeiras décadas do Novecentos. A opção pelo estudo das ideias e ações que resultaram na organização deste Hospital (micro) acaba por auxiliar o entendimento do macrocosmo (sociedade curitibana) e, por sua vez, auxilia a compreensão da forma como as crianças eram percebidas no início do século XX na capital do estado do Paraná. O recorte temporal é balizado pela instalação da Cruz Vermelha em Curitiba, em 1917 (iniciativa da associação feminina Grêmio das Violetas), que com diferentes atividades colaborou decisivamente para a organização do Hospital de Crianças inaugurado em 1930, e pelo ano de 1932, quando as primeiras enfermarias do Hospital de Crianças começaram efetivamente a funcionar. Portanto, através desta pesquisa, teve-se a intenção de investigar facetas do múltiplo processo da organização do Hospital de Crianças, percebendo como se explicitava, entre 1917 e 1932, a preocupação (de médicos e outros membros da sociedade) com a saúde das crianças, quais as ideias que permeavam os debates sobre o tema, quais as instituições que precederam e colaboraram para o delineamento da organização do Hospital e que ações educacionais relacionadas ao cuidado com a saúde marcaram esse processo, que contou com a participação da Faculdade de Medicina do Paraná.

**Palavras - chave:** saúde; criança; educação; Hospital de Crianças.

## ABSTRACT

This paper analyzes the social process that resulted in the organization of Children's Hospital of Curitiba in the early decades of the twentieth century. The option for studying the ideas and actions that resulted in the organization of this Hospital (microcosm) turns out to aid the understanding of the macrocosm (Curitiba society) and, in turn, helps the understanding of how children were perceived in the early twentieth century at the capital city of the state of Paraná. The time frame is guided by the setup of the Red Cross in Curitiba in 1917 (an initiative of the women's club Grêmio das Violetas), with its different activities that contributed decisively to the organization of Children's Hospital, opened in 1930, and by the year 1932, when the first infirmaries of the Children's Hospital effectively began functioning. Therefore, this research intends to investigate the facets of the multiple process of organizing the Children's Hospital. Seeing how doctors and other members of society expressed their concern with children's health between 1917 and 1932. In addition, what ideas permeated the discussions on the subject, which institutions preceded and contributed to delineate the organization of the hospital and which educational activities related to health care have marked this process, also attended by the Medical School of Paraná.

**Keywords:** health, children, education, Children's Hospital.

## INTRODUÇÃO

Nadamos no passado como o peixe na água, e não podemos fugir disso. Mas nossas maneiras de viver e de nos mover nesse meio requerem análise e discussão. Meu objetivo foi o de estimular ambas (HOBBSAWM, 1998, p. 35).

O início do século XX foi marcado por profundas mudanças no mundo ocidental. Crises econômicas acompanhadas da Primeira Guerra Mundial (1914–1918), reorganizações políticas e territoriais das nações européias, uma nova ordem colonial e a grande depressão de 1929 determinaram algumas das alterações do período (cf. HOBBSAWM, 1995). No Brasil, com uma nova forma de governo, a republicana, era um tempo de crescimento e reordenação de várias cidades, como a capital do país, o Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife e, também, Curitiba. Nessa época, o Paraná teve um crescimento populacional significativo, que chegou a aproximadamente 109% (contrastando com a média nacional de 75% de crescimento) nas duas primeiras décadas do século XX, principalmente em decorrência da imigração européia (CINTRA, 2010, p. 62).

Segundo o censo de 1890 havia 250 mil habitantes no Paraná, em 1920 este número passa para 685 mil moradores (CINTRA, 2010, p. 62). Estas pessoas se espalharam pelo território do Estado, mas se estabeleceram, principalmente na capital, Curitiba, e em suas proximidades, nas chamadas colônias, se inserindo nas atividades econômicas locais, como o cultivo da erva mate e a indústria madeireira.

A população da Capital do Estado salta de 50.124 pessoas em 1900 para 78.986 em 1920, um aumento de mais de 25.000 pessoas em apenas 20 anos (DE BONI, 1998, p. 11; TURINA, 2010, p. 18). Segundo os jornais curitibanos, este crescimento desencadeou uma série de problemas, pois, paralelamente as melhorias implementadas, como as novas construções, o remodelamento das praças e ruas, a expansão das fábricas e do comércio, havia falta de água encanada, de esgoto e proliferavam animais soltos em pleno centro da cidade. A sujeira, o mau cheiro, causado pelo aglomerado do lixo e água parada, a lama, os

cortiços eram uma realidade em Curitiba. Mesmo considerando os possíveis exageros dos jornais, as descrições não deveriam estar muito distantes da realidade, considerando o crescimento urbano e a própria necessidade de um mínimo de credibilidade que os periódicos precisavam para vender. O quanto a situação incomodava cada pessoa é outra questão.

Assim, em 1917, artigo do jornal **Diário da Tarde** chamava a atenção para a falta de água encanada e serviço de esgoto que concorria para a falta de higiene das pessoas, para a insalubridade local e para que grassassem na cidade as temidas epidemias.

Sem agua abundante, não pode haver boa hygiene; (...)  
Será a ruína completa da salubridade publica.  
Os domicílios não são fartamente limpos, e a propria hygiene do corpo parece entre as classes desprovidas de recursos abundantes.  
Há em nosso perímetro urbano, (...) um sem numero de casas que não dispõem de uma torneira, e nas quaes usam o archaico systema de “cloacas de poço”.  
O excremento ali depositado eternamente, em um buraco aberto no meio do terreno e sob o qual se levanta uma casinhola, deixa escapar miasmas venenosos que infestam o ambiente (...)  
Os mosquitos (...) malvados transmissores das epidemias vão espalhado a morte entre o povo (**Diário do da Tarde**, 05/03/1917, p. 1)<sup>1</sup>.

Em outro texto deste mesmo ano, o jornal afirma que foi o aumento da quantidade de chuvas que acabou por salvar os habitantes de Curitiba, afinal a chuva iria “prover os meios de hygiene” que concorreria para a redução do número de mortos, isto porque as enxurradas proporcionadas pelas chuvas “lavariam” as ruas que se encontravam sujas e com muito lixo, levando para longe os males que assombravam a saúde dos moradores de Curitiba (**Diário da Tarde**, 07/03/1917, p. 1).

Três anos depois a situação aparentemente não havia mudado muito:

(...) a voz dos que precisam de defesa e de justiça, reclamações ou queixas verberam o estado lastimável de uma rua, ou clamando contra o perigo de um foco de immundicies, destes que pullulam a granel pela cidade inteira.

---

<sup>1</sup> Em transcrições de documentos optou-se por manter a grafia original.

Por nossa vez não nos cansamos de clamar pelo saneamento de nossa capital, nem de tocar na mesma tecla (...).

O estado de Curitiba é verdadeiramente lastimável. Para quem percorre a cidade em qualquer direcção, vae-selhe desdobrando aos olhos surprezos successão incrível de scenarios arruinados, de quadros lastimáveis, a proporção que a vista pousa nas ruas por que se caminha.

Em toda a parte, mais ou menos accentuadamente, o mesmo espetáculo degradante de abandono, de desmazello, de incuria, se repete, se succede. (**Gazeta do Povo**, 13/02/1920, p. 1).

Somando-se a esta situação, os jornais afirmavam que várias crianças eram encontradas perambulando pelas ruas, muitas delas abandonadas, outras realizando trabalhos especialmente em pequenas fábricas e oficinas<sup>2</sup>. Essa realidade acabava por expor essas crianças a situações insalubres e perigosas, que concorriam para os altos índices de mortalidade na faixa etária da população paranaense entre 0 e 5 anos (confira Capítulo 1).

Como escreveu Martins, desde a segunda metade do século XIX, havia uma crescente preocupação com a criança devido a “onda de humanitarismo e a formulação da crítica social pelo movimento filantrópico e pelos movimentos políticos de cunho socialista, mais atuantes na segunda metade do século” (2008, p. 138). Essa preocupação com a saúde da criança, notadamente em seus primeiros anos de vida, ganhou especial atenção dos médicos brasileiros no início do século XX, que reivindicavam um novo papel social como promotores da higienização, da boa formação física e mental das crianças. Nesse contexto, programas para educar as mães também se destacam.

Quando, em 1919, Moncorvo Filho fundou o Departamento da Criança no Brasil, espalhou-se a idéia de que a assistência poderia ser científica também e, com isso, resolver problemas ligados à pobreza com base no conjunto de conhecimentos mais adiantados que circulavam naquele contexto. (...) Isso acontecia à medida que os homens que falavam em nome da ciência divulgavam a idéia de que os pobres, se não fossem disciplinados e amparados,

---

<sup>2</sup> Criança e infância, estes termos não são sinônimos, pois infância é uma construção social, determinada por critérios estabelecidos socialmente. Criança, por sua vez, é compreendida como o indivíduo biológico, representado por suas necessidades e direitos. A perspectiva principal deste trabalho é discutir sob o prisma da história da criança e para tanto, serão utilizadas considerações de Ariès (1981), Kuhlmann Jr. (2000; 2004), Demartini (2001) e Ferreira e Gondra (2007), entretanto, inclusive reproduzindo a linguagem utilizada no período estudado, eventualmente serão usados os termos infância e infantil.

fatalmente entrariam no mundo do crime ou da vadiagem (LOPES; MENDES; FARIA, 2005, p. 20).

A maioria das instituições para crianças e jovens chamados “desvalidos”,<sup>3</sup> surgidas no Brasil no início do século XX, percebia-os como seres que necessitavam de assistência para não degenerarem ou para serem recuperados (NEGRÃO, 2004; PANDINI, 2006; MARCILIO, 2006; TURINA, 2010). Nesse universo, ações que tinham como alvo a organização de instituições que cuidassem especificamente da saúde de crianças e, paralelamente, investissem na educação higiênica dos “pequenos” e de suas mães foram uma parcela diferenciada<sup>4</sup>. Nesta dissertação, serão analisadas facetas do processo que resultou em uma dessas instituições diferenciadas: o Hospital de Crianças de Curitiba<sup>5</sup>.

Como escreveu Eric Hobsbawm:

Não há nada de novo em preferir olhar o mundo por meio de um microscópio em lugar de um telescópio. Na medida em que aceitamos que estamos estudando o mesmo cosmo, a escolha entre micro e macrocosmo é uma questão de selecionar a técnica apropriada. É significativo que atualmente mais historiadores achem útil o microscópio, mas isso não significa necessariamente que eles rejeitem os telescópios como antiquados (1998, p. 206).

Desta forma, a opção pelo estudo das ideias e ações que resultaram na organização do Hospital de Crianças (micro) acaba por auxiliar o entendimento do macrocosmo (sociedade curitibana), e, por sua vez, auxilia a compreensão da

---

<sup>3</sup> No final do século XIX e início do século XX, “desvalido” era uma criança sem sorte ou riqueza, um enjeitado, um menino de rua, etc. Criança no limite: vítima do abandono, possível transgressor da ordem (SILVA, 2010, p. 14).

<sup>4</sup> Entre as iniciativas mais implantadas, embasadas nas ideias de Moncorvo Filho, estavam: a inspeção e regularização das amas de leite; estudos sobre a vida de crianças pobres que pretendiam apontar diferentes práticas para sua proteção; inspeção escolar e iniciativas para fiscalização do trabalho fabril de mulheres e crianças (WADSWORTH, 1999).

<sup>5</sup> A partir de 1951 o Hospital de Crianças de Curitiba passa a se chamar Hospital de Crianças César Pernetta, e em 1956 médicos e voluntários fundam a Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro para ajudar na manutenção do Hospital. Em 1971 a Associação constrói mais um complexo hospitalar em terreno anexo ao Hospital César Pernetta que recebe o nome de Hospital Pequeno Príncipe. Em 2004 tem início as atividades acadêmicas das Faculdades Pequeno Príncipe ofertando graduação em Enfermagem, Biomedicina e Farmácia, além de especializações, mestrado e doutorado na área da saúde. Desde 2005 o Complexo Pequeno Príncipe conta também com o Instituto de Pesquisa Pelé Pequeno Príncipe que tem entre seus objetivos desenvolver pesquisas para cura das doenças complexas de crianças e adolescentes. Cf.: <http://www.hpp.org.br> Acesso: 19/01/2010



forma como as crianças eram percebidas no início do século XX na Capital do estado do Paraná.

Esta análise das discussões e empreendimentos que resultaram na criação do Hospital de Crianças é norteada pelo seguinte questionamento: quais ações influenciaram e/ou contribuíram para a construção de um hospital para crianças em Curitiba no início do século XX?

Nesta dissertação procurei perceber como se explicitava, entre 1917 e 1932, a preocupação com a saúde de crianças, notadamente as mais pobres (entre médicos e outros membros da sociedade), quais as instituições que precederam e colaboraram para o delineamento da organização do Hospital de Crianças e que ações educacionais relacionadas ao cuidado com a saúde de crianças marcaram esse processo, mesmo que de forma sutil.

Segundo Marc Bloch, “a história não é a acumulação dos acontecimentos, de qualquer natureza, que se tenham produzido no passado, ela é a ciência das sociedades humanas, [pois a história é] a ciência dos homens no tempo” (BLOCH, 2001, p. 54). Conforme escreveram Bertucci, Faria Filho e Oliveira, o historiador francês

afirmava que a história não é a ciência do passado, mas o resultado de uma relação de mão dupla: de questões do presente que nos instigam ao estudo do passado e do passado que pode nos ajudar a compreender (não solucionar) inquietações que temos no presente. Isto é, questões que nos mobilizam hoje sobre qualquer período da história □ pela sua singularidade, diferença, resultados, permanências, mudanças ou aparente novidade □ são o ponto de partida para a busca histórica (2010, p. 18).

Desta forma, o chamado “método regressivo” de Bloch é elaborado a partir da ideia segundo a qual um fenômeno histórico deve ser estudado também em suas etapas de transformação, mas “este método (regressivo) não caminha no sentido de um começo explicativo, mas de uma “filiação plural” que não deve ser confundida com “a origem” – as filiações ou origens (plurais) devem ser percebidas como algo dinâmico: próprias da sociedade humana” (BERTUCCI; FARIA FILHO; OLIVEIRA, 2010, p. 95).

Assim, a criação do Hospital de Crianças de Curitiba será estudada a partir dessa proposta metodológica de Bloch, isto é, essa dissertação procura perceber a organização do Hospital a partir de suas origens múltiplas, sociais, e portanto marcadas por contradições, concordâncias, divergências e combinações, próprias da sociedade humana (BLOCH, 2001, p.51-68). Essa perspectiva, com ênfase no social, também é tributária de leituras da obra de Edward P. Thompson (1981; 1998).

Sobre as fontes, Bloch afirmou, “seria uma grande ilusão imaginar que para cada problema histórico corresponde um tipo único de documentos, específico para tal emprego” (2001, p. 80). A pesquisa histórica exige, portanto, a análise de várias fontes, seu entrelaçamento. Desta forma, o estudo sobre as ideias e ações que concorreram para a organização do Hospital de Crianças buscou suas fontes na biblioteca e no *site* eletrônico do próprio Hospital: relatórios de atividades (em tópicos e resumos), gráficos temporais/anuais das atividades desenvolvidas pelo Hospital; históricos da instituição; um opúsculo editado pela Cruz Vermelha Brasileira; um livro comemorativo. Também foram pesquisados os jornais curitibanos que circularam de maneira mais constante no período estudado: **O Dia**, (1923-1932) **Diário da Tarde** (1917-1923, 1927-1932) e **Gazeta do Povo** (1919-1928, 1930-1932) e excerto do **Diário Oficial do Estado do Paraná** de 1929; além de leis e decretos, de relatórios da Faculdade de Medicina do Paraná e de Secretários de Estado paranaenses, de mensagens de Presidentes do Paraná e de estatísticas sanitárias, bem como as revistas **Arquivos** (do Hospital de Crianças “Cesar Pernetta”), **Archivos Paranaenses de Medicina**, **Paraná Medico** e **Revista Médica do Paraná** e da publicação de 1929 dos **Annaes da Faculdade de Medicina do Paraná**.

Fonte amplamente utilizada pelos historiadores nas últimas décadas, o jornal é um *locus* privilegiado para os pesquisadores da educação perceberem os meandros cotidianos dos processos educativos, no caso das questões relacionadas à saúde isto se evidencia em vários estudos, entre outros os de Bertucci (2003, 2004), Ganz (1997), Marques (2003), Sigolo (1998). Como lembra Vieira, “o jornal – entendido como lugar de produção, veiculação e circulação dos

discursos – assume uma função importante no processo de formação das representações sobre o mundo” (2007, p.16).

A opção pelo recorte temporal, 1917 a 1932, é balizada pela criação da Cruz Vermelha Paranaense (filial da Cruz Vermelha Brasileira) em 1917, instituição que, apoiada pelo Grêmio das Violetas, instalou na capital paranaense o Instituto de Higiene Infantil dia 26 de outubro de 1919, na rua Barão do Rio Branco, nº. 96 (próximo ao centro da cidade)<sup>6</sup>. Nesse período, o Instituto de Higiene Infantil também era denominado Policlínica Infantil pela imprensa curitibana (**Gazeta do Povo**, 27/10/1919, p.2). No Instituto de Higiene Infantil ou Policlínica Infantil foi criado um Dispensário, mantido pela Faculdade de Medicina do Paraná entre 1919 e 1925 para ensino de Clínica Pediátrica aos seus acadêmicos (seria a fusão feita pelas pessoas do Instituto com o Dispensário a origem da denominação Policlínica Infantil? É possível). Associado ao Instituto também funcionaria desde 1919 uma Escola de Puericultura (no mesmo lugar ainda existiriam um Posto de Vacinação para a população em geral, um local para realização de exames de amas de leite e uma Policlínica para Pequenas Cirurgias, que atenderia crianças e mães<sup>7</sup>). A organização de uma Creche no local seria debatida especialmente a partir de 1920<sup>8</sup>

A criação do Instituto de Higiene Infantil, bem como os relatos sobre seu funcionamento e outras ações realizadas no mesmo local, explicitaram e catalisaram discussões e propostas para a criação de um Hospital de Crianças. O funcionamento do Instituto de Higiene Infantil ou Policlínica Infantil foi publicamente

---

<sup>6</sup> A Lei nº. 149, de 10 de outubro de 1905, do governo municipal, determinou que as construções permitidas em Curitiba, a partir daquela data, nas ruas da Liberdade (depois denominada rua Barão do Rio Branco), XV de Novembro e Praça Tiradentes seriam construções de alvenaria com dois ou três pavimentos, sendo proibida a construção de casas de madeiras nesta região da cidade. Curitiba foi dividida então, em: Alto da Glória e Batel para as residências dos Barões do Mate, Rebouças e Portão para as fábricas e moradias operárias e a Rua da Liberdade para a administração pública (CORREIA, 2004, p. 52).

<sup>7</sup> Em dezembro de 1922, doutor Aluizio Franca apresentava aos membros da Sociedade de Medicina do Paraná os resultados positivos do estudo que tinha desenvolvido no tratamento de um câncer do estômago com o uso medicinal de uma planta da flora brasileira, a *Maythenus ilicifolia*, vulgarmente chamada de “espinheira santa”, nos pacientes com gastropatias e neoplasmas da Policlínica da Cruz Vermelha Paranaense. Na notícia, o médico descreve todo o tratamento realizado com a senhora X, 39 anos, casada, 7 filhos, brasileira, residente em Curitiba, informando ainda o auxílio no diagnóstico recebido dos seus colegas de profissão doutores Wirmond Lima e Silveira da Mota (**Gazeta do Povo**, 07/12/1922, p. 1).

<sup>8</sup> A palavra Creche é grafada com C maiúsculo quando relacionada a Cruz Vermelha Paranaense.

vinculado ao ideal de criação do Hospital, o que aconteceria no início de 1930. Com a inauguração oficial do prédio do Hospital de Crianças na rua Silva Jardim, entre as ruas Desembargador Motta e Brigadeiro Franco, o Instituto de Higiene Infantil (agora unido ao Dispensário Infantil criado pela Faculdade de Medicina do Paraná, em 1928, na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba (FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ, 1929, p.42))<sup>9</sup>, foi reorganizado e transferido para o novo edifício, e a Escola de Puericultura (com a Creche?) também. Em novas instalações, com a estreita parceria entre a Cruz Vermelha Paranaense e a Faculdade de Medicina do Paraná, o número de pacientes aumentou e a complexidade dos tratamentos também, o que concorreu para que seções/consultórios diferenciadas de atendimento especializado fossem organizadas no Hospital. Paralelamente, atividades filantrópicas continuaram a permear as ações para a saúde de crianças capitaneadas pela Cruz Vermelha Paranaense, tais como distribuição de remédios e comida e a instrução de mães e filhos.

Segundo Marcílio (2006) o termo “filantropia”, de forma geral, ilustra “o conjunto das obras sociais, caritativas e humanitárias de iniciativa privada”. Essas obras, confessionais ou não, não teriam, de forma específica, finalidade missionária (MARCÍLIO, 2006, p. 73)<sup>10</sup>. No caso do Instituto de Higiene Infantil e das instituições a ele associadas, e depois do Hospital de Crianças, a participação médica e a colaboração estatal se evidenciam.

É preciso considerar que, no período dessas organizações múltiplas, diferentes ideias sobre criança permeavam as ações que eram debatidas e implantadas, o que nos leva a questão da classificação das idades da vida; classificações que variaram ao longo dos séculos e que “passaram a ser associadas não apenas a etapas biológicas, mas também a funções sociais [como a chamada infância]” (FERREIRA; GONDRA, 2007, p. 129). No século XIX, uma

---

<sup>9</sup> Não foram encontradas informações que dessem pistas, tanto do motivo da saída da Faculdade de Medicina do Paraná em 1925 do Instituto de Higiene Infantil, nem tão pouco o porquê da volta do dispensário em 1928. O que é possível pensar é que em 1928, as instalações eram melhores, mais adequadas, tendo em vista que o Hospital de Crianças tinha acabado de ficar pronto.

<sup>10</sup> Uma discussão minuciosa sobre caridade, filantropia e assistencialismo, foi realizada, além de Marcílio, 2006, por Kuhlmann Jr., 2004 e Levy, 1996.

das mais difundidas classificações das etapas da vida é a de Hallé<sup>11</sup>, segundo a qual a primeira infância compreende as idades de 1 a 7 anos e a segunda infância (puerícia) as idades de 7 a 15 anos para os meninos e de 7 a 13 anos para as meninas. Becquerel<sup>12</sup>, por sua vez, indica como primeira fase a época do nascimento, como segunda fase ou primeira infância, o período que vai de 0 aos 2 anos, e como terceira fase ou segunda infância, dos 2 aos 12/15 anos. Segundo Monarca (2001, p. 1), entre o final século do XIX e início do XX a infância compreendia o período de zero aos sete anos e era caracterizada por “um período da vida humana em que a criança é incapaz de falar de si mesma e de discernir, encontrando-se totalmente dependente do adulto.” Será este o público mais atendido no Instituto de Higiene Infantil.

Para Faria, “educação e assistência são complementares, pelo menos quando se fala dos pobres no capitalismo, e principalmente quando se trata de criança pequena” (1999, p. 73). Especialmente na segunda metade do século XIX, as transformações na medicina, pouco a pouco, concorreram para que se ampliasse a atenção com a criança e se estruturasse a relação médico-criança-mãe, que extrapolou o tratamento de enfermidades e adentrou o campo educacional.

Em Curitiba, o atendimento médico disponibilizado à população nas primeiras décadas do século XX, perpassava este complexo de preocupações filantrópicas que envolvem médicos, estado, crianças e mães, imprimindo à educação um papel determinante e fundamental. É nessa perspectiva que podemos entender a transferência, em 1930, da Escola de Puericultura, que priorizava a instrução das mães no cuidado com a alimentação e a saúde de seus filhos, para o novo prédio construído para atender às crianças: o Hospital de Crianças da rua Silva Jardim. A Escola de Puericultura sofreria modificações e seria efetivamente instalada no local no dia 1º de junho com o nome de Escola de Mãezinhas (**Gazeta do Povo**, 31/05/1930, p.6; MACEDO, 1978, p. 12).

---

<sup>11</sup> Jean-Noël Hallé foi higienista e professor da Faculdade de Medicina de Paris. Formulou sua classificação das idades em 1787 (FERREIRA; GONDRA, 2007, p. 133).

<sup>12</sup> A. Becquerel foi professor agregado da Faculdade de Medicina e médico do Hospital de Paris em 1864 (FERREIRA; GONDRA, 2007, p. 132).

Inaugurado festivamente dia 2 de fevereiro de 1930, como noticiaram jornais curitibanos (**Gazeta do Povo**, 04/02/1930, p.8)<sup>13</sup>, o Hospital de Crianças, segundo Macedo (1978, p.14), atendeu (apenas nos consultórios?) 1.258 crianças no primeiro ano de funcionamento, período que também foram feitos 2.690 curativos (depois de consulta ou não?) e 1.342 “exames bacteriológicos”. Difícil calcular o número geral de atendimentos realizados no Hospital. Além disso, os médicos distribuíram 3.557 receitas, dado que induz a suposição que vários pacientes podem ter obtido mais de uma receita ao longo do ano. Em 1932, o Hospital de Crianças teve, finalmente, suas três primeiras enfermarias inauguradas, marcando definitivamente seu atendimento hospitalar (isto é, com a realização de internamentos) e não apenas ambulatorial. Macedo informa que, “no ano seguinte após a inauguração [destas enfermarias], registrava-se o internamento de 277 crianças” (1978, p. 14).

Para estudar algumas facetas do processo que resultou na criação do Hospital de Crianças, a presente dissertação foi dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, “O Grêmio das Violetas, a Cruz Vermelha Paranaense e a saúde de crianças em Curitiba”, procuro compreender como na sociedade curitibana do início do século XX circulavam ideias relacionadas à saúde em geral e, especificamente, como o tema saúde da criança pobre era debatido por médicos e outros moradores da cidade. Nesta discussão foram destacadas as iniciativas da organização feminina Grêmio das Violetas, constituída por “senhoras da elite curitibana” (em dezembro de 1894), cujas ações concorreram para a organização da Cruz Vermelha Paranaense e perpassaram iniciativas relacionadas à saúde dos “pequenos”.

No segundo capítulo, com o título “O Instituto de Higiene Infantil (ou Policlínica Infantil), a Escola de Puericultura, a Creche: cuidar da saúde e educar as crianças e suas mães”, discuto a organização das duas primeiras instituições e os esforços para a criação de uma Creche pela Cruz Vermelha Paranaense, no

---

<sup>13</sup> As fontes divergem. Jornais curitibanos informam como data de inauguração dia 2 de fevereiro de 1930. O relato da Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro (1993, p.1), indica o dia 31 de janeiro de 1930; já Macedo (1978, p. 12) e Godoy (1992, p. 1; 1995, p.1) indicam o dia 11 de fevereiro de 1930. Nessa dissertação a data utilizada para marcar a inauguração do Hospital de Crianças foi 2 de fevereiro de 1930. Sobre as razões que podem ter motivado a divergência das datas, veja o Capítulo 3.



mesmo espaço em que funcionavam o Instituto de Higiene Infantil e a Escola de Puericultura (depois chamada Escola de Mãezinhas). Três iniciativas explicitamente relacionadas ao cuidado com as crianças, especialmente as mais pobres, e educação de mães cujas origens estão associadas a manifestações de associados da Cruz Vermelha Paranaense, doutores e leigos, e membros da sociedade curitibana em geral (como indicam os jornais da cidade) e que concorreram para a organização do Hospital de Crianças. Assinalo também a importância da parceria entre a Cruz Vermelha Paranaense e a Faculdade de Medicina do Paraná nesse processo múltiplo.

No capítulo terceiro, “As doações e o projeto para o Hospital de Crianças de Curitiba”, procuro resgatar como aconteceram articulações sociais e apelos para doação de fundos que possibilitaram a edificação do Hospital de Crianças durante a década de 1920<sup>14</sup>, bem como a criação do projeto do nosocômio, a implementação de sua edificação, a ocupação do prédio e o atendimento prestado pelo Hospital às crianças até 1932, quando suas três primeiras enfermarias foram inauguradas.

---

<sup>14</sup> Nesse período a moeda brasileira era o real, plural réis: \$ 500 (500 réis), 500\$000 (500 mil réis), 500:000\$000 (500 contos de réis). Em Curitiba, em 1920 um número avulso do jornal **Gazeta do Povo** custava \$100, a assinatura semestral 15\$000 e a anual 25\$000. Em 1928 os valores haviam mudado e a assinatura semestral do mesmo periódico custava 25\$000 e a anual 40\$000 (**Gazeta do Povo**, 04/02/1920, p. 1; 27/01/1928, p. 1). Em 1926 o romance de M. Delly **Almas torturadas**, era vendido por 6\$000 na Capital paranaense e um carro Ford – Duple Phaeton (último modelo) por 4:800\$000 (**Gazeta do Povo**, 21/07/1926, p. 2; 22/07/1926, p. 3).

## **CAPÍTULO 1**

### **O Grêmio das Violetas, a Cruz Vermelha Paranaense e a saúde de crianças em Curitiba**

Toda dor é commovente, toda miseria é lastimavel, mas quando o soffrimento se allia á penuria material, é o quadro pungentissimo. E se este quadro é feito de angustia materna e de doença infantil, então, não ha cores com que se lhe pintem as tristezas! (**Gazeta do Povo**, 28/04/1928, p. 1).

No Brasil, desde os primeiros anos do regime republicano, crescimento urbano associado a imigração e aumento de oficinas e fábricas significou riqueza e implementação das chamadas “melhorias urbanas”; entretanto, como escreveu Telarolli Junior (1996, p. 270), a grande quantidade de pessoas entrando no país de forma acelerada concorreu para agravar problemas sanitários e epidêmicos nas cidades do país nas quais esses homens e mulheres se concentravam. Algumas doenças como a varíola e a febre amarela, que já castigavam os brasileiros, se difundiam entre imigrantes que ficavam aglutinados nas colônias ou ocupavam cortiços das cidades. Segundo Gondra, o reordenamento político, econômico e cultural que ocorreu no Brasil desde o final do século XIX impõe novos signos, como a idéia de progresso, que marcariam o país no início do Novecentos, contudo, “(...) é possível detectar permanências sendo uma delas a própria vontade de higienizar a sociedade, a escola e a infância” (2002, p. 315).

A construção de uma nação republicana, ordeira e progressista foi estruturada nas primeiras décadas do século XX imbricada com os temas educação e saúde da população. A educação, escolar ou não, foi influenciada pelos discursos da higiene<sup>15</sup>, do saneamento, e, depois, da eugenia<sup>16</sup>.

Nesse período, na região de Curitiba, capital do Paraná, transformações econômicas e sociais, impulsionadas, desde décadas anteriores pela produção e

---

<sup>15</sup> A definição de higiene se entrelaça com limpeza ou preocupação contra doenças. Segundo Marques (1994, p.27), “a higiene no Brasil, (...) inseria-se no governo político dos indivíduos como um novo agente coercitivo, na medida em que incorporava a cidade e a população à esfera do saber médico”.

<sup>16</sup> Conjunto dos métodos que visam melhorar o patrimônio genético de grupos humanos; teoria que preconiza a sua aplicação. De acordo com Goldim (2003) a palavra eugenia “foi criado por Francis Galton (1822-1911), que a definiu como: o estudo dos agentes sob o controle social que podem melhorar ou empobrecer as qualidades raciais das futuras gerações seja física ou mentalmente”. Segundo Freire, no Brasil a eugenia que predominou “seguia a corrente francesa neolamarckista, que defendia a herança das características adquiridas” o que acaba se relacionando “com o projeto sanitaria de regeneração do povo e construção da nação (...)” (2009, p. 163). Debates sobre eugenia e propostas de ação social baseadas nas ideias de Mendel, ver, entre outros, Stepan, 2004.

exportação da erva mate, se evidenciavam nas remodelações urbanas, na multiplicação do número de oficinas e fábricas (fundição, fósforo, massas, etc.), no desenvolvimento da indústria madeireira. A madeira, primeiro usada na fabricação de barricas para vender o mate, na década de 1910 foi amplamente exportada, devido carência do produto europeu na época da Primeira Guerra Mundial (BERTUCCI, 2009a).

A mão de obra necessária para todo esse trabalho, por sua vez, foi suprida pelos imigrantes. As políticas imigratórias do governo, primeiro para ocupação do território e, especialmente no período republicano, para suprir de mão de obra o campo e, também, as maiores cidades, resultaram no Paraná, na criação de colônias (pequenos povoados) de italianos, alemães, poloneses e ucranianos, grande parte delas nos arredores de Curitiba (NAVARRO-SWAIN, 1988, p.22), e em um fluxo de pessoas que, cada vez mais, se fixava na capital paranaense. Como consequência, Curitiba teve um aumento populacional expressivo, sendo que em 1890 tinha 24.453 habitantes, em 1910 já contava com 60.800 moradores e, em 1920, 78.986 habitantes (DE BONI, 1998, p.11; TRINDADE, 1996, p. 20)<sup>17</sup>. Com relação as fábricas da cidade o aumento foi de 112 fábricas com 2440 operários em 1918, para 255 fábricas com 3488 operários em 1920 (MARTINS, 1922, p. 140).

Segundo Benvenuti, em Curitiba, nas duas primeiras décadas do século XX, “as preocupações higiênicas, sanitárias e de reorganização dos espaços urbanos são inerentes ao próprio crescimento das cidades” (2004, p. 9).

Várias das remodelações da cidade afetaram o cotidiano dos curitibanos, como o calçamento das principais vias da cidade, a instalação de bondes elétricos, o embelezamento das praças e “a demolição das construções antigas consideradas insalubres e feias em substituição a prédios novos e de arquitetura moderna” (CINTRA, 2010, p. 67). Paralelamente, nesse período de mudanças, os

---

<sup>17</sup> A proibição do tráfico de escravos e o fortalecimento da lavoura cafeeira paulista durante a segunda metade do século XIX elevaram o custo do trabalho escravo, desencadeando a redução deste trabalho no Paraná e estimulando a transferência de grande parcela de escravos para São Paulo. Segundo Pereira, na metade do século XIX, dos 6.791 habitantes de Curitiba, 4.624 eram classificados como brancos, 1.293 como pardos e 874 como pretos (cerca de 13% da população) (PEREIRA, 1996, p. 18-59). Segundo o censo de 1890, publicado por Martins (1941, p.95-96), dos cerca de 250.000 habitantes do Paraná, 5,17% eram negros.

jornais foram incansáveis em denunciar problemas dos serviços de abastecimento de água, de esgoto, de limpeza urbana e de transporte. Curitiba também era constantemente vitimada por enchentes que atingiam não somente os bairros mais afastados, mas também o centro da cidade (**Diário da Tarde** 31/10/17, p. 2; 05/03/1917, p. 1; 21/01/18, p. 1).

Sem agua abundante, não póde haver boa hygiene; (...) Os domicilios não são fartamente limpos, e a propria hygiene do corpo perece entre as classes desprovidas de recursos abundantes (**Diário da Tarde** 05/03/1917, p. 1).

Os moradores da rua Marechal Deodoro, na quadra compreendida entre as rias 1<sup>ª</sup> de Maio e Marechal Floriano Peixoto, pede-nos para chamar a atenção da directoria da hygiene para o estado das sargetas desse trecho daquela rua, as quaes estão constantemente cheias de uma agua putrida, que escorre de um dos prédios que tem fundos para aquella mencionada via publica (**Diário da Tarde** 31/10/17, p. 2).

Entre as doenças que assolavam a capital do Paraná nos primeiros anos do século XX, a tuberculose, o crupe, a varicela e a escarlatina preocupavam os médicos de maneira destacada. Neste contexto, a preocupação destes médicos com as questões sanitárias e higiênicas era cada vez mais explícita. Os discursos dos doutores apontavam como perigosos, além dos hábitos anti-higiênicos, as aglomerações, os temidos germes das moléstias, os odores que poderiam ser formas de contágio; também prescreviam, em alguns casos, o isolamento dos doentes e a necessidade das autoridades imporem regras de higiene à população. Elementos que justificavam a realização de melhorias na cidade e educação higiênica da população (BENVENUTTI, 2004, p. 81). Como escreveram Lima e Hochman.

No caso brasileiro, a higiene, entre outros discursos de base científica, teve forte presença nas interpretações sobre os dilemas e as alternativas colocadas para a construção da nação. A idéia de *males* não apresenta, dessa forma, apenas uma analogia com o discurso médico, mas trata-se de uma alusão às doenças como obstáculo ao progresso ou à civilização (2000, p. 315).

Em 1920, refletindo a permanência de vários desses problemas de higiene e saúde, os jornais diários de Curitiba reproduziam, repetidamente, informações

sobre a peste bubônica<sup>18</sup> que, segundo os periódicos, se alastrava na cidade pela falta de hábitos de higiene entre a população, acostumada a criar porcos, galinhas, coelhos, etc. nos quintais de suas casas; assim como pelas péssimas condições de salubridade de ruas e casas, que propiciavam a proliferação de ratos e pulgas, hospedeiros e transmissores da temida peste.

(...) em todos os cantos da cidade [de Curitiba] existem chiqueiros immundos. Na rua Alferes Poly, esquina com a 7 de setembro, existe um botequim de um hespanhol que tem criação de porcos no quintal. O chiqueiro onde os porcos estão engordando é immundo e quando o sol está quente exhala um mau cheiro insupportavel. Agora que a bubonica está grassando em diversos Estados, seria bom, que o sr. prefeito tomasse uma providencia, dando uma busca na casa indicada (**Gazeta do Povo** 26/01/1920, p. 1).

Há em Curitiba uma crescente preocupação de vários segmentos da sociedade quanto a questões de higiene das pessoas e saneamento de diferentes espaços urbanos. São discussões e propostas de ação que estão em documentos oficiais dos governos estadual e municipal e em jornais que trazem artigos de médicos, políticos, jornalistas e anônimos cidadãos, com o discurso de “expurgar e desinfetar” (**Gazeta do Povo** 12/02/1920, p. 1 e 3)<sup>19</sup> tanto espaços públicos como residências privadas.

Neste período foi significativa, em âmbito estadual, a ação da Comissão de Profilaxia (Serviço de Profilaxia Rural), em conjunto com o Departamento do Serviço Sanitário do Paraná, que executou “trabalhos de hygiene defensiva e aggressiva” (PARANÁ, 1920, p. 5). Em 1920, sob a direção do doutor Heraclides de Araújo, o Serviço contava, em Curitiba, com um posto de atendimento à população que compreendia laboratório bacteriológico, posto de vacina e dispensário anti-sifilítico. Existiam ainda postos regionais em Morretes, Thomazina,

---

<sup>18</sup> Durante os primeiros meses do ano de 1920 são publicados nos jornais diários de Curitiba muitos artigos sobre a peste bubônica. Maiores informações podem ser encontradas em: **Gazeta do Povo** 22/01/1920, p. 03; 26/01/1920, p. 1; 04/02/1920, p. 1; 07/02/1920, p. 1 e 3; 09/02/1920, p. 1 e 3; 10/02/1920, p. 1 e 2; 11/02/1920, p. 1 e 2; 12/02/1920, p. 1 e 3; 13/02/1920, p. 3; e 19/02/1920, p. 3.

<sup>19</sup> Este mesmo discurso aparece também na **Gazeta do Povo** 22/01/1920, p. 3; 07/02/1920, p. 1 e 3; 9/02/1920, p. 1; 09/02/1920, p. 2 e 3; 10/02/1920, p. 2; 11/02/1920, p. 1 e 2; 13/02/1920, p. 3; e 19/02/1920, p. 3.



Antonina, Porto de Cima, Paranaguá, Guaratuba e Guaraqueçaba (PARANÁ, 1920, p. 22)<sup>20</sup>.

A primeira medida tomada pela comissão de profylaxia foi a da limpeza geral da cidade [de Curitiba]. Ruas, casas, logares publicos, quarteis, quintaes, boeiros, canalizações, matagaes, pensões, armazens, tudo vae ser inspeccionado e limpo. Para esta medida chamamos especialmente a atenção do povo, pois todos devem collaborar neste trabalho de profylaxia, já mantendo limpeza e evitando logares onde possam se acoitar os ratos, já facilitando aos encarregados dos serviços as vistorias nos domicilios e executando as medidas que lhes forem ordenadas (**Gazeta do Povo** 11/02/1920, p. 1).

Pouco a pouco, foi sendo constituída uma rede com “intelectuais de diferentes áreas como médicos, “sociólogos”, filantropos e juristas” somando esforço para “instaurar a ordem civilizatória brasileira” (MARQUES, 1994, p. 18). Esta ordem, relacionada aos princípios da higiene, se investe do “poder de gerir também a esfera do privado” (MARQUES, 1994, p. 26). No caso do Paraná esta rede é formada por médicos que atuavam ministrando aulas na Faculdade de Medicina do Paraná e/ou trabalhando nos hospitais de Curitiba, e frequentemente publicavam artigos nos jornais diários com seus “conselhos sanitários” à população (**Diário da Tarde** 06/01/1917, p. 1)<sup>21</sup>; por políticos que criavam leis como o “estatuto sanitário”, e por curitibanos (considerados ilustres ou não) que se uniam em prol dos “necessitados” e desempenhavam atividades filantrópicas, que tinham na preocupação com a saúde das crianças item fundamental.

Essa preocupação com a boa constituição do brasileiro perpassa vários segmentos sociais em diferentes partes do Brasil e será parte significativa da pauta dos sanitaristas em meados dos anos 1910 e de ideais eugênicos, que no Brasil receberam ênfase nas chamadas “práticas de melhoramento” (como os hábitos de higiene). Desta forma, no final do século XIX e na primeira metade do século XX as políticas públicas de saneamento seriam influenciadas pelas concepções

---

<sup>20</sup> Sobre o Serviço de Profilaxia Rural do Paraná, veja: KUMMER, 2007; MARQUES, 2004.

<sup>21</sup> Conselhos podem ser encontrados nos jornais: **Diário da Tarde** 08/01/1917, p. 1; 12/01/1917, p. 1; **Gazeta do Povo** 04/02/1920, p. 1; 9/02/1920, p. 1; 15/11/1921, p. 1; 11/01/1922, p. 1; 24/11/1922, p. 2.

eugênicas que se apresentavam de forma modificada e com metodologia estruturada na perspectiva higiênica (MOTA, 2003)<sup>22</sup>.

Neste contexto de transformações, cuidar da saúde, ampliar a educação higiênica e sanitária de crianças e mães é evidente.

Um Estado constituído sobre o fortalecimento da família e da propriedade do lar salubre; pelo saneamento; pela educação higiênica, eugênica, intelectual e moral; pela assistência principalmente às mães e à infância, e pelo estímulo e amparo ao trabalho seria um Estado onde reinariam “a paz, a saúde, a prosperidade e a alegria, em virtude da vitalidade das células do organismo social” (CARVALHO, 1998, p. 163).

Como escreveu Pandini, “os médicos higienistas disseminaram a preponderância da educação na regeneração da raça, no aperfeiçoamento do espírito e na conformação do corpo infantil, elementos esses indispensáveis à constituição de uma nação civilizada.” (2006, p. 20).

Segundo Ariès (1981), na Idade Média, o cuidado com as crianças era mínimo se comparado com o que aconteceria nos séculos seguintes, e o grande número de mortes de crianças era em grande parte decorrência do pós-natal e das péssimas condições sanitárias e de higiene de toda a população. A saúde das pessoas em geral, principalmente das crianças, era precária e a vida para a maioria dos que sobreviviam aos primeiros meses terminava antes dos 10 anos.

Havia uma aceitação social dessa condição, pois crianças mortas eram rapidamente “substituídas” por outras, o que importava era a manutenção da linhagem de sangue, não a vida individual. Essa situação se transforma de maneira gradual, com mudanças na ordem familiar e social. Gélis (1991) mostra como existe uma crescente “vontade de salvar as crianças” ao longo dos séculos XV a XVII, o que desencadeia novos sentimentos em relação aos pequenos. A família ocidental passa por profundas transformações.

---

<sup>22</sup> Como escreveu Mota (2003, p. 44), a eugenia foi dividida em duas: uma por ação negativa ou restritiva e outra por ação positiva ou construtiva. A eugenia restritiva teria como medidas “a regulamentação do casamento, a segregação e a esterilização”, pois desta forma impediria o nascimento de indivíduos considerados “anormais e deficientes”. Por sua vez, a eugenia construtiva se baseava na “educação higiênica e na propaganda dos princípios de eugenia e da hereditariedade”.

A partir do século XVIII a criança havia deixado de ser apenas depositária e transmissora do sangue e do nome da família (MARTINS, 2008, p. 138), e no início do século XIX observa-se uma grande sensibilização com os filhos que pode ser observada de forma destacada em textos médicos, na crescente atenção dos doutores com as crianças, percebidas, ao mesmo tempo, como uma individualidade e como futuro da sociedade como um todo (não de uma ampliada linhagem biológica), ao constituírem saudáveis famílias mononucleares. No Brasil a preocupação com a criança está presente no discurso médico de forma recorrente desde o final do século XIX, associada a questão da maternidade e da saúde e educação da mulher. Como escreveu Leite Filho, o discurso médico deste período

(...) debatia temas como a alimentação das crianças e a mortalidade infantil, além de discutir questões educacionais como os hábitos culturais presentes na criação e na educação dos filhos. Os médicos puericultores acreditavam encontrar nas famílias brasileiras mães ignorantes, descuidadas e até mesmo desinteressadas, que apareciam em seus relatórios como as principais responsáveis pela doença e morte de seus filhos. (2008. p. 25).

Na Curitiba das primeiras décadas do século XX, é possível constatar que a mortalidade de crianças era, em grande parte, causada pelo que as autoridades médicas governamentais denominavam de falta de cuidados com os recém-nascidos e perturbações digestivas, além dos acidentes ou doenças relacionadas ao nascimento<sup>23</sup>. Segundo memória escrita sobre o Hospital de Crianças, desde a organização do Instituto de Higiene Infantil a faixa etária mais atendida foi a de 0 aos 13 anos (ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO, 1993).

Em janeiro de 1917, os temas alimentação, limpeza e mortalidade estampavam o artigo da primeira página do jornal **Diário da Tarde**. “Cuidado com vossos filhos, ó mães!” era a chamada do jornal curitibano que tratava de questões

---

<sup>23</sup> Ferreira & Gondra (2007, p. 136) indicaram que no final do século XIX a situação era parecida em Lisboa, pois a mortalidade que aumentava nesta cidade, acontecia de forma desigual acometendo principalmente as crianças de 0 a 2 anos, sendo que as causas da mortalidade das crianças era a “ignorância das regras mais rudimentares de hygiene alimentar infantil”. Isso acaba reforçando a importância atribuída pelo saber médico a esta fase da vida onde “a hygiene devia atuar sobre todos os aspectos que implicassem o desenvolvimento da criança”.

relativas à mortalidade de crianças. Apenas em um dia, 9 de janeiro, das 12 pessoas que haviam morrido na cidade, 9 eram crianças com menos de 10 anos. O artigo conclui:

Apenas nós com o nosso fraco esforço, nos levantamos, e ouvindo a palavra autorizada de cientistas procuramos conselhos médicos que viessem orientar as mães de famílias e evitar que seus lares sejam também invadidos pela desgraça (**Diário da Tarde**, 12/01/1917, p. 1).

O número significativo de crianças que faleceu em 1917 em Curitiba em apenas um dia é denunciado pelo artigo, que recorre a explicações especializadas, ou seja, dos médicos. Doutores afirmavam que problemas intestinais eram a causa das mortes: falta de higiene do leite, da água e da alimentação das crianças. Produtos contaminados, sujos ou estragados.

A explicação do jornal, a partir da fala médica, podia até denunciar, indiretamente, autoridades governamentais que não fiscalizavam os produtos consumidos pela população, mas eram as mães, aquelas que cuidavam e alimentava as crianças, as maiores responsáveis. As mulheres precisavam ser educadas, as mães “precisavam ser guiadas pela racionalidade científica da medicina e dos especialistas” (MARTINS, 2008, p. 142).

Na década anterior, entre 1903 e 1909, aproximadamente 45% dos óbitos no Paraná, eram de crianças abaixo de 5 anos. Em 1903 morreram 2922 pessoas no Estado, sendo que 1397 eram crianças (47,8% dos mortos); em 1904, 3448 pessoas morreram sendo 1483 crianças (43%); em 1905, 3496 mortos sendo 1577 crianças (45,1%); em 1908 foram 3965 mortes com 1874 crianças (47,2%), e em 1909 morreram 4271, sendo 1889 crianças (44,2%) (PARANÁ, 1903, 1906, 1907, 1908, 1909, 1910, 1914).

Em Curitiba isto praticamente se repetia, e no final dos 1900 e primeiros anos da década de 1910 a mortalidade infantil era significativa. Em 1908 faleceram 828 pessoas, das quais 444 (53,6%) eram crianças; em 1909, dos 931 mortos, 413 (44,3%) eram crianças; em 1910, das 1069 pessoas que chegaram a óbito, 560 (52,4%) eram crianças, em 1911, 957 óbitos, sendo 506 de crianças ou 52,9%, em 1912, 1320 óbitos dos quais 55,3% ou 730 de crianças e finalmente em 1913, dos

1168 óbitos, 633 ou 54,2% eram de crianças (PARANÁ, 1908, 1909, 1910, 1914). Mesmo considerando que os dados estão incompletos, inclusive com a falta dos índices de óbitos de alguns anos, o alto índice de mortalidade de crianças na sociedade curitibana do início do século XX é evidente, como evidente também era a preocupação com tal situação nos relatórios dos Presidentes do Estado, nos artigos de jornais e nos discursos médicos. O foco da discussão era a necessidade de salvar as crianças e imprimir-lhes futuro.

Em 1917 o relatório apresentado ao Presidente do Estado do Paraná, Affonso Alves de Camargo, pelo Secretário de Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, doutor Enéas Marques dos Santos, destaca que

diversas providencias têm sido adoptadas em bem da saúde publica, estando o governo resolvido a fornecer gratuitamente á população pobre desta Capital os medicamentos de que necessitar para o tratamento de doentes atacados de dysenteria e de outras moléstias que actualmente predominam causando a mortalidade infantil (PARANÁ, 1917, p. 8).

Dia 16 de janeiro de 1917, o jornal **Diário da Tarde** também denunciava como causa da mortalidade de crianças, a “dysenteria e outras moléstias”, associando-as de forma explícita a pobreza.

Estamos certos de que o illustre dr. Trajano Reis, chefe do Serviço Sanitário do Estado, não deixaria de tomar em consideração o grito de alarme do “Diario da Tarde”, diante da terrível mortalidade infantil em Coritiba.

S. ex., segundo as noticias hontem publicadas mandou buscar, com urgência, no Rio, uma provisão de soro anti-dysinterico e anti-diphtherico para ser distribuído pela sua secretaria e pela pobreza. (...)

De facto, as molestias a que s. ex. vão dar combate energico é a que tem mais contribuído para levar ao tumulto, nestes ultimos tempos, centenas de creanças. (**Diário da Tarde**, 16/01/1917, p. 1)

A mortalidade das crianças continuava a assustar, pois havia uma rotina de mortes e enterros de crianças que não passava despercebida para grande parte da população. Em fevereiro de 1917, o doutor Manoel Carrão, inspetor sanitário do Estado era questionado sobre essas mortes em Curitiba:

-Que nos diz o dr. da excessiva mortalidade em nossa capital?  
-O accrescimento da mortalidade infantil nestes mezes quentes é um phenomeno normal. O calor é favoravel ás fermentações microbianas que se acentam de preferênciã nos intestinos. Nos meses frios o mesmo phenomeno se reproduz, mas ahi são as moléstias do apparelho respiratório!... (**Diário da Tarde**, 09/02/1917, p. 1)

Na tentativa de justificar a morte de crianças, o doutor Carrão apelava para o calor, combinando considerações sobre o clima com conhecimento microbiológico, e concluía a entrevista relacionando o problema socioeconômico (carestia) que no período agitava várias cidades brasileiras (BERTUCCI, 2004, p. 91-92), com a necessidade de maior ação médica:

(...) o sr. não imagina a miseria que anda por ahi. As mães se alimentam mal e o aleitamento dos filhos se resente desse facto. O leite, ou se acaba, ou é pouco, ou é fraco. Os remedios estão carissimos, carissimos!! E quantas vezes não temos nós os medicos de, com a receita, fornecer tambem o remedio! A assistencia á infancia seria um complemento da maternidade, seria a unica providencia efficaz. (**Diário da Tarde**, 09/02/1917, p. 1)

Poucas semanas antes da entrevista do inspetor sanitário do Estado, outro médico, o doutor Gabriel Nowicki<sup>24</sup> indicava três causas para o alto índice da mortalidade em Curitiba nos dois últimos meses de 1916. A primeira causa seriam as epidemias de coqueluche e sarampo, que acometeram a população curitibana no período, outra causa seriam as “inflamações intestinais agudas e crônicas” que se propagavam durante os meses mais quentes. A terceira causa seria a sífilis hereditária. O médico ainda acusava a procura tardia dos pacientes por socorro médico, os únicos adequados, e acusava as pessoas de recorrerem a curandeiros e conselhos de vizinhos para tentar acabar com as moléstias, prática considerada nociva e motivada pela ignorância. Para prevenção da mortalidade de crianças, uma grande preocupação, Nowicki apontava que, juntamente com a efetiva ação do Serviço Sanitário, era indispensável

(...) a diffusão mais larga possível das noções elementares sobre hygiene infantil principalmente para creanças de peito, como

---

<sup>24</sup> O russo Gabriel Nowicki foi professor da Faculdade de Medicina do Paraná entre 1912-1939 (CINTRA, 2010, p. 240).

também sobre as molestias infecciosas mais comuns e suas complicações; sobre a propagação e prophylaxia dessas moléstias (**Diário da Tarde**, 08/01/1917, p. 1).

Assim, mães e crianças, aos poucos passam a ser os “alvos prioritários da medicina” também no Paraná (MARQUES, 2000, p. 28). A importância do aleitamento materno passa a ser preconizada da mesma forma como é recomendado o estabelecimento de regras para este aleitamento. As mães precisavam ser aconselhadas, instruídas sobre como deveriam criar seus filhos. Esses aconselhamentos médicos se referiam não somente a alimentação das crianças, mas também aos hábitos de higiene cotidianos necessários inclusive no cuidado com os “pequenos”, suas roupas, brincadeiras e comportamentos (MARTINS, 2008, p. 135). Este aconselhamento às mães pode ser encontrado em manuais escritos pelos médicos, em revistas especializadas (como **Archivos Paranaense de Medicina**) ou em notícias de jornais diários. (**Diário da Tarde** 12/01/1917, p. 1; **Gazeta do Povo** 15/11/1921, p. 1; 11/01/1922, p.1; 25/08/1924, p. 1). Como escreveu Ganz, o aleitamento materno torna-se um dever que estreita os laços afetivos entre mães e filhos. A mãe passa a ser encarada como a responsável “pela formação física, moral e intelectual das crianças” e os médicos associam a “racionalidade científica como eixo norteador da prática da maternidade” (1996, p. 3). Segundo Freire, a amamentação dos próprios filhos foi incentivada no Brasil pelos médicos desde a primeira metade do século XIX “como parte do projeto mais amplo de construção da nação através de famílias fortes, com crianças saudáveis” (2009, p. 211).

A defesa da amamentação é justificada cada vez mais pela sua naturalidade e pelo leite materno ser considerado mais adequado às crianças por ser saudável e melhor digerido por elas. Esteio da família, durante todo o período da amamentação a mulher, segundo os preceitos higiênicos, deveria abster-se de atividades sexuais que poderiam gerar outra concepção, incompatível com a boa amamentação (COSTA, 1989, p. 262-263). Segundo o médico curitibano Aluizio França, a mãe “não perturba as suas relações sociais com o encargo de amamentar. Antes assumindo ou melhor aceitando de bom grado o que lhe é

dever, faz accordo com a saúde do filhinho para minorar-lhe os desconcomodos de Mãe” (FRANÇA, 1929, p. 52).

No mês de fevereiro de 1917, doutor Gabriel Nowicki escreveu dias seguidos no **Diário da Tarde** de Curitiba explicando/ensinando as mães. No item alimentação das crianças, o aleitamento materno mereceu atenção especial:

Indicaremos essas regras, na ordem, não só das edades das creanças, mas ainda na ordem da importancia respectiva, passando, em seguida, a detalhes sobre o assumpto, para melhor elucidar e instruir ás mães na pratica de actos mais conducentes à boas saúde de seus adoraveis filhos.

“A criança deve mamar leite materno sempre que uma causa imperiosa qualquer o não obste.” (**Diário da Tarde**, 14/02/1917, p. 1).

(...) Deve ser inteiramente banido o prejudicial habito das mães, em geral, amamentarem seus filhos a noite por que despertam ou choram. Esta prática depaupera as lactantes e prepara a dyepsia para as creanças (**Diário da Tarde**, 15/02/1917, p. 1).

A esse respeito, Veiga (2004, p. 53) afirma o destaque crescente da “necessidade do aleitamento materno” relacionando-o tanto ao “controle das relações de afeto nucleadas na família” como na “perspectiva higienista/eugenista de não contaminação do leite mercenário”. Essa “contaminação” seria uma das explicações de muitos médicos para o alto índice de mortes das crianças com poucos meses de vida.

Já no século XIX, as amas de leite passaram a ser condenadas por médicos em vários lugares do mundo, como na França e no Brasil, principalmente porque podiam não ter boa saúde ou bons hábito de higiene (BADINTER, 1985, p.234). O aleitamento artificial também era condenado porque poderia veicular “doenças pelo leite contaminado e pela água com que se preparava a “mamadeira”” (SILVA, 1996, p. 60). Entretanto, assim como o aleitamento artificial continuou existindo, as amas de leite continuaram a atuar na sociedade, mas cada vez mais fiscalizadas, examinadas pelos médicos, como aponta inclusive propaganda da Cruz Vermelha Paranaense de 1920 que informava realizar “exames de ama de leite” (**Gazeta do Povo**, 03/01/1920, p. 4).



O tema aleitamento artificial também foi tratado em artigo do doutor Gabriel Nowicki. Ele chama a atenção para a questão crucial da higiene dos materiais usados no aleitamento artificial e para as propriedades e os cuidados com o leite “artificial”.

#### Aleitamento Artificial

Nesta espécie de aleitamento é exigido, sobretudo, um grande asseio nos utensílios empregados e um grande cuidado no leite ministrado.

A mamadeira e chupeta devem ser, depois de cada emprego, cuidadosamente lavadas e depois passadas em água fervendo, ficando em seguida a escorrer.

No que concerne ao leite, deve ser fresco (e preferivelmente desnatado, si for gordo) e sempre fervido ou pasteurizado (...).

O uzo do leite “cru” para as crianças, deve ser abolido, não só pela maior dificuldade de digestão que apresenta, como, e principalmente, pelos germes de moléstias graves das quaes pode ser vehiculo (**Diário da Tarde**, 16/02/1917, p. 1).

Mas, as indicações às mães sobre saúde realizadas nos jornais curitibanos no final dos anos 1910 e anos 1920 não se limitavam a prescrições feitas diretamente por médicos. Quando em outubro de 1917 a febre tifóide grassou em Curitiba, Gastão Faria, na coluna “Do meu Canto”, do jornal **Diário da Tarde**, reproduziu diversos conselhos médicos-profiláticos à população com o intuito de colaborar para livrar a cidade da doença e, principalmente, socorrer as crianças que eram as maiores vítimas da enfermidade. Faria chama a atenção para a proibição de visitas a enfermos e de acompanhamento dos enterros de vítimas da febre tifóide, notadamente pelas crianças. Recomendava aos pais que evitassem aglomerações de crianças em parques ou teatros (**Diário da Tarde**, 15/10/1917, p. 1).

Vários moradores de Curitiba, inclusive muitas mulheres, se interessavam pelas questões relacionadas às crianças e suas mães, principalmente as mais pobres. Algumas dessas mulheres se organizavam em grêmios que atuavam na sociedade curitibana no início do século XX. Vários grêmios curitibanos tinham nomes de flores, como Grêmio das Violetas, das Magnólias, dos Miosótis, das Glicínias, das Camélias, Bouquet (TRINDADE, 1996). Essas agremiações se constituíam em lugar de convivência social de senhoras e senhoritas pertencentes

em geral a um nível socioeconômico mais abastado: um local para tomar chá, realizar bailes, matines dançantes, festivais musicais, saraus, soirées, etc. Mas, também, eram locais para discutir e desenvolver atividades filantrópicas<sup>25</sup>.

Exemplar foi o Grêmio das Violetas<sup>26</sup>. Notícias de jornais do final da década de 1910 divulgavam periodicamente atividades de cunho sociocultural deste Grêmio, como a realização de bailes ou “festas eminentemente artísticas” (**Gazeta do Povo**, 22/04/1919, p. 4). Na **Gazeta do Povo** de fevereiro de 1919, texto afirmava que “o fidalgo grêmio [das Violetas] muito tem concorrido para a educação de muito bom gosto e para o desembaraço de nossas graciosas senhoritas” (**Gazeta do Povo**, 15/02/1919, p. 1). Como escreveu D’Incao (2008, p. 228), a partir do século XIX, as mulheres de elite “tiveram de aprender a comportar-se em público, a conviver de maneira educada”. Mas, como lembra Trindade, em Curitiba,

embora os grêmios do início do século voltem-se, preferencialmente, para as atividades recreativas, não se furtam à doação eventual de bens materiais, com a intenção de atender às diversas formas de indigências ou socorrer as entidades assistenciais (1996, p.256).

A filantropia foi uma das formas de atuação mais incisiva das mulheres nas questões sociais, pois “a prática da filantropia acaba por superar a caridade pura e simples” (TRINDADE, 1996. p.254). A caridade constitui-se somente numa troca de consolo que engrandecia o doador, enquanto a filantropia busca “um procedimento que permita, ao mesmo tempo, discriminar o ‘indigente factício’ da ‘verdadeira pobreza’ e introduzir na assistência a exigência de sua necessária supressão no futuro” (DONZELOT, 1986, p. 55-68, citação p.66).

---

<sup>25</sup> Apenas no jornal **Gazeta do Povo** do final da década de 1910, veja: 15/02/1919, p.1; 26/01/1920, p.2; 03/02/1920, p.2; 05/02/1920, p.3; 06/02/1920, p.2; 09/02/1920, p.2; 03/05/1920, p.2; 15/02/1919, p.1; 05/10/1920, p.2; 23/12/1921, p.3; 07/07/1922, p.3.

<sup>26</sup> O Grêmio das Violetas, fundado ainda no século XIX, foi notícia no jornal **Gazeta do Povo** de 22 de dezembro de 1920, pois no dia 24 de dezembro completaria 26 anos e seria realizada uma comemoração no Hotel Moderno precedida por uma sessão magna de posse da nova diretoria, assim constituída: presidente, d. Yayá Junqueira França (reeleita); vice-presidente, D. Stella Macedo P. Lima; 1ª secretária, Alice Grillo (reeleita); 2ª secretária, Fernandina Marques (reeleita); tesoureira, Cecy Murray (reeleita) 2ª tesoureira, Stella do Amaral; orador convidado, doutor Eduardo Fernandes Chaves, construtor e engenheiro (**Gazeta do Povo**, 22/12/1920, p.3; [http://www.pnsra.org.br/igre\\_txt3.htm](http://www.pnsra.org.br/igre_txt3.htm). Eduardo Fernandes Chaves. Acesso: 16/05/2010). Outras notícias de comemorações da data de fundação do Grêmio das Violetas seriam publicadas nos anos seguintes (p.ex.: **Gazeta do Povo**, 23/12/1921, p. 3).

Nesse contexto filantrópico que perpassava várias ações dos grêmios existentes em Curitiba, a preocupação com ajuda humanitária aos combatentes da Guerra Mundial, na qual o Brasil se engajou em 1917<sup>27</sup>, e com a população civil da área do conflito, motivou a criação em terras paranaense da filial da Cruz Vermelha Brasileira, repetidamente chamada pelos jornais e outras publicações de Cruz Vermelha Paranaense. A instalação da Cruz Vermelha Paranaense ocorreu graças aos esforços do Grêmio das Violetas, com o apoio do Grêmio Bouquet. Como afirmaria meses depois artigo do jornal **Gazeta do Povo**: “(...) além de proporcionar a nossa sociedade festivaes de pura arte, o gentil Grêmio [das Violetas] cuida também de amparar instituições nobilíssimas, taes como a Cruz Vermelha (...)” (**Gazeta do Povo**, 30/04/1919, p. 2).

Fundada em Curitiba no dia 22 de abril de 1917 a Cruz Vermelha Paranaense contava entre seus membros com as consulesas da França, Inglaterra e Itália, senhoras Laforge, Goom e Goffredo respectivamente, e tinha como secretária a senhora Judith Costa (**Diário da Tarde**, 28/04/1917, p. 3; 30/04/1917, p. 2); Segundo Macedo:

A Cruz Vermelha Paranaense (...) nasceu entre flores; iniciativa do Grêmio das Violetas, teve apoio imediato do Grêmio Bouquet. (...) Por proposta da Senhorinha Stella Dória foi aclamada a primeira Diretoria que teve como presidente a senhora Viúva Leão Júnior. Na sua ausência presidiu a sessão fundamental da Cruz Vermelha a Senhora Margarida Laforge (1978, p. 7).

Neste mesmo dia foi instituída e empossada uma primeira diretoria assim constituída:

Viuva Agostinho Ermeliano de Leão Presidente; Sra. Margarida Laforge 1ª Vice-Presidente; Sra. Isabel Gomm 2ª Vice-Presidente; Sra. Andréa Godofredo 3ª Vice-Presidente; Sra. Maria Luiza Melo 4ª Vice-Presidente; Sra. Etelvina Rebelo de Camargo Presidente de Honra; Sra. Joanita B. M. dos Santos 1ª Secretária; Sra. Judite Costa 2ª Secretária; Sra. Mariana Coelho 1ª Oradora; Sra. Zilá Ticoulat 2ª Oradora (CRUZ VERMELHA BRASILEIRA, 1942, p. 5).

---

<sup>27</sup> O Brasil entrou efetivamente na Primeira Guerra Mundial no dia 26/10/1917 ao lado do Entente (Grã-Bretanha, França, Rússia, Bélgica, Sérvia, Japão e, depois, Estados Unidos, entre outras nações), mas desde maio de 1917 havia declarado o fim de sua neutralidade, devido ataques a navios brasileiros e pressão norte-americana (BERTUCCI, 2004, p.154).

A Cruz Vermelha Internacional foi organizada depois das guerras que resultaram nas transformações profundas do mapa político da Europa no século XIX (cf. HOBBSBAWM, 1995). Em 1863, voluntários socorriam as vítimas dos combates o que motivou a organização do Comitê Internacional de Socorro aos feridos com apoio de 16 países. Em 1864 foi criado o Comitê Internacional da Cruz Vermelha, graças a ação decisiva do governo suíço, e em 19 de outubro de 1892 decreto regulamentou o funcionamento da Cruz Vermelha Internacional. Nascia assim a instituição conhecida por prestar assistência e socorro aos feridos em conflitos e catástrofes (GUMPERT, 1944). Segundo o doutor João Evangelista Espíndola, no Brasil, a primeira sociedade da Cruz Vermelha foi fundada no Rio de Janeiro em 24 de outubro de 1908 (a “individualidade jurídica” da organização já era reconhecida no Brasil pela lei federal nº. 173, de 10 de setembro de 1893 (BRASIL, 1893)) e regulamentada pelo decreto federal nº. 2.380, de 31 de dezembro de 1910 (**Diário da Tarde**, 30/03/1918, p. 1)<sup>28</sup>.

Ao saudar a iniciativa da organização da filial curitibana da Cruz Vermelha Brasileira, em 1917, o jornal **Diário da Tarde** afirmava:

A Cruz Vermelha pressupõe a imminencia do perigo, a véspera do soffrimento, o despojo de todos os bens, o sacrificio de todos os affectos, o lucto d'alma, a resignação do martyrio.

E, assim, as damas de todas as nações em guerra vão se irmanando às mais humildes, na resignação a todas as privações, na resitencia a todos os esforços. (...)

Não ha escolher para as nossas caras patricias do que preferirem o humilde trabalho, o vestir modesto, a desprezo da fartura, a dadiva do superfluo, o esforço uniforme, o trabalho colectivo, a

---

<sup>28</sup> Segundo o decreto federal nº. 9.620, de 1912: “O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brazil, attendendo a que a Sociedade da Cruz Vermelha Brasileira foi reconhecida oficialmente pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha de Genébra e acreditada junto aos Comitês Centraes de outras nações e que é a unica que se organizou até hoje de conformidade com o decreto n. 2.380, de 31 de dezembro de 1910 e com as prescrições da lei n. 173, de 10 de setembro de 1893, tendo estatutos aprovados e registrados legalmente. Resolve declarar de caracter nacional a mesma Sociedade para poder funcionar no Brazil, e ser considerada de utilidade internacional e reconhecida por todas as nações cultas. Rio de Janeiro, 13 de junho de 1912, 91º da Independencia e 24º da Republica. HERMES R. da FONSECA. Lauro Muller” (BRASIL, 1912). Veja também o decreto federal nº. 23.482, de 21 de novembro de 1933, que “declara órgão central de organização federativa das associações da Cruz Vermelha a Cruz Vermelha Brasileira e dá outras providências” (BRASIL, 1933).

operosidade do lar, a confecção utilitaria, a pratica da assistencia, a previdencia para o infortunio (...) (**Diário da Tarde**, 09/05/1917, p. 1).

A instituição da Cruz Vermelha Paranaense seguiu esta premissa de atendimento aos necessitados de além-mar, mas também de auxiliar os necessitados do Paraná. Como em outras partes do Brasil e do mundo, a atuação feminina na instituição foi relevante:

Em todo o Estado, a população se agita impulsionada pelo mais exagerado sentimento patriótico sobressaindo nesse movimento a dedicação da mulher paranaense que, na imminencia de coparticiparmos da lucta que devasta a Europa, prepara-se para attenuar os flagellos da guerra que talvez muito logo venham pesar sobre os filhos de nossa terra. (**Diário da Tarde**, 07/05/1917, p. 1).

Realizando suas primeiras reuniões nas dependências do Club Curitibano, local de reuniões da elite política e financeira da cidade, a Cruz Vermelha Paranaense iniciou suas atividades graças a decisiva ação de mulheres. Entretanto, poucas semanas depois da criação oficial da instituição, nota no **Diário da Tarde** de 7 de maio de 1917 afirmava :

O fim dessa reunião [que se convoca] é se proceder a eleição de uma directoria composta de cavalheiros, por isso que [determina] os Estatutos da Cruz Vermelha Brasileira, à que a nossa esta filiada (...) (**Diário da Tarde**, 07/05/1917, p. 2).

Esta atuação masculina começa a se articular dentro da Cruz Vermelha Paranaense no momento que chega da Capital Federal o Estatuto Internacional da Cruz Vermelha que prevê a participação de ambos os sexos na direção da instituição. No discurso de despedida da primeira diretoria, Mariana Coelho, uma das oradoras do grupo, evidencia que a Cruz Vermelha no Paraná foi fundada e organizada somente com mulheres “mas sinceramente predispostas, é claro, a corrigir as deficiencias que naturalmente deviam existir em virtude da alludida falta, logo que os Estatutos chegassem (...)” (**Diário da Tarde** de 02/06/1917, p. 1).

A reunião para a eleição da nova direção foi então convocada para o dia 7 de maio de 1917. Neste dia foi apresentada uma comissão executiva para organizar a eleição, composta por 50 pessoas, 25 mulheres e 25 homens. Mas os

trabalhos para a eleição foram interrompidos pelo médico Benjamim Lins que, pedindo a palavra, afirmou que

(...) a eleição para a directoria não podia ser feita porque a sociedade ainda não estava legalmente constituída, pois não havia, até então, sócios effectivos, e sim, tão somente, socios honorários (**Diário da Tarde** de 08/05/1917, p. 1).

O doutor Menezes Doria discordou do colega de profissão. Para ele, mesmo sem sócios efetivos, a Cruz Vermelha Paranaense estava constituída e, portanto poderia ser realizada a eleição para a nova diretoria. O doutor Lins contestou, dizendo que Estatutos da Cruz Vermelha internacional consideravam sócios honorários os médicos, farmacêutico, advogados, etc., em geral, o que, portanto, não significava que a Cruz Vermelha Paranaense estivesse constituída e com número suficiente de sócios para sua manutenção. Depois de muita discussão, ficou combinado que a eleição seria realizada em outra data, depois que fossem angariados, pela direção então existente, novos sócios efetivos para a instituição. Todos os presentes na reunião, ao assinar a ata, tornariam-se sócios efetivos.

Durante o mês de maio foram publicadas nos jornais de Curitiba apelos para a filiação a Cruz Vermelha Paranaense e listas dos sócios efetivos da instituição. Pelos nomes publicados nos periódicos pode-se concluir que muitos sócios eram médicos, advogados, escritores, policiais, políticos; vários deles com suas esposas. Entre eles estavam: o desembargador Bevilaqua (advogado), Dario Veloso (escritor), tenente Julio Xavier, engenheiro Moreira Garcez (político) e doutor Adriano Goulin (médico) e sua esposa Rosa Goulin, dentre outros. No final do mês eram sócios 102 mulheres e 133 homens.

O Conselho Diretor da Cruz Vermelha Paranaense, que escolheria a diretoria mista, foi eleito no dia 28 de maio de 1917, composto de 15 senhoras e 15 cavalheiros:

Exmas, sras Elvira de Mattos, Zilla Ticoulat, Judith Costa, Joanita Marques, Mercedes Fontana, Maria Lyrio, Isabel Gomm, Emilia Rego Barros, Alcina Camargo, Noêmia Lima, Esther Menssing, Ismênia de Alencar, Elisa Gonçalves, Lulu Reis, Josephina Rocha. Srs. dr. Candido de Abreu, dr. Victor do Amaral, dr. Espindola, dr. Benjamin Lins, dr. Reinaldo Machado, dr. Petit Carneiro, dr. Leal

Ferreira, dr. Enéas Marques, desembargador Vieira Cavalcanti, monsenhor Celso, dr. João Antonio Xavier Filho, Augusto Loureiro, dr. Santa Ritta, Julio Theodorico Guimarães, desembargador Euclides Bevilacqua (**Diário da Tarde** de 29/05/1917, p. 2).

No dia 1º de junho deste mesmo ano, foi eleita a primeira diretoria mista da Cruz Vermelha Paranaense composta majoritariamente por membros masculinos nos cargos de maior prestígio<sup>29</sup>. Esta diretoria, com mandato de 1 ano, contava com os seguintes componentes, por cargo:

Presidente, dr. Candido Ferreira de Abreu; 1º vice-presidente, dr. Victor Ferreira do Amaral; 2º vice-presidente, dr. João Evangelista Espindola; 3º vice-presidente, d. Maria Lyrio; 4º vice-presidente, d. Elvira de Mattos; secretario geral, dr. Benjamin Lins; 1º secretario, Julio Theodorico dos Santos; 2ª secretaria, d. Judith Costa; 3ª secretaria, d. Esther Mensing; thesoureiro, dr. Euclides Bevilacqua; procurador, dr. Vieira Cavalcanti; 1ª procuradora, Zila Ticoulat; 2ª procuradora, d. Emilia Rego Barros (**Diário da Tarde** de 02/06/1917, p. 1).

Independente da formação ou da posição sociopolítica dos homens, o que se pode observar é que as mulheres começavam a ser, discretamente, preteridas. Cederam os postos principais espontaneamente? Havia mais sócios efetivos homens e, portanto, eles teriam prioridade? Não sabemos. Certo é que os cargos principais, como a presidência, a secretaria geral e a tesouraria, foram ocupados por homens.

Importante destacar que a organização da Cruz Vermelha Paranaense contaria entre seus membros femininos, além das chamadas “damas de caridade” dos grêmios curitibanos, com intelectuais como Mariana Coelho, escritora, feminista, professora (cf. BUENO, 2010). Em seu discurso de 2 de junho de 1917, Mariana Coelho, em tom ufanista, afirmou :

A Cruz Vermelha Paranaense surgiu como que para coroar o grande e justamente admirado movimento associativo desta capital;

---

<sup>29</sup> O texto publicado pelo **Diário da Tarde** de 7 de maio de 1917, p.2, sobre a convocação para reunião na Cruz Vermelha Paranaense, insinuava que deveriam existir duas diretorias, uma feminina e outra masculina (“(...) uma directoria composta de senhoras e uma de cavalheiros”), entretanto as providências tomadas na Cruz Vermelha filial Paraná, com base declarada nos Estatutos da Cruz Vermelha Internacional, resultaram em uma única diretoria mista. Os Estatutos não foram localizados.

e surgindo no tão delicado momento que a patria atravessa, realizou a feliz idéia de vir ao encontro da melhor oportunidade que se lhe podia deparar.

(...) dos seus deveres de solidariedade no alheio infortúnio, apresentando-se onde a sua benefica acção for reclamada; - isto, sabemos, conforme indicação dos poderes competentes, que se devem informar onde ha necessidade de conforto moral e physico – inquirindo de todos os recantos onde occultam a miseria e a dôr sobre todas as suas negras e variadas formas. E os enviados da Cruz Vermelha – emissários do bem e do amor, irão então qual bando alado batendo as niveas azas protectoras, em promissora revoada, levar aos infelizes o obulo sublime da caridade – quer elle se traduza na doçura reconfortante da palavra carinhosa, quer na espontaneidade de uma meticolosa assistência; irão, em summa, levar a todos os desesperados na dolorosa travessia terrena, o “ramo da oliveira” de uma vida nova ou melhorada (**Diário da Tarde**, 02/06/1917, p. 1).

No discurso de Mariana Coelho é possível visualizar os membros da Cruz Vermelha Paranaense como “anjos protetores”, afinal ela compara-os a “emissários do bem e do amor” que levavam “aos infelizes” ajuda caridosa, combatendo a miséria e a dor. A função da Cruz Vermelha seria, portanto socorrer, cuidar, possibilitar a melhoria de vida dos mais necessitados.

Desde sua organização, a Cruz Vermelha Paranaense, com sede social na Rua Barão do Rio Branco, nº. 96 aparecia frequentemente nas páginas dos jornais como atuante no combate ao infortúnio de muitos moradores de Curitiba, e foi com o envolvimento da instituição no auxílio aos doentes da epidemia de febre tifóide, em 1917, que se iniciou o atendimento da Cruz Vermelha Paranaense à saúde da população curitibana (os gastos da instituição com esta epidemia somaram 17:000\$000, que foram destinados a aquisição de leite para distribuição gratuita às famílias pobres atacadas pela moléstia e na distribuição de vacinas) (**Gazeta do Povo**, 11/10/1917, p. 1)<sup>30</sup>. Durante o período epidêmico, artigo do jornal **Diário da Tarde** afirmou:

O posto vaccinico, que está funcctionando sobre os auspícios da Cruz Vermelha [Paranaense], já hontem asignalou seus magnificos resultados, tendo os dignos médicos que ali funcctionaram, vaccinado todas as pessoas que se apresentaram para este fim.

---

<sup>30</sup> Segundo Macedo (1978, p.7), entre os objetivos primeiros (quando, como?) da Cruz Vermelha Paranaense estaria a construção de um hospital para crianças em Curitiba.



As dedicadas diretoras da Cruz Vermelha [Paranaense] e outras caridosas senhoras que fazem parte desta instituição, estão asinalando por um acto meritório, a grandeza dos seus sentimentos em uma hora de afflicção por que esta passando a população da capital. (**Diário da Tarde**, 13/10/1917, p. 1).

Dia 23 de outubro de 1917, no mesmo jornal, o jornalista Gastão Faria em sua coluna “No meu Canto”, criticava a ajuda da filial curitibana da Cruz Vermelha ao povo belga, que sofria com a guerra, mas exaltava o envolvimento das senhoras da instituição no socorro as famílias pobres de Curitiba “onde enfermos succumbem minados pelo mal reinante [a febre tifóide] e pela fome”. Segundo Faria a missão da instituição seria “a filantropia e o civismo sensibilizante” (**Diário da Tarde**, 23/10/1917, p. 1).

Cerca de um mês depois do artigo de Faria, o balancete de receita e gastos da Cruz Vermelha Paranaense com o posto de vacinação e o socorro aos necessitados pela Cruz Vermelha Paranaense era o seguinte:

De 12 de Outubro a 15 de Novembro	
	Deve
Contribuição recebida	2:130\$000
Donativo no Posto Vaccinico	72\$900
Caixa da Cruz Vermelha enviada pelo sr. Krochener	45\$000
Um anonymo pelo “Commercio do Paraná”	30\$000
	<u>2:277\$900</u>
	Haver
824 garrafas de leite	236\$800
Receita na Pharmacia polonesa	147\$800
Gênero	41\$500
Auxilio aos pobres em dinheiro	470\$500
Cocheira Augusto Rutz	15\$000
Papelaria Glogo	43\$000
Commissão ao cobrador	50\$000
Despesas geraes	8\$600
Despesas do Posto Vaccinico	204\$800
	<u>2:277\$900</u>

(**Diário da Tarde**, 21/11/1917, p. 3).

Os gastos prioritários foram com dinheiro doado aos pobres, leite, vacinação e remédios, totalizando 1:059\$900. O balancete indicava, além da preocupação de socorrer os doentes da epidemia e tentar evitar sua propagação, a prioridade de gastos com doações “aos pobres” (para compra de comida e remédios?) e com

leite (para crianças?). Chama a atenção o fato dos gastos apresentados serem idênticos à quantia arrecadada, mas se calcularmos cada um dos gastos é possível perceber que eles não resultam no total da receita e sim em 1:218\$000, ou seja, um saldo de 1:059\$900 para a Cruz Vermelha Paranaense. Erro de contas? Erro na publicação do balancete? O jornal ou a Cruz Vermelha Paranaense não comentaram os dados editados.

Certo é que, a partir desta ação no período da epidemia de febre tifóide, a imprensa curitibana, de forma recorrente, aclamou as senhoras da Cruz Vermelha Paranaense pelos “préstimos” no socorro das crianças e suas mães pobres.

E evocando o quadro triste do infortúnio alheio, certo, verão o quanto é nobre a missão daquellas santas damas da Cruz Vermelha [Paranaense], que por ahi vivem, sem barulho à dispensar carinhos e alimentos ás creancinhas e as mães que, vencidas pela fome, vão se extinguindo, como a luz de uma lampada, que se apaga aos poucos... (**Diário da Tarde**, 05/01/1918, p. 1).

O doutor João Evangelista Espindola, professor da Faculdade de Medicina, assim lembrou o período epidêmico de 1917:

(...) quando da epidemia de febre typhoide, que assolou esta Capital, a secção paranaense da Cruz Vermelha Brasileira foi inexcedível em préstimos generosos, acudindo a pobreza com soccorros médicos, alimentos, roupas, enfim, levando-lhe o melhor lenitivo nos momentos de angustia (ESPINDOLA, 1918, p. 308).

Paralelamente, cada vez mais, a Cruz Vermelha Paranaense passa a utilizar a imprensa curitibana para fazer propaganda de suas atividades, publicando inclusive convocatória para seus serviços<sup>31</sup>.

#### Cruz Vermelha Paranaense

R. Barão do Rio Branco, 96  
Expediente: todos os dias úteis  
Das 12 ás 15 horas    meio dia ás 3

---

<sup>31</sup> Entre as publicações referentes a instituição, alguns artigos também ressaltavam as atividades da Cruz Vermelha em nível mundial. Em maio de 1920, a **Gazeta do Povo** trazia comentário sobre ação da Cruz Vermelha Americana em diferentes partes do Globo, como na China, onde havia patrocinado estudos e um projeto para tentar acabar com as enchentes no país (**Gazeta do Povo**, 21/05/1920, p.1).

Consultório gratuito diariamente, das 13 as 15 horas  
Serviço de vacinação contra o typho [febre tifóide] e a varíola  
diariamente, das 13 ás 15 (**Diário da Tarde**, 15/02/1918, p. 1;  
16/02/1918, p. 1; 18/02/1918, p. 1, 19/02/1918, p. 1 e 3).

Em 1918, em meio à epidemia de gripe espanhola, a Cruz Vermelha Paranaense teve participação decisiva no auxílio à população pobre curitibana, fornecendo-lhes gratuitamente medicamentos prescritos pelos médicos e distribuindo leite e gêneros alimentícios em domicílio para as famílias com doentes da gripe. O total de gastos somou 14:600\$000 (**Diário da Tarde**, 27/11/18, p. 1; 05/12/1918, p. 14).

Depois de atuar no combate a duas epidemias, em 1917 e 1918, a Cruz Vermelha Paranaense iniciaria as atividades do Instituto de Higiene Infantil, dia 26 de outubro de 1919, atendendo crianças enfermas, distribuindo medicamentos e vacinando prioritariamente as crianças pobres. Entretanto, segundo artigo do jornal **Gazeta do Povo**, publicado alguns meses depois da inauguração do Instituto eram poucos os curitibanos que colaboravam com a Cruz Vermelha Paranaense. O jornal afirmava que apesar da pequena colaboração que recebia a instituição estava conseguindo cumprir suas funções graças ao envolvimento das “nobres damas” de Curitiba que conseguiam reunir algum recurso. Estes recursos eram obtidos através de poucos donativos, e, notadamente, de eventos ou sorteios. Entre os sorteios destaque para a “tombola da limousine Ford”, que havia acontecido no dia 6 de junho de 1920 (**Gazeta do Povo**, 07/06/1920, p. 3).

(...) a nossa Cruz Vermelha, lutando com a indiferença geral e com a falta de humanidade de grande maioria da população, que lhe recusa até os dez tostões de mensalidade, vae assim mesmo cumprindo com brilhantismo a sua humanitária missão. Está ella agora empenhada na fundação do Hospital da Criança. (...) Não sabemos qual a razão por que a Cruz Vermelha não tem o franco apoio da população.  
Os nomes das pessoas que a dirigem são honradissimos e contra elles não se pode aventar a mais leve duvida. (...) Falta de caridade? Não cremos. Talvez que desconhecimento do papel importantíssimo que exerce a Cruz Vermelha. (**Gazeta do Povo**, 21/05/1920, p. 1).

Foi impossível saber se, ou porque, a “maioria da população” de Curitiba não colaborava ou não aprovava a Cruz Vermelha Paranaense, mas os apelos do jornal

parecem ter surtido resultado, pois além da manutenção do Instituto de Higiene Infantil (ou Policlínica Infantil, como repetiam os jornais) e de outras ações, em 1920 a Cruz Vermelha Paranaense compraria um terreno para a construção de um hospital especialmente para atendimento de crianças.

No dia 30 de dezembro de 1920 é eleito o Conselho Diretor da Cruz Vermelha Paranaense para o ano de 1921. Composto dos seguintes membros:

Drs. Affonso Camargo, Petit Carneiro, Aluizio França, Eduardo Virmond, monsenhor Celso Itiberê da Cunha, Vieira Cavalcante, Coriolano Mota, Marins Camargo, Evangelista Espindola, Victor do Amaral, Leônidas Ferreira, Miguel Isaacson, David Carneiro, João Antonio Xavier, Julio Theodorico, d. Izabel Gomm, Margarida Laforge, Zilla Ticoulat, Iracema de Carvalho, Elvira de Mattos, Elisa Lynch, Gracita Machado, Noemia Lima, Aurena Silgowski, Maria Falce de Macedo, Elisa Joubert, Maria Augusta Loyola, Olinda Palmequist, Isarina Virmond e Judith Costa. (**Gazeta do Povo**, 31/12/1920, p. 3).

Neste novo conselho estão presentes senhoras que faziam parte do Grêmio das Violetas, como Izabel Gomm, Margarida Laforge, Zilla Ticoulat, dentre outras. A presença de médicos ganha cada vez mais destaque, muitos destes doutores atuavam no Instituto de Higiene Infantil, como é o caso de Affonso Camargo, Petit Carneiro, Aluizio França e Eduardo Wirmond de Lima. A participação dos médicos na diretoria da Cruz Vermelha Paranaense parece proporcional à prestação de serviços de saúde, cada vez mais especializados, oferecidos pela instituição.

A diretoria que assumiu publicou um balancete da Cruz Vermelha Paranaense desde sua fundação, em 22 de abril de 1917, até 31 de dezembro de 1920. A tesoureira da instituição, senhora Margarida Laforge, apresentou as contas de entradas e saídas.

Receita	
Mensalidades e sócios remidos	11:303\$000
Remessas das filiaes	1:120\$000
Produtos de festejos para os belgas, os cearenses e a Cruz Vermelha	25:380\$000
Vendas de medalhas e distintivos	508\$800
Lucro das Feiras	575\$800
Subscrição e donativos	26:215\$100
Subvenção do Estado para a Cruz Vermelha e	

para a Polyclinica	5:133\$000
Resultado liquido da tombola do automovel	9:445\$000
Juros de dinheiro depositado ao Bancos	<u>1:962\$800</u>
	81:644\$000
Despeza	
Remessa ao Presidente do Estado para os belgas e os cearenses	19:866\$000
Secção de costuras	1:798\$900
Moveis e utensilios	2:719\$700
Compra de medalhas e distinctivos	818\$000
Esmolas, generos e medicamentos aos pobres	16:525\$300
Commissão ao cobrador	1:031\$900
Compra de um terreno para a construcção do Hospital	8:000\$000
Despesas geraes	5:758\$000
Depósito no Banco:	
Em dinheiro	22:473\$100
Em bônus	2:433\$000
Saldo em caixa em 31 de Dezembro de 1920	<u>220\$000</u>
	81:644\$000

(**Gazeta do Povo**, 21/02/1921, p. 1).

Vale a pena destacar os itens: Subscrição e donativos, Produtos de festejos, Mensalidades dos sócios, Resultado líquido da tómbola do automóvel e Subvenção do Estado para a “Cruz Vermelha Paranaense e para a Polyclinica”. O maior montante de dinheiro arrecadado está no item Subscrição e donativos (26:215\$100), assim como no Produtos de festejos (25:380\$000), pois cada uma destas receitas individualmente chega a ser mais que o dobro das mensalidades pagas pelos sócios (11:303\$000). A ajuda do Estado para a Cruz Vermelha Paranaense também chama a atenção, pois esta recebe do governo do Paraná praticamente a metade do total pago pelos seus sócios (5:133\$000).

As maiores despesas foram com esmolas, gêneros alimentícios e medicamentos aos pobres, no valor de 16:525\$300, quase a metade do que foi arrecadado nos quatro anos. Outra despesa bastante significativa foi a que resultou da compra de terreno para o Hospital: 8:000\$000. Note-se que este balancete apresenta as contas efetuadas pela Cruz Vermelha Paranaense nos seus quatro primeiros anos de existência. Seria esta publicação uma tentativa de evidenciar as “boas intenções” da instituição e em consequência angariar mais fundos para suas obras? Pode ser. Dois dias depois da publicação do balancete, (para valorizar as

ações da instituição? E dos doadores?), nova reportagem na **Gazeta do Povo**, que não foi assinada, afirmava:

Confiada á uma directoria honesta e trabalhadora, a Cruz Vermelha de Curityba é uma instituição seria, onde a menor esmola é recebida e registrada, à que o povo pode confiar sem escrúpulos os seus donativos, certos de que serão elles bem aproveitados. Nem todas as instituições são assim.

Ao terminarmos esta nota, sentimo-nos na obrigação de consignar os nossos louvores á directoria da nobre instituição pelo bello exemplo de trabalho, de caridade, e de patriotismo que vem dando. (**Gazeta do Povo**, 23/02/1921, p. 1).

E o grande “exemplo de trabalho, de caridade e de patriotismo” da Cruz Vermelha Paranaense no final dos anos 1910 foi a criação do Instituto de Higiene Infantil ou Policlínica Infantil. Uma indicação dos rumos que a Cruz Vermelha Paranaense estava seguindo: o cuidado com a saúde de crianças. O Instituto de Higiene Infantil atenderia diariamente crianças e mães pobres e doentes, inclusive vacinando-as contra a febre tifóide e a varíola (**Gazeta do Povo**, 03/01/1920, p. 3; 21/01/1920, p. 4; 28/04/1925, p. 6). Em 1920, por exemplo, os gastos com medicamentos (“pharmacia” no balancete) somaram 1:070\$000, a maior quantia gasta pela Cruz Vermelha Paranaense no período (**Gazeta do Povo**, 28/04/1921, p. 1), um indício significativo de como a atenção com a saúde era item prioritário da instituição.

Como afirmava outro artigo do jornal **Gazeta do Povo** de 1920: “o Hospital de Creanças se faz necessário” (**Gazeta do Povo**, 06/09/1920, p.1). E, além do Instituto de Higiene Infantil, outras iniciativas com o objetivo de promover a saúde e tratar as doenças dos “pequenos” seriam implementadas pela Cruz Vermelha Paranaense ou em parceria com a instituição e concorreriam, de diferentes formas, para a organização do “necessário” Hospital de Crianças.

## **CAPÍTULO 2**

**O Instituto de Higiene Infantil (ou Policlínica Infantil), a  
Escola de Puericultura, a Creche: cuidar da saúde e educar as  
crianças e suas mães**

Quem lida com uma criança é como quem equilibra um mimo leve e frágil que à menor distração, pode cair e quebrar-se. A estatística, cada vez maior da mortalidade infantil apavora como a de uma guerra sangrenta, e tal calamidade é, principalmente, devida à falta de higiene, ou seja – de conhecimentos indispensáveis à criação do infante e tanto ela se manifesta em palácio como em cabanas (...) (**Vida doméstica**, nº. 118, 1928 *apud* FREIRE, 2008, p.160).

No dia 26 de outubro de 1919 a Cruz Vermelha Paranaense inaugurou seu Instituto de Higiene Infantil, também chamado de Policlínica Infantil, e a Escola de Puericultura:

Hontem às 15 horas, com a presença dos srs. drs. Affonso Camargo, presidente do Estado e Oliveira Franco, secretario do Interior, diversos medicos, algumas senhoras e o representante desta folha, inaugurou a benemerita Cruz Vermelha Paranaense a sua Polyclinica Infantil e Escola de Puericultura.  
(...) o sr. dr. Petit Carneiro, orador official da Cruz Vermelha, que leu um bom discurso em que, com phrases felizes, exaltou a importancia desta nova iniciativa que vem mais uma vez patentear a benemerencia da philantropica associação que muito honra a nossa sociedade. (**Gazeta do Povo**, 27/10/1919, p. 2).

Em São Paulo, segundo Rocha, “o Instituto de Higiene teve papel fundamental na articulação de um modelo de intervenção sobre a realidade social” (2002, p. 164). Guardadas as devidas proporções, o Instituto de Higiene Infantil teria em Curitiba papel destacado como catalisador de ações direcionadas ao cuidado de crianças, especialmente através de seu Dispensário. Cada um desses Institutos tem suas características próprias e diferenciadas, afinal fazem parte de diferentes espaços e realidades, mas as ideias de higiene e educação permeavam as ações das duas instituições. O Instituto de Higiene em São Paulo tinha como ação prioritária a formação dos futuros médicos, foi uma “escola de higiene e saúde pública” (2002, p. 131). Entre 1919 e 1925, o Instituto de Higiene Infantil teve papel significativo na formação dos futuros médicos curitibanos, pois os estudos de Clínica Pediátrica de acadêmicos da Faculdade de Medicina do Paraná eram realizados no local.



O ensino de Clínica Pediátrica médica foi feito este ano no Dispensário de Clínica Infantil [no Instituto de Higiene Infantil] da Cruz Vermelha Brasileira desta capital, esperando-se que breve se ultime a construção do Hospital de Crianças, pertencente àquela humanitária instituição, e que se acha em andamento. Neste Hospital serão então dadas todas as aulas de Clínica Pediátrica (FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ, 1924, p. 14).

Entretanto o Instituto curitibano não priorizava a formação do médico, mas o cuidado com crianças pobres, inclusive com distribuição de remédios e alimentos<sup>32</sup>, e em 1925 os estudos de Clínica Pediátrica foram transferidos para o Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Paraná (CINTRA, 2010, p. 184)<sup>33</sup>.

Desde pelo menos o século XIX, a preocupação com a constituição saudável de crianças mobilizava diferentes segmentos sociais e era objeto de atenção médica específica no Brasil. A puericultura entendida como o “conjunto de técnicas científicas destinadas à criação dos filhos de forma a preservar sua saúde e garantir seu crescimento e desenvolvimento adequados” (FREIRE, 2008, p.160), balizaria as ações consideradas adequadas no trato de crianças e para formar suas mães.

---

<sup>32</sup> Pelo menos até o início dos anos 1930 foram gratuitos os serviços prestados desde 1917 pelas instituições relacionadas à saúde e aos cuidados das crianças (e suas mães) da Cruz Vermelha Paranaense (para pobres que eram a imensa maioria, ou eventualmente para os que podiam pagar, especialmente no caso de vacinação), inclusive com a distribuição dos remédios que eram receitados: primeiro aviados na farmácia da Santa Casa de Misericórdia e a partir de 8 de setembro de 1930 em farmácias da cidade devidamente autorizadas. A partir de 30 de dezembro de 1930 seria instalada pela Associação Paranaense de Farmacêuticos uma farmácia no Hospital de Crianças (inaugurado em fevereiro de 1930) que continuou realizando o aviamento gratuito de receitas (*Diário da Tarde*, 05/04/1918, p. 1; MACEDO, 1978, p.13). Em 1937, quando o Hospital estava sob a direção da Faculdade de Medicina do Paraná, é informado que: “Para a manutenção do Hospital de Crianças recebemos os seguintes auxílios: do Governo do Estado 30:300\$000, da Prefeitura Municipal 16:840\$000; da Associação Feminina de Proteção à Infancia 17:100\$000; de Diversos donativos 18:182\$000; e da *Receita da Farmácia 3:804\$600*” (FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ, 1937, p. 3. Grifo meu). Estaria o Hospital de Crianças cobrando pelo aviamento de receitas de todos os pacientes ou apenas daqueles que declaravam poder pagar? Não sabemos. Mas o indicativo de cobrança pode significar o aumento e diversificação da clientela do Hospital, que não atenderia apenas as crianças pobres ou “desvalidas”, mas todas as crianças que necessitassem de um atendimento mais especializado e/ou internação.

<sup>33</sup> O Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Paraná (IPAI) foi fundado inicialmente em 1905 em Curitiba pelo médico Dr. Candido de Leão, consolidando-se em 8 de fevereiro de 1921, como a décima sétima filial do IPAI do Rio de Janeiro, depois que a primeira iniciativa de 1905 não prosperou (*Gazeta do Povo*, 06/01/1922, p. 2). O Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Paraná se assemelhava ao instituto que “havia sido fundada anos antes [em 1899] na cidade do Rio de Janeiro” pelo médico Arthur Moncorvo Filho. “Segundo Moncorvo Filho, a finalidade de tal instituição voltava-se para proteger, na perspectiva higiênica, científica e social, as mães e as crianças pobres de todas as idades” (TURINA, 2010, p. 8-9).

De um lado, os médicos higienistas legitimavam-se como puericultores, especialistas na promoção e manutenção da saúde das crianças, conquistando maior autoridade na sociedade e no interior do corpo médico. De outro, contribuíam para a redefinição dos papéis femininos e a configuração de um novo papel social para a mulher: a mãe moderna (FREIRE, 2008, p. 160).

De acordo com Martins (2008, p.137-138) no início do século XIX observa-se uma grande sensibilização com os filhos, pois há uma preocupação maior tanto das famílias, como dos órgãos governamentais, com a saúde e mortalidade das crianças que são consideradas o futuro da nação e que, portanto, precisam ser preservadas e cuidadas. Estas preocupações são encontradas principalmente nos registros de documentos e em texto médicos da época, nos quais os doutores propõem “a forma de se cuidar dos filhos” (MARTINS, 2008, p. 138). Os médicos puericultores propõem um tripé entre a ação médica, o Estado e as mães; estes três agentes atuariam com a mesma finalidade: a proteção à criança. Neste tripé o Estado seria o agente responsável em formular legislações de proteção da criança, da mulher e da família e implementar políticas públicas. As mães seriam os agentes mais importantes: bem instruídas e fiscalizadas pelos médicos (com o apoio do Estado e da iniciativa privada), concorreriam para educação saudável das crianças. A tarefa primordial seria, portanto, a divulgação de práticas médicas para manutenção da saúde entre as mães, nos consultórios ou em domicílio (MARTINS, 2008, p. 140).

As organizações do Instituto de Higiene Infantil e seu Dispensário e da Escola de Puericultura em Curitiba se inserem, portanto, em um contexto nacional e internacional, e foram conjugadas com demandas locais. A mais evidente dessas demandas era a redução da mortalidade de crianças, que somando aproximadamente 50% dos óbitos do Paraná assustava os curitibanos, como explicitavam diversas matérias dos jornais da Capital (**Diário da Tarde**, 08/01/1917, p. 1; **O Dia**, 20/07/1923, p. 1; **Gazeta do Povo**, 05/05/1928, p. 7). Os cuidados especializados com as crianças e a educação para as mães apareciam como inadiáveis para muitas pessoas que, repetindo os doutores consideravam

que “criar filhos também demanda conhecimento, método e técnicas complexas” (MARTINS, 2008, p, 136).

Nesse período, no Brasil dados estatísticos apontam que as crianças pequenas alimentadas com mamadeiras morriam 12 vezes mais que as amamentadas pelas mães, proporção que aumentava no verão (FREIRE, 2009, p. 215). Como escreveu Freire (2009, p. 215), a principal causa de óbitos de crianças no país resultava da junção de “distúrbios digestivos e perturbações da nutrição” que poderiam ser resolvidos com a amamentação das crianças, assim como com a observância de regras de higiene.

A relação sobrevivência infantil cuidados com alimentação e higiene acabava por confiar às mães grande responsabilidade com relação ao desenvolvimento e saúde das crianças. Desde meados do Oitocentos, médicos consideravam que, “excetuando-se os vermes intestinais e os fatores climáticos, todas as outras causas [de mortalidade] resultavam da incompetência de quem lidava com as crianças” (COSTA, 1989, p. 163). Para reverter tal situação as mães deveriam ser guiadas pela ciência médica. A paulatina proximidade entre médicos e mulheres resultou em um

maior conhecimento sobre a gravidez, o parto, os primeiros cuidados com o recém nascido e as doenças infantis, ampliando a confiança das mulheres nos médicos não só para atendê-las, mas também para com seus filhos pequenos (MARTINS, 2008, p. 138).

A organização do Instituto de Higiene Infantil em Curitiba foi, assim, conjugada com a preocupação crescente com relação aos cuidados com as crianças, especialmente as mais pobres, perceptível inclusive na voz das mães que, pontualmente, podem ser “ouvidas” através dos jornais diários da cidade, mesmo quando essas vozes eram selecionadas pelos donos dos jornais, articulistas ou médicos. Uma fala feminina que, se muitas vezes mostrou a permanência de práticas populares de cura entre as mulheres (que continuavam a tratar as doenças de seus filhos com chás e rezas), também mostrou uma reivindicação de conhecimentos médicos científicos sobre cuidados com os filhos, alimentação, higiene e saúde das crianças. Exemplo significativo foi a coluna

publicada na **Gazeta do Povo** intitulada “Consultório de Ensinamentos às Mães” de autoria do Dr. Aluizio França com publicações de 1930 a abril de 1933 e durante os primeiros meses de 1943 (SIGOLO, 1998, p. 154). Na coluna o médico, professor de Terapêutica Clínica da Faculdade de Medicina do Paraná, ensinava às mães medidas médico-científicas de cuidados com crianças o que, como escreveu Ganz, não “excluía a discordância da mãe em relação à prática médica, pois no momento em que (...) [ela] escreve ao CEM [Consultório de Ensino às Mães] está aberta a dialogar, mesmo que discorde do médico em parte ou totalmente” (1996, p.6)<sup>34</sup>.

Mas, mesmo antes de sua coluna regular publicada no jornal **Gazeta do Povo**, o doutor França escrevia artigos para o jornal sobre o tema saúde das crianças. Em 1926, no texto intitulado “Em cada 100 criancinhas que sofrem das doenças da dentição, apenas 10 devem tomar remédios, a hygiene cura as restantes”, doutor França comentava que 90% dos casos de doenças da 1ª dentição aparecem em crianças com infecções ocasionadas pela alimentação, por isso defendia a amamentação materna até os 8 meses de idade no mínimo. Segundo o doutor “aleitada ao seio materno a criancinha prospera sempre. E não só prospera, mas faz uma dentição robusta” (**Gazeta do Povo**, 29/12/1926, p. 5). No dia 8 de janeiro de 1927 o médico escreveu novo artigo, chamado “Amamentada na ‘mamadeira’ a criança adoece sempre...”, neste texto ele relaciona os óbitos das crianças com o uso da mamadeira comparando-a a uma “doença infecciosa mortífera”, pois pode ser contaminada pela falta de higiene tanto na limpeza da própria mamadeira como no leite utilizado para a alimentação das crianças (**Gazeta do Povo**, 08/01/1927, p. 3). Em outro artigo, no mesmo ano, doutor Aluizio França alerta sobre causas, sintomas e remédios para crises convulsivas nas crianças que, segundo ele, podem ser ocasionadas não apenas por “epilepsia essencial”, mas também por “ataques de vermes”. A segunda causa claramente associada a falta de higiene e, indiretamente, ao descuido materno (**Gazeta do Povo**, 02/03/1927, p. 3).

---

<sup>34</sup> Confira mais detalhes sobre os conselhos às mães, nos jornais de Curitiba na primeira metade do século XIX, em GANZ, 1996; 1997 e SIGOLO, 1998.

Conselhos às mães e também propagandas de medicamentos direcionadas às mães ocupam espaço significativo nas páginas dos jornais de Curitiba na segunda metade dos anos 1920. Essas propagandas, além de estimularem a compra de remédios, também colaboravam com a “instrução” de mulheres sobre a maneira de cuidar de seus filhos.

“Aparae as unhas de vossos filhos!” é o título de uma dessas propagandas, publicada na **Gazeta do Povo** de 10 de março de 1926. O texto, que foi assinado pela “propagandista”, recorre a preceitos de higiene doméstica e explica os males a que as crianças ficam expostas se suas unhas não forem cortadas. Segundo a notícia, este descuido torna as unhas viveiros de germes e ovos de vermes como os oxiúros, que quando colocados na boca se transferem para os intestinos, onde encontrariam terreno fértil para seu desenvolvimento e multiplicação “causando prejuízos sérios á saúde de grande parte de nossa população infantil” (**Gazeta do Povo**, 10/03/1926, p.3). O número de anúncios de vermífugos veiculados nos jornais da cidade era grande, destaque para o Ascaridol, cujas doses obedeciam a idade da criança (Figura 01).



Figura 01 - **Gazeta do Povo**, 21/07/1926, p. 2

Em 1927 as donas de casa curitibanas eram conclamadas a manter em suas casas um tipo de pomada que as auxiliaria no combate às dores reumáticas ou nevralgias.

Não ha dona de casa no nosso paiz que não saiba improvisar remédios e curativos nos casos de necessidade. Todas ellas preparam, com desembaraço, um chá de herva cidreira ou de herva dôce, como manipulam uma cataplasma de farinha de linhaça. Ha, porém, remédios indispensáveis em todos os lares e que se não improvisam, como, por exemplo, a Fricção Bayer de Espirosai. Eis porque não se comprehende mãe de família providente sem este medicamento em casa (**Gazeta do Povo**, 13/08/1927, p. 4).

O descuido dos pais com relação aos filhos era tema de outra propaganda, do remédio Nujol para prisão de ventre, que os culpava pelas doenças intestinais das crianças, que distraídas em suas brincadeiras se esqueciam de ir ao banheiro regularmente (Figura 02). Entretanto, mesmo chamando a atenção de mãe e pai no



título do anúncio, a imagem reproduzida pela propaganda do medicamento sinaliza a mãe como a principal responsável pela saúde dos filhos, afinal é ela que fica em casa e deve zelar pelo lar e saúde de todos. O marido, de chapéu e pasta nas mãos e casaco no braço, sai diariamente para trabalhar e sustentar a casa.



*A doença da creança  
pode ser devida a  
descuido dos paes*

Causa remorso aos paes saber que a perda da saude da creança é devida a descuido de sua parte.

Com os seus jogos as creanças esquecem os seus afazeres importantes e em tempo isso traz prisão de ventre. Durante o periodo de crescimento o effeito dos toxicos que se formam nos intestinos com a prisão de ventre é bem apparente no corpo das creanças. E' o dever das mães evitar a prisão de ventre das creanças que acaba por arruinar-lhes a saude.

O Nujol é o agente correctivo mais conveniente para este fim. Ao contrario dos laxantes que com o uso continuo tornam a prisão de ventre n'um padecimento chronico, o Nujol permite aos intestinos expulsar completamente e com regularidade os restos da digestão sem sobrecarregar os musculos intestinaes.

Pode-se tomar o Nujol por qualquer espaço de tempo sem que faça o menor mal. Para manter o sangue puro deve-se tomal-o regularmente de accordo com as indicações que acompanham cada frasco. O Nujol produz uma acção suave e não causa agitação nos intestinos.

Todas as pessoas sujeitas a prisão de ventre devem comprar immediatamente um frasco de Nujol em qualquer pharmacia. O Nujol é um auxiliar indispensavel para manter a resistencia das creanças contra as doenças. A' venda em todas as pharmacias.

**Distribuido por**  
**STANDARD OIL COMPANY**  
**OF BRASIL**

**Nujol**  
MARCA REGISTRADA  
*para prisão de ventre*



Figura 02 – Propaganda de remédio para prisão de ventre  
**Gazeta do Povo**, 12/12/1927, p. 3



Havia também propaganda do Nujol direcionada especialmente para o cuidado com crianças de até 5 anos (Figura 03) .



**O choro  
da creança é devido a dores**

O choro da creança é o unico meio pelo qual pode queixar-se quando a retenção dos productos da digestão corrompidos lhe causa soffrimento. Segundo censos recentes, consta que a quinta parte dos fallecimentos são de creanças de menos de cinco annos de idade. Approximadamente a terça partados fallecimentos de creanças de menos d'um anno de idade foram causados por padecimento dos intestinos. A prisão de ventre na infancia é um dos maiores perigos que ameaçam a saude das creanças. E' dever das mães proteger as creanças contra este perigo.

Todas as mães devem evitar a prisão de ventre das creanças por meio do Nujol. Não convem dar-lhes laxantes pois que o seu uso continuo faz da prisão de ventre um padecimento chronico. O Nujol, pelo contrario, apenas amollece as fezes permittindo aos intestinos exercer a sua função bem e com regularidade sem sobrecarregal-os.

O Nujol pode ser tomado durante qualquer espaço de tempo por creanças ou adultos sem que faça mal. Para manter o sangue puro deve-se tomar-o regularmente de accordo com as indicações que acompanham cada frasco. O Nujol produz uma acção suave e não causa agitação dos intestinos.

Todas as creanças inclinadas a soffrer da prisão de ventre devem immediatamente começar a tomar o Nujol. O allivio da prisão de ventre, restituir-lhes-ha a saude. A' venda em todas as pharmacias.

**Distribuido por  
STANDARD OIL COMPANY  
OF BRASIL**



**Nujol**  
MARCA REGISTRADA  
*para prisão de ventre*

Figura 03 – Propaganda de remédio para prisão de ventre  
Gazeta do Povo, 27/12/1927, p. 3



Os fabricantes do medicamento afirmavam que, segundo os censos “aproximadamente a terça parte dos falecimentos de crianças de menos d’um anno de idade foram causados por padecimento dos intestinos”, o que tornava a prisão de ventre na infância “um dos maiores perigos [para] a saúde das crianças”. Mais uma vez a propaganda conclama as mães a lutar contra este mal, pois é seu dever “proteger as crianças contra este perigo” (**Gazeta do Povo**, 27/12/1927, p. 3).

Essas propagandas e muitas outras publicadas nos jornais curitibanos, ajudavam a formar nas mães, e também em outros membros da sociedade, um ideal de maternidade, pautado pela atenção permanente com os filhos e presença constante na vida das crianças; observando, por exemplo, seu choro, no caso de crianças pequenas, ou a frequência ao banheiro, quando eram crianças mais velhas - os cuidados maternos eram imprescindíveis para que a saúde das crianças não fosse arruinada.

Em janeiro de 1928, a propaganda de um vermífugo era explícita, dizia que se o remédio fosse ministrado de três em três meses restabeleceria a saúde das crianças e em consequência a felicidade dos “bons paes”. A propaganda informava, de maneira um tanto sensacionalista, que uma criança de 11 meses, que estava com disenteria, depois de tomar o medicamento expeliu 543 vermes (**Gazeta do Povo**, 04/01/1928, p. 12).

Mas não era só através dos jornais, ou em consultórios particulares, que acontecia essa educação não formal. Ela também ocorria em organizações destinadas ao tratamento de crianças, especialmente as mais pobres, como no Instituto de Higiene Infantil e no seu Dispensário. O Instituto, cujo projeto foi aprovado pela Cruz Vermelha Paranaense em 15 de maio de 1919, teve como primeiro presidente o doutor Victor Ferreira do Amaral, nomeado para dirigir a instituição em 12 de outubro, 14 dias antes da inauguração oficial. Fariam parte da diretoria os médicos Petit Carneiro, Eduardo Wirmond Lima, Aluizio França e Leônidas do Amaral Ferreira e a médica Janina Novicki (MACEDO, 1978, p. 7).

Victor Ferreira do Amaral era médico ginecologista e obstetra formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, foi um dos fundadores da Faculdade de

Medicina do Paraná onde atuou como diretor clínico durante 34 anos (1912-1946) e como professor da disciplina Clínica Obstétrica; foi diretor da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba em 1912 e da Higiene Pública do Estado na gestão de Caetano Munhoz da Rocha (1920-1928). Na Cruz Vermelha Paranaense, além da nomeação como presidente do Instituto de Higiene Infantil em 1919, também atuaria na fundação do Hospital de Crianças (**O Dia**, 04/07/1923, p. 8; CINTRA, 2010, p. 2)<sup>35</sup>.

Abdon Petit Guimarães Carneiro (ou Petit Carneiro) era médico e professor das cadeiras de Elementos da Histologia e Anatomia Microscópica e de Clínica Pediátrica Médica e Puericultura na Faculdade de Medicina do Paraná (1912-1939), dirigiu a Inspetoria de Higiene em 1912, era membro da Cruz Vermelha Paranaense, exerceu a medicina no Dispensário do Instituto de Higiene Infantil desde sua fundação (CINTRA, 2010, p. 240; MACEDO, 1978, p.7).

Eduardo Wirmond Lima foi assistente do serviço de Clínica Ginecológica e Obstétrica da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro realizando partos e operações. Em Curitiba, atendia em consultório, na sua residência à Rua Marechal Deodoro, nº. 21, e no Instituto de Higiene Infantil (**Gazeta do Povo**, 17/06/1922, p. 3; 08/07/1922, p. 5)<sup>36</sup>.

Aluizio França, membro da Sociedade de Medicina, professor da Faculdade de Medicina do Paraná era pediatra e atendia pacientes na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba e no Instituto de Higiene Infantil, seria diretor do Dispensário do Instituto em 1926 (**Gazeta do Povo**, 16/08/1926, p. 4). No momento da comemoração de um ano de funcionamento do Instituto de Higiene Infantil, em 1920, o doutor Aluizio França recebeu significativas felicitações, pois, segundo a senhora Izabel Gomm, que presidia a sessão comemorativa, o doutor França vinha

---

<sup>35</sup> Victor Ferreira do Amaral e Silva exerceu, entre outras funções, o cargo de professor no Ginásio Paranaense e diretor da mesma instituição e da Instrução Pública (1900-1904). Foi vice-presidente do Estado (1900-1904) e deputado federal (1906-1909), além de um dos organizadores da Universidade do Paraná de 1912. Diretor da Faculdade de Medicina depois do desmembramento da Universidade, a partir de 1915 continuou "como o administrador comum do edifício das Faculdades". Reitor da Universidade do Paraná, legalmente reunificada, em 1946 (**Dicionário histórico-biográfico do Estado do Paraná**, 1991, p.446-447).

<sup>36</sup> Eduardo Wirmond Lima foi o criador da fórmula da pomada Feridose que, segundo alardeavam os jornais da época, curava de gonorréia a espinhas e sarna (**Gazeta do Povo**, 17/06/1922, p. 3).

realizando incansavelmente seu trabalho na instituição em questão (**Gazeta do Povo**, 27/10/1920, p.1).

Leônidas do Amaral Ferreira<sup>37</sup>, foi médico e professor na Faculdade de Medicina do Paraná entre 1912 e 1939 onde lecionou Patologia Geral; foi responsável pelo Gabinete de Clínica Oftalmológica na Santa Casa de Misericórdia da capital paranaense em 1926 (CINTRA, 2010, p. 185 e 240).

Janina Nowicki era médica especialista em moléstias de senhoras, de crianças e do estômago, formada pela Universidade de Paris (**Diário da Tarde**, 11/05/18, p. 1). Em 1917 colaborou ativamente no combate à febre tifóide que grassou em Curitiba (CINTRA, 2010, p. 202).

João Evangelista Espíndola, como cirurgião realizou com êxito a primeira cesariana no Paraná na década de 1910. Em discurso realizado no dia 13 de fevereiro de 1918, na sede da Cruz Vermelha Paranaense, salientou que a epidemia de febre tifóide ocorrida em 1917 tornou-se a pior calamidade ocorrida na cidade, “porque Curitiba, do dia para noite, perdeu os fóros de cidade eminentemente salubre e onde as epidemias nunca haviam conseguido tomar grande incremento”, o que paralelamente intensificou o serviço de vacinação preventiva contra a doença, com a colaboração decisiva da Cruz Vermelha Paranaense, que nos dois primeiros meses de 1918 realizou a “altíssima cifra de 8.000 vacinações” (ASSOSSIAÇÃO MÉDICA DO PARANÁ, 1934, p. 66; ESPINDOLA, 1918, p. 310).

A concepção de medicina que norteava os trabalhos destes e outros médicos envolvidos com o Instituto de Higiene Infantil, calcadas nas descobertas da medicina pastoriana<sup>38</sup>, tinha caráter higienista e, a partir do final dos anos 1910, sanitarista, combinadas com ideias eugênicas. Exemplo disto pode ser observado

---

<sup>37</sup> Leônidas do Amaral Ferreira era filho do político e médico paranaense João Cândido Ferreira que foi membro da Academia Nacional de Medicina e que, como quatro de seus filhos médicos, foi professor da Faculdade de Medicina do Paraná (**Dicionário histórico-biográfico do Estado do Paraná**, 1991, p.160).

<sup>38</sup> As ações baseadas na medicina pastoriana (calcada nas descobertas de Pasteur, Lister e Koch), segundo Pereira, “viriam a promover avanços significativos no combate à mortalidade infantil, o que, indubitavelmente colocaria um dado novo nas experiências de cuidar de crianças: o aumento do poder de resolubilidade dessa ciência” (2008, p.75). Importante lembrar a convivência, marcada por embates, dessa medicina com a homeopatia (outra ciência da cura) e demais práticas populares de cura no Brasil das primeiras décadas do século XX (cf. entre outros: BERTUCCI, 2004, p.176-246).

no texto do doutor Aluizio França sobre a ação das vacinas, publicado na revista **Archivos Paranaenses de Medicina** de 1923. O médico salienta que existe uma herança genética transmitida de pai para filho como inteligência ou degeneração e que “o sangue normal tem poder bacteriolítico e antitóxico natural”; poder que pode ser aumentado com a vacinação (FRANÇA, 1923, p. 91). Anos antes, em 1918, o doutor Victor Ferreira do Amaral escrevia na revista **Paraná Médico** sobre a eugenia, identificando-a como uma nova ciência que apontava para o aperfeiçoamento da espécie humana, para “uma raça pura e forte, que saiba se impôr ao meio social”, o que só seria possível com estudos “eugenicos e hygienicos” que ampliassem os conhecimentos sobre “vícios sociais” como: alcoolismo, sífilis, tuberculose e outros fatores de degeneração (AMARAL, 1918, p. 478).

Foi nesse contexto, marcado por debates sobre como formar pessoas hípidas, que, dia 26 de outubro de 1919, houve a instalação do Instituto de Higiene Infantil e seu Dispensário (local de estudo da disciplina Clínica Pediátrica dos acadêmicos da Faculdade de Medicina do Paraná), na rua Barão do Rio Branco, nº. 96, em prédio cedido pela família Gomm. A importância do acontecimento pode ser avaliada inclusive pela presença de Affonso Alves de Camargo, Presidente do Estado, cujo nome neste mesmo ano já constava da lista de membros da Cruz Vermelha Paranaense. No discurso que realizou na ocasião Camargo “felicitou a Cruz Vermelha [Paranaense] por mais esta iniciativa e terminou garantindo que o governo do Estado, muito apreciando a humanitária instituição, há de dar-lhe todo o apoio que for possível”. A maneira como o jornal **Gazeta do Povo** encerrou a notícia da inauguração também é significativa. O texto afirma que o Instituto de Higiene Infantil era uma realização de “indiscutível benemerência” e uma “modelar instituição digna do apoio de todos os corações bem formados” (**Gazeta do Povo**, 27/10/1919, p. 2).

Meses antes da inauguração, é possível vislumbrar contornos da infraestrutura que seria disponibilizada à população paranaense no Instituto de Higiene Infantil, pois no local a Cruz Vermelha Paranaense já efetuava atendimentos aos necessitados. Em texto publicado no jornal **Diário da Tarde** de

1918, havia a seguinte descrição da sala que servia de vestíbulo e onde as crianças e seus acompanhantes esperavam o médico para o atendimento.

Sala discretamente ornamentada sem qualquer especie de luxo, toda pintada de branco e assim o respectivo mobiliario. Bancos de espera, mesas, armarios e cadeiras, tambem obedecendo áquela cor pictural, tão em voga nos estabelecimentos congeneres. Numa das paredes vi escrita uma phrase: "in pace et in bello caritas" [caridade na paz e na guerra] (**Diário da Tarde**, 05/04/1918, p. 1).

Havia ainda a informação, sem maiores detalhes, sobre a existência de outra sala utilizada como consultório, onde também eram fornecidas as receitas, e um terceiro compartimento utilizado para vacinação (**Diário da Tarde**, 05/04/1918, p. 1). A criação do Instituto de Higiene Infantil (então repetidamente chamado de Policlínica Infantil) ordenaria e ampliaria serviços prestados pela Cruz Vermelha Paranaense desde 1917, notadamente a partir do período da epidemia de febre tifóide: atendimento médico, distribuição de remédios e alimentos aos necessitados. Com a organização do Instituto de Higiene Infantil a atenção com crianças torna-se preferencial e assim seria nas primeiras décadas do século XX, mesmo depois de 1925, quando os acadêmicos da Faculdade de Medicina do Paraná não mais realizaram seus estudos de Clínica Pediátrica no Dispensário do Instituto, que havia sido organizado com esta finalidade primordial.

Nesse período vários jornais curitibanos discutiam o tema da criança pobre que se encontravam perambulando pelas ruas de Curitiba, colocando em risco sua saúde, educação e futuro.

Um dos factos mais impressionantes e que desola o coração de nós todos é a falta de protecção e principalmente instrucção em que vive grande parte da infancia, especialmente os meninos, filhos da pobreza e victimas do infortúnio. As principaes ruas da nossa capital, durante o dia e a noite, ate mesmo alta madrugada, vivem repletas de garotos, crianças de oito a quatorze annos. Uma leva enorme de meninos e meninas, sujos, famintos e maltrapilhos, por ahi perambulam, pelas ruas e, pelos cafés, pedindo a uns e a outros uma esmola; educando-se na mais completa ignorância E desde cedo atirados no labyrintho do vicio, da malandragem; pequeninos ainda e já estendendo a mão à caridade. (...) (**Gazeta do Povo**, 14/10/1919, p. 1).

Essas crianças necessitariam de socorro e parte dele poderia ser proporcionado pelo Instituto de Higiene Infantil e pela Escola de Puericultura, que atenderiam as crianças e educariam mães e filhos em hábitos saudáveis. Uma Creche poderia ampliar esse socorro<sup>39</sup>.

Desde meados de 1920, jornais de Curitiba começaram, pontualmente, a anunciar a intenção da Cruz Vermelha Paranaense em organizar uma Creche (**Gazeta do Povo**, 06/09/1920, p. 1). Cerca de um ano depois há indícios da inauguração da Creche. Segundo informação das senhoras Izabel Gomm e Zilla Ticoulat, membros efetivos da Cruz Vermelha Paranaense desde sua fundação, a Creche destinava-se a “socorrer a infância desvalida” (**Gazeta do Povo**, 29/10/1921, p. 2). A discussão sobre a criação de uma Creche havia mobilizado várias pessoas através da imprensa, uma indicação de como era urgente a atenção com os “pequenos”, sadios ou enfermos, em uma cidade que crescia e via a multiplicação de crianças (muitas vezes abandonadas) que careciam de assistência e cuidados variados e cotidianos (cf.: SILVA, 2010; TURINA, 2010). Artigo do jornal **Gazeta do Povo** chegou até a afirmar que a Creche da Cruz Vermelha Paranaense traria resultados “muito mais eficazes que o hospital infantil” (**Gazeta do Povo**, 29/10/1921, p. 2), pois poderia atender as crianças integralmente, ou seja, ofertando cuidados básicos de higiene e alimentação, além de acolher filhos de mães que precisavam trabalhar e não tinham com quem deixar suas crianças.

No Brasil as creches inicialmente foram alvo de críticas de alguns médicos, pois temiam o risco do desmame prematuro ou a difusão de infecções, mas com o passar do tempo as creches foram adquirindo um caráter positivo na compensação “das carências das camadas mais pobres” (FREIRE, 2009, p. 64).

Nestas condições é pertinente pensar as funções desempenhadas tanto por uma creche como por um hospital e como, no final dos anos 1910 e início da década de 1920, a perspectiva de assistir as crianças no hospital pode ter se

---

<sup>39</sup> Como parte de um “atendimento integral” às crianças, até mesmo a realização de festas podem ser citadas. Uma delas, “pelo Natal das crianças pobres”, foi organizada no Teatro Brasileiro pelas “damas” da Cruz Vermelha Paranaense em 1921 (**Gazeta do Povo**, 08/12/1921, p. 3; 22/12/1921, p. 1; 26/12/1921, p. 3). Na festa, que aconteceu no dia 25 de dezembro às 15 horas, foram entregues para 600 crianças pobres (40 crianças eram meninas do Orfanato do Cajuru), brinquedos, doces e balas, além de ser realizada uma apresentação de canto e a projeção de um filme (**Gazeta do Povo**, 26/12/1921, p. 3).

apresentado como parcial para curitibanos preocupados com alimentação, higiene e educação de crianças que, em grande número, morriam de doenças digestivas associadas pelos médicos a falta de cuidados cotidianos (maternos por excelência)<sup>40</sup>. É preciso lembrar que, para muitos, hospital ainda era local de doentes em fase terminal e não para o tratamento de crianças e o acompanhamento de seu desenvolvimento (“Nos primórdios do Hospital de Crianças, convencer as mães da necessidade de internar seus filhos para tratamento, era um problema (...)” (MACEDO, 1978, p. 15))<sup>41</sup>.

Em dezembro de 1922, texto do jornal **Gazeta do Povo** sobre o futuro Hospital de Crianças afirmava:

O projecto do prédio foi elaborado, com todos os requisitos da moderna hygiene, pelo sr. dr. J. M. Garcez, prefeito municipal, e tem dois pavimentos com a capacidade necessaria a uma creche que possa abrigar 50 crianças e a um hospital de 50 leitos. (...) uma vez installados o Hospital e a Crèche, os benefícios que espalha multiplicar-se-ão. (...)

Na Crèche, os pequeninos filhos de mães pobres, que têm que trabalhar para ganhar o pão de cada dia, encontrarão agasalho e cuidados nas horas em que suas mães delles não se podem occupar (**Gazeta do Povo**, 13/12/1922, p. 1).

Mas, sobre o efetivo funcionamento da Creche a partir de 1921 não existem informações, entretanto a necessidade desta instituição no conjunto de práticas de atenção à saúde da criança se evidencia. E essa perspectiva múltipla de cuidados com os “pequenos” ganharia desdobramentos. Dez anos depois, em 1932, quando o Hospital de Crianças encontrava-se em pleno funcionamento, o doutor Victor Ferreira do Amaral afirmaria que estava empenhado na articulação para “(...) se fundar [no Hospital de Crianças] um asilo de lactentes abandonados que poderá ficar anexo a uma creche [creche especial ou reorganização de uma Creche

---

<sup>40</sup> Os problemas relacionados à diarreia entre as crianças são temas de vários artigos e propagandas no período, em geral chamando a atenção, direta ou indiretamente, das mães. Estas diarreias eram relacionadas principalmente a quantidade e pureza dos alimentos: “[no verão] a fermentação resultante do uso do leite impuro e azedo, de alimentação excessiva ou desordenada, do abuso de alimentos doces ou muito gordurosos” (**Gazeta do Povo**, 06/01/1928, p. 4). Outras causas das diarreias seriam as infecções do nariz, da garganta, dos rins, etc. que poderiam se refletir nos órgãos gastrointestinais (**Gazeta do Povo**, 06/03/1928, p.8, entre outros).

<sup>41</sup> Sobre os hospitais, veja Foucault, 1984; Saunier, 1997.

existente?], para benefício das mãis, que, durante o dia, os deixem para irem entregar-se às obrigações impostas para a sua subsistência” (ASSOSSIAÇÃO MÉDICA DO PARANÁ, 1932, p. 189).

Ainda em 1920, dia 26 de outubro, em comemorando ao primeiro ano de funcionamento do Instituto de Higiene Infantil, a senhora Izabel Gomm, segunda vice presidente da Cruz Vermelha Paranaense, apresentava relatório sobre a instituição destacando

(...) os reaes serviços prestados às creancinhas pobres cujo numero de soccorridos se elevou a 1295. Salientou depois o bello resultado obtido com a *assistência medico medicamento* a que lá se faz, pois o coeficiente de morte não alcançou no anno que findou a 2,6, porcentagem optima num serviço dessa natureza, attendendo-se que atravessamos uma epidemia de sarampo, que atacou fortemente as nossas criancinhas (**Gazeta do Povo**, 27/10/1920, p. 1. Grifo meu).

A notícia explicitava uma forma de atendimento despendido pelo Instituto de Higiene Infantil, notadamente no Dispensário: a “assistencia medico medicamento”. Entretanto é possível relacionar o atendimento dispensado às crianças não apenas a atos curativos e distribuição de remédios, mas também a ações “preventivas”, ou seja, vacinação, distribuição de alimentos e também educação médica higiênica de mães, principalmente as mais pobres. Era preciso educar as mulheres para que assumissem um “novo papel social feminino” em conjunto com as “propostas de reorganização da sociedade brasileira” propalada por vários republicanos, muitos deles médicos, que desejavam “alcançar o progresso e a viabilidade da nação”. Desta forma, o exercício da maternidade não poderia basear-se somente no instinto natural das mulheres, era necessário que as mães incorporassem novos conhecimentos difundidos pela ciência médica (FREIRE, 2008, p. 155 e 159).

Nessa perspectiva, um artigo sem assinatura, publicado em 1927 no jornal **Gazeta do Povo**, felicitava o doutor Aluizio França, autor de “uma série de estudos sobre problemas culminantes da sua especialidade, [a saúde das crianças]”. Segundo o texto do jornal:



As mães de família são, muitas vezes, (quasi sempre inconscientemente), as culpadas dos desastres da formação physical das crianças. Ora por desleixo, ora por ignorância completa dos menores rudimentos de hygiene e de puericultura (...) Educar as mães – esse o grito sincero do nobre pediatra [doutor França]. Sim educar as mães, para termos sadios os filhos, robusta a mocidade, grande e poderosa a Patria (**Gazeta do Povo**, 06/01/1927, p. 3).

Três anos antes, o próprio Aluizio França havia declarado em sessão da Cruz Vermelha Paranaense que “a educação materna é capital na obra de protecção à criança. É educando o lar, que se protege a infância”. Louvando o trabalho realizado há anos pela instituição em Curitiba, doutor França destacava o papel desempenhado pelas escolas de puericultura na educação das mulheres, afirmando que quase 100% das mães brasileiras não sabiam criar os filhos “e a nossa alta mortalidade infantil decorre dessa ignorância” (**O Dia**, 11/05/1924, p. 2).

Mas, para que um número cada vez maior de mães bem educadas existisse era preciso ensinar as próprias mulheres a ensinar. Assim, em meados de 1917 a Cruz Vermelha Paranaense abre inscrições para um curso de Primeiros Socorros para as Enfermeiras Práticas (publicando programa de estudos), cujas aulas seriam ministradas pelo doutor Victor Ferreira do Amaral na Faculdade de Medicina do Paraná, as inscrições se encerrariam dia 30 de julho (**Diário da Tarde de** 28/07/1917, p. 1). Nas semanas seguintes ao término das inscrições não foram publicadas informações sobre o número de inscritas ou se e quando as aulas começaram. Dia 19 de fevereiro de 1918, o jornal **Diário da Tarde** publica propaganda de reabertura do curso “para enfermeiras voluntarias da Cruz Vermelha [Paranaense]. Para esse fim se acha aberta a incripção, até o dia 1º de Março, á rua Barão do Rio Branco, 96”. É publicado o programa do curso, idêntico ao do ano anterior (**Diário da Tarde** de 19/02/1918, p. 3).

1 – Principaes noções sobre o corpo humano: ossos, articulações e musculos.

2 – Orgãos e aparelhos: vasos, coração, pulmões, fígado, estomago, rins, etc.; respiração, circulação, digestão, etc.; regiões do corpo e trajecto das principaes artérias.

3 – Ferimentos e contusões: sua divisão: meios de tratamento; asepsias e anteasepcia.

4 – Fraturas e luxação, talas, gotteiras e outros aparelhos.

- 5 – Hemorragias, diversos meios de combatel-as; queimaduras e seu tratamento.
- 6 – Asphyxia e envenenamento: respiração artificial.
- 7 – Syncope, apoplexia, convulsões: cuidados imediatos.
- 8 – Meios de transporte de doentes e feridos.
- 9 – Cuidados aos enfermos em geral: temperatura, pulso e respiração: exame de urina.
- 10 – Noções geraes de hygiene. Preparo de leite e do aposento do enfermo (**Diário da Tarde**, 28/07/1917, p. 1; 19/02/1918, p. 3).

No final de 1918, notícia felicita as formandas da primeira turma do curso de Primeiros Socorros para as Enfermeiras Práticas da Cruz Vermelha Paranaense.

O professor deste curso foi o illustrado clinico dr. Vitor do Amaral, director da Faculdade de Medicina do Parana e 1º vice presidente em exercicio, da Cruz Vermelha [Paranaense]. A sua abnegação se deve a formação desta 1ª turma de enfermeiras, para o cujo conseguimento não poupou esforços, pois pesa de se ter inscripto um limitado numero de senhoras, no ano transacto, nunca elle deixou de comparecer com a maior pontualidade e apreciavel dedicação, nos dias das aulas respectivas (**Diário da Tarde**, 21/12/1918, p. 1).

Das 6 senhoras inscritas apenas 3, Margarida Laforge, Madame Joubert e Mariana Coelho, membros atuantes da Cruz Vermelha Paranaense, receberam o certificado de “enfermeira voluntária” dia 19 de dezembro de 1918 (**Diário da Tarde**, 21/12/1918, p. 1). Poucas mulheres inscritas, pouquíssimas as que receberam o certificado em conhecimentos gerais sobre o corpo humano, atenção com acidentados e doentes. Observando detidamente o programa do curso, é possível perceber a instrução sobre higiene e cuidado com o preparo do leite e aposentos dos doentes (adultos ou crianças). O quanto estas senhoras contribuíram para o efetivo funcionamento da Escola de Puericultura da Cruz Vermelha Paranaense e quais pessoas (apenas médicos?) atuavam na Escola, que seria inaugurada em 1919, não foi possível saber, mas a intenção de ensinar princípios científicos de saúde para mulheres que ensinariam outras mulheres (principalmente mães) transparece neste curso que era ofertado para senhoras e senhoritas<sup>42</sup>.

---

<sup>42</sup> Não foi encontrado programa de atividades da Escola de Puericultura da Cruz Vermelha Paranaense.

Certo é que desde os primeiros meses da organização do Instituto de Higiene Infantil e da Escola de Puericultura, propagandas sobre as ações da Cruz Vermelha Paranaense destacavam as duas instituições (Figura 04). Esses anúncios repetitivos eram convites permanentes para que os curitibanos, especialmente as mães curitibanas pobres, recorressem ao Instituto e a Escola. No final de 1922 a chamada “assistencia médica medicamentos” realizada no Instituto de Higiene Infantil atingiu um total de 5.000 crianças (menos de 2% chegaram a óbito), segundo **Livro de Registro** da Cruz Vermelha Paranaense (reproduzido pelo jornal **Gazeta do Povo**), número significativamente maior que os 1.295 atendimentos registrados entre outubro de 1919 e outubro de 1920, primeiro ano do Instituto, como havia relato a senhora Izabel Gomm (**Gazeta do Povo**, 27/10/1920, p.1; 07/12/1922, p.1).

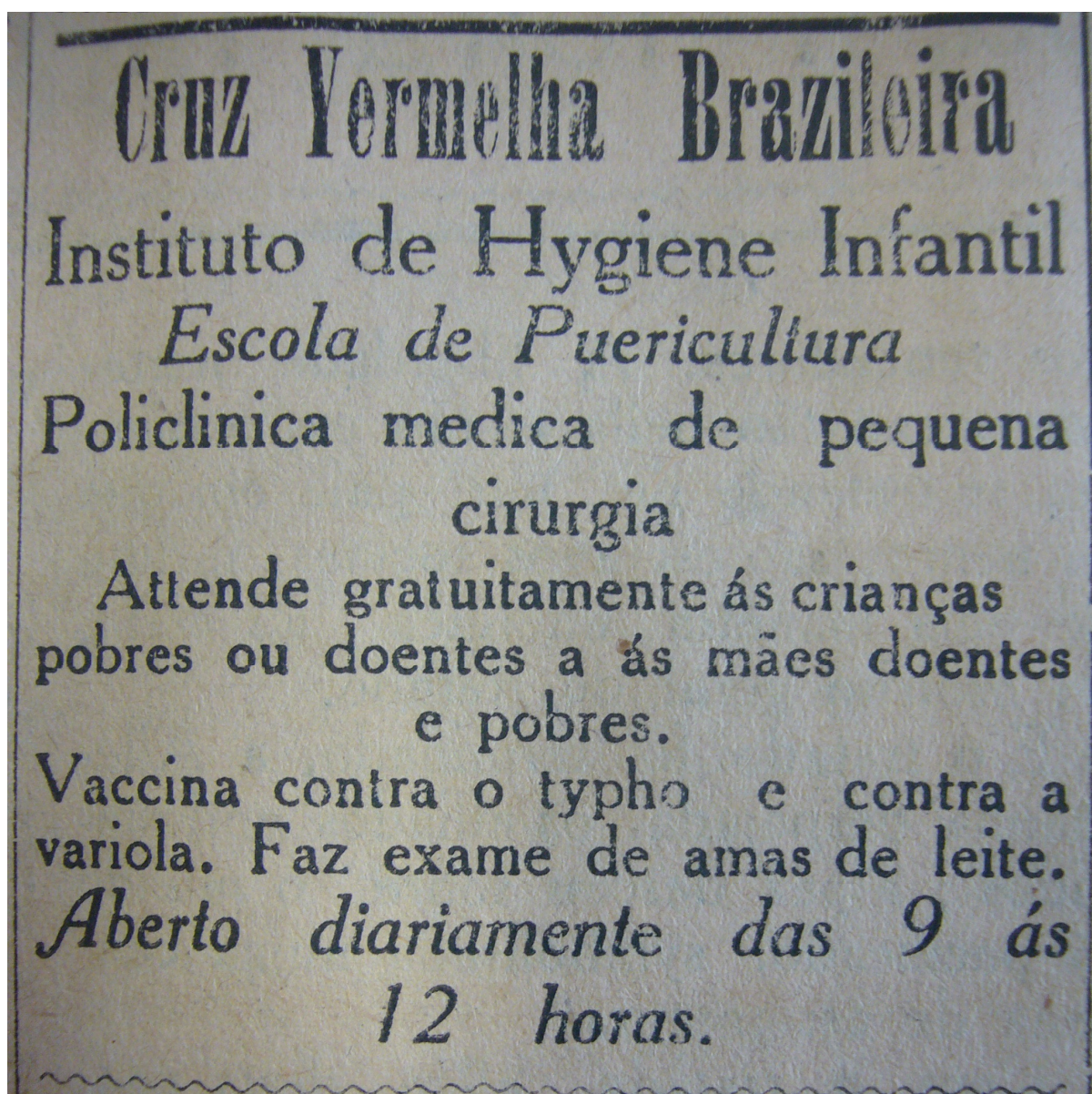


Figura 04 – Propaganda Cruz Vermelha Paranaense  
**Gazeta do Povo**, 14/01/1920, p. 2<sup>43</sup>

Entretanto, inclusive pelo progressivo aumento do número de atendimentos realizados no Instituto de Higiene Infantil, a discussão sobre o Hospital de Crianças era objeto de vários artigos de jornais, porque poderia tornar mais eficiente e ampliar ainda mais esses atendimentos (por exemplo: **Gazeta do Povo**, 04/03/1920, p. 4; 25/05/1920, p. 1; 07/06/1920, p. 3; 10/07/1920, p. 3; 14/09/1920, p. 1; 22/02/1921, p. 1; 16/03/1921, p. 1). Finalmente a pedra fundamental do

<sup>43</sup> Propagandas deste mesmo tipo no jornal **Gazeta do Povo**, apenas em janeiro de 1920, também são encontradas nos seguintes números: 03/01/1920, p. 4; 15/01/1920, p. 2; 21/01/1920, p. 4; 23/01/1920, p. 4; 24/01/1920, p. 4; 26/01/1920, p. 3 e 4, e 28/01/1920, p. 3.

Hospital de Crianças seria lançada em 25 de dezembro de 1922 (**Gazeta do Povo**, 26/12/1922, p. 2). Impossível data mais significativa: o nascimento do menino-Deus, uma criança. Mas, a inauguração do Hospital de Crianças só aconteceria no início de 1930.

Em julho de 1923, reproduzindo uma fotografia do prédio da Cruz Vermelha Paranaense, artigo do jornal **O Dia** afirmava: “enquanto não termina a construção do Hospital”, o Instituto de Higiene Infantil continuará atendendo na rua Barão do Rio Brando, nº. 96. Na imagem editada estavam retratos de Izabel Gomm, cuja família era proprietária do imóvel em que funcionava a Cruz Vermelha Paranaense e era a terceira vice presidente da instituição em 1923, e de Margarida Laforge, segunda tesoureira da instituição no mesmo ano.





Figura 05 - **O Dia**, 21/07/1923, p. 1.

De acordo com Vanti (2006, 9, 125) é importante a sensibilização do olhar do historiador para a interpretação da imagem. Segundo Goethe (*apud* LEITE 1998, p. 40) a interpretação da fotografia leva à teorização que se dá a partir do olhar, da inspeção, da reflexão e da síntese que ocorrem sucessivamente. Nesse sentido, é importante perceber que a Figura 05 retrata a casa numa perspectiva frontal, o prédio tem dois andares com janelas bastante amplas. Na fotografia se vê, ainda,

um símbolo em cima da porta de entrada com o nome Cruz Vermelha Brasileira gravado no frontão, entre o primeiro e o segundo andares.

(...) a fotografia de fachada de prédios não possui a função de transmitir a essência espacial do edifício, entretanto, ela cumpre a importante missão de reproduzir tudo aquilo que, no olhar do fotógrafo, foi possível enquadrar da natureza bidimensional e tridimensional da edificação. Evidentemente, por maior que seja a série de imagens sobre uma construção arquitetônica, não é possível esgotar suas dimensões simbólicas (ZEVl apud BENCOSTTA, 2001, p. 116).

É preciso ter clareza que a produção de imagens nunca é desinteressada, pois elas são produzidas “para determinados usos, individuais ou coletivos” (AUMONT, 1993, p.78), que muitas vezes não são explicitados.

Observando a ilustração do jornal, duas questões ficarão sem respostas: por que a reprodução das imagens de duas mulheres e por que essas mulheres? Seria porque Izabel Gomm era proprietária do imóvel reproduzido e Margarida Laforge uma das “damas de caridade” do Grêmio das Violetas que tanto havia contribuído para a instalação da Cruz Vermelha no Paraná? É possível, mas e as outras mulheres que também contribuíram com a instalação da instituição, eram da agremiação e faziam parte da diretoria da Cruz Vermelha Paranaense? E os homens? Afinal, em 1923, como em anos anteriores e como seria por toda a década de 1920, o Conselho Diretor da Cruz Vermelha Paranaense, e sua Diretoria, seriam compostos por homens e mulheres (a presidência era sempre masculina, é preciso lembrar) cujos nomes pouco variariam na década. Por exemplo:

Conselho Diretor da Cruz Vermelha Paranaense em 1922.

Sr. Affonso Camargo, Eurides Cunha, Moreira Garcez, Victor do Amaral, Petit Carneiro, Vieira Cavalcanti, Evangelista Espindola, Virmond (sic) Lima, Acrisio Trama, Leonidas Ferreira, Monsenhor Celso, Coriolano Motta, David Carneiro, Athanzio Sant’Anna, Dario Velloso e as sras. Dd. Izabel Gomm, Zila Ticoulat, Elvira de Mattos, Judith Costa, Margarida Laforge, Olinta Palimquist, Yayá Junqueira França, Izarina Virmond (sic) Lima, Celina Mattos Azevedo, Josephina Carvalho, Elisa Joubert, Alcina Camargo, Mathilde Braum, Maria Freschi e Mimi Guimarães. (**Gazeta do Povo**, 28/12/1921, p. 3).

## Diretoria da Cruz Vermelha Paranaense em 1923.

Presidente, dr. Moreira Garcez; Vice-presidente, dr. Dezebargador Vieira Cavalcante; 2º vice-presidente, dr. Wirmond Lima; 3ª vice-presidente, dª. Izabel Gomm; 4ª vice-presidente, dª. Zilla Ticoulat; secretario geral, dr. Aluizio França; 1º secretario, dr. Coriolano Motta, 2ª secretaria, Izarina Virmond (sic) Lima; 3ª secretaria, dª. Olyntha Palmiquist; Thezoureiro, Athanazio Sant'Anna; 2ª Thezoureira, dª. Margarida Laforge; 3ª thezoureira, dª. Elvira de Mattos, Procurador, dr. Petit Carneiro; 2ª procuradora, dª. Alcina Camargo; 2ª procuradora. Dª. Noêmia Lima (**Gazeta do Povo**, 02/01/1923, p. 2).

Quanto a campanha pela construção do Hospital de Crianças, ela ganhou aliado poderoso quando, explicitando a gravidade da questão saúde das crianças no Brasil, o Ministro da Justiça, com base no artigo 271 do Regulamento do Serviço do Departamento Nacional de Saúde Pública (aprovado pelo decreto federal nº. 15.003 de 15 de setembro de 1921) determinou a notificação compulsória dos casos de enterites agudas de crianças para que as autoridades sanitárias conhecessem os casos de maior gravidade e que tomassem as providencias necessárias (**Gazeta do Povo**, 11/01/1922, p. 1).

No Hospital as creancinhas que muitas vezes perecem por falta de cuidados, serão convenientemente assistidas, e a porcentagem da mortalidade infantil terá que diminuir consideravelmente (**Gazeta do Povo**, 13/12/1922, p. 1).

Em Curitiba, pouco a pouco, a percepção do hospital como local adequando de tratamento dos pequenos enfermos começa a vencer a aversão, ainda muito difundida, pelos nosocômios em geral (BERTUCCI, 2009b, p. 465-467). Nesse período, em meio aos debates sobre cuidados com as crianças, educação de mães e de seus filhos, em 1926 uma notícia estampada nos jornais deve ter chamado a atenção dos curitibanos de maneira especial:

O 1º Vice-presidente [da Cruz Vermelha Paranaense] sr. dezebargador Vieira Cavalcante fez a agradável declaração que em Março será transferida a Polyclinica Infantil [ou Instituto de Higiene Infantil] para o bello edifício do Hospital das Crianças que a



Cruz Vermelha está construindo á rua Silva Jardim em local apropriadissimo (**Gazeta do Povo**, 07/01/1926, p. 1).

E março chegou e a almejada mudança não aconteceu, entretanto outra mudança aconteceria nos anos seguintes. No **Relatório do ano de 1929** da Faculdade de Medicina do Paraná existe informação sobre gastos com um “Dispensario Infantil fundado no anno passado [1928] na Santa Casa [de Misericórdia] e que se acha funccionando [agora] no Hospital de Crianças.” Este Dispensário Infantil, aparece também no Balancete do Inventário como bem da Faculdade de Medicina do Paraná e o seu movimento corresponde a 753 crianças atendidas durante o ano todo (FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ, 1930, p.36 - citação; mapas nº. 6 e nº. 11). No mesmo **Relatório** existe a informação:

(...) Raul Carneiro, tambem Secretario Geral da Cruz Vermelha desta Capital, ficou a seu cargo o Dispensário que esta Faculdade mantém e que funccionava no ambulatório da Santa Casa de Misericórdia. Estando, porém, quasi concluido o Hospital de Crianças, mandado edificar pela Cruz Vermelha, foi permitido a este professor transferir [em 1929] o Dispensário para o ambulatório mantido [provisoriamente] pela Cruz Vermelha no seu hospital [ainda não inaugurado oficialmente] (FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ, 1930, p. 39).

Um ano depois, no **Relatório do ano de 1930** da Faculdade de Medicina do Paraná não é mencionado o Dispensário Infantil como parte da instituição.

O Dispensário Infantil, mantido desde alguns anos pela Faculdade, para o ensino de Clinica pediatrica, passou a funcionar em o novo e grandiozo predio do Hospital de Crianças, à rua Silva Jardim, de propriedade da Cruz Vermelha, consoante ao acordo feito por essa benemerita instituição com a nossa Faculdade. A quota com que concorreremos para tão importante serviço é compensada pela maior eficiencia do ensino de clinica infantil e pelos inestimaveis beneficios prestados às crianças desvalidas desta capital (FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ, 1931, p.5)<sup>44</sup>.

---

<sup>44</sup> No Relatório do ano de 1931 da Faculdade de Medicina do Paraná já não há mais menção do Dispensário Infantil, é o Hospital de Crianças que aparece no Relatório, entretanto, no Inventário o Dispensário Infantil é mencionado para efeitos de balancete anual (FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ, 1932, p. 19).

O Dispensário Infantil, criado em 1928 na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba pelos membros da Faculdade de Medicina do Paraná, foi transferido para o prédio em que também passaria a funcionar o Instituto de Higiene Infantil depois de remodelado, como parte do Hospital de Crianças; Instituto cujo Dispensário, inaugurado em 1919, havia sido local de atuação de acadêmicos da mesma Faculdade até 1925 (depois de 1925 as ações do Dispensário se confundiram com as do Instituto de Higiene Infantil, que já prestava assistência às crianças pobres). Com sua instalação, mesmo no prédio ainda não concluído, o Dispensário Infantil colaboraria para o delineamento do atendimento que seria ofertado pelo Hospital de Crianças nos anos seguintes.

No mesmo ano da criação do Dispensário Infantil (na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba), Monsenhor Celso Itiberê da Cunha, Presidente da Cruz Vermelha Paranaense em 1928, declarava que a construção do Hospital de Crianças somaria esforços para salvar as crianças “seja internando as que necessitem de maiores cuidados, ou seja, educando e aconselhando as mães inexperientes no ofício de criar as criancinhas, sob os preceitos sadios da hygiene” (**Gazeta do Povo**, 28/04/1928, p. 1).

Na sessão da Cruz Vermelha Paranaense de 14 de dezembro de 1928 foi anunciada a transferência do Instituto de Higiene Infantil e da Escola de Puericultura para o novo prédio. Na notícia publicada pela **Gazeta do Povo**, havia a declaração: “essa utilíssima instituição, que já conta 11 anos de assistência diária às crianças [desde 1917, durante a epidemia de febre tifóide], será agora optimamente acomodada para continuar sua humanitária tarefa” (**Gazeta do Povo**, 15/12/1928, p. 1).

Transferências anunciadas e usos de instalações aconteceram entre o final de 1928 e o ano de 1929, mas a inauguração efetiva do Hospital de Crianças aconteceu festivamente dia 2 de fevereiro de 1930 e seu funcionamento em prédio próprio foi destaque nos jornais curitibanos nas semanas seguintes, que inclusive detalhavam informações sobre a instituição:

O Hospital manterá uma escola de Mãesinhas, destinada a ministrar os ensinamentos necessários às mulheres que se interessem pela saúde da infância a qual será gratuita e podera ser

freqüentada por senhoras e moças. Será também criado o curso de Enfermeiras Especializadas nas mesmas condições da Escola de Mãesinhas (**Gazeta do Povo**, 12/02/1930, p. 1).

Assim, a partir da mudança do Instituto de Higiene Infantil e da Escola de Puericultura (a Creche não é mencionada) para o novo prédio do Hospital de Crianças, muitas alterações ocorrem na estrutura de atendimento, tanto de crianças como de mães. Exemplo desta mudança pode ser observado na escola para a educação das mães, o que antes era Escola de Puericultura passou a ser chamado de Escola de Mãezinhas. Seria uma tentativa de uma maior aproximação com o público leigo ou uma redefinição de ações (inclusive com a Creche anexa?), com limites bem delineados sobre o que uma mãe pode ou não fazer quando os temas são saúde e doença de seus filhos? Possivelmente as duas coisas. Segundo Pereira, “a puericultura seria um saber a ser ensinado às moças nas escolas e a ser praticado pelas mães, e a pediatria seria o saber especializado, atributo do médico e daquele profissional de ciência, conselheiro da mãe” (2008, p. 104).

Em março de 1930 foi aberta, em Edital, a matrícula para interessadas na agora denominada Escola de Mãezinhas, que funcionaria no Hospital de Crianças para “diffundir conhecimentos sobre hygiene pré-natal e puericultura” (**Gazeta do Povo**, 22/03/1930, p. 4)<sup>45</sup>.

Inscrição para a matricula na Escola de Mãesinhas.  
De ordem da Sra. Presidente do Conselho Administrativo do Hospital de Crianças, faço publico para conhecimento das interessadas, que, de 20 a 30 do corrente acha-se aberta, na Secretaria deste Hospital, a inscrição para a matricula na Escola de Mãesinhas, destinada a diffundir conhecimentos sobre hygiene pré-natal e puericultura. Quaesquer informações serão fornecidas nesta Secretaria, diariamente, das 9 às 11 horas.  
Curityba, 17 de Março de 1930.  
Dr. Octavio Silveira.  
Secretario. (**Gazeta do Povo**, 22/03/1930, p. 4).

Dia 1º de junho, às 10:00 horas, era inaugurada oficialmente a Escola de Mãezinhas no Hospital de Crianças, com a presença do Diretor do Hospital, doutor

---

<sup>45</sup> Editais idênticos foram publicados também em **Gazeta do Povo** de 28/03/1930, p. 2; 29/03/1930, p. 5; e 30/03/1930, p. 5.

Raul Carneiro e do médico Aníbal da Rocha Loures (MACEDO, 1978, p. 12; **Gazeta do Povo**, 31/05/1930, p. 6)<sup>46</sup>.

Outra novidade anunciada foi a criação de um curso de Enfermeiras Especializadas (depois denominada Escola Prática de Enfermeiras<sup>47</sup>), que lembrava o curso de Primeiros Socorros para as Enfermeiras Práticas da Cruz Vermelha Paranaense do final dos anos 1910 (**Diário da Tarde**, 28/07/1917, p. 1; 19/02/1918, p. 3), e também traduzia as múltiplas origens e ações do Hospital de Crianças que se inaugurava<sup>48</sup>. Resultado de diferentes experiências implementadas no atendimento às crianças e suas mães, o Hospital de Crianças, graças as diversificadas relações da Cruz Vermelha Paranaense com a Faculdade de Medicina do Paraná e com os doutores curitibanos em geral, será um local de atendimento médico cada vez mais especializado e diversificado.

No **Relatório do ano de 1930** da Faculdade de Medicina do Paraná há informação que professores e alunos usaram para seus estudos as dependências do Hospital de Crianças, que estava organizado em seções específicas (FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ, 1931, p. 36) As seções/consultórios eram: 1º consultório - Higiene Infantil - doutor Joaquim de Paula Braga. 2º consultório - Clínica Pediátrica – professor-doutor Garcez do Nascimento. 3º consultório - Doenças infecto contagiosas – doutora Olina Terra Franco. 4º consultório - Neuro psiquiatria infantil – professor-doutor Octávio da Silveira. 5º consultório - Cirurgia infantil e ortopedia – professor-doutor Pinto Rebello. 6º Gabinete de Actinoterapia – doutora Jozefina Flaks. 7º Laboratório de Análises Clínicas – doutor Francisco de Paula Soares Netto (MACEDO, 1978, p. 12-13).

Efetivadas as transferências para o prédio do Hospital de Crianças outra mudança significativa ocorreu: a administração do Hospital passa a ser “autônoma e confiada a um Conselho composto por trez membros da Cruz Vermelha

---

<sup>46</sup> Em Macedo (1978, p.22), existe a seguinte informação (sem data, mas pelos médicos citados, provavelmente sobre a segunda metade dos anos 1930): “Curso de Puericultura [na Escola de Mãezinhas?] - Ministrado pelos Drs. Ito Carias de Oliveira e Orlando Sprenger Lobo. O Hospital [de Crianças] manteve um aprendizado de noções de puericultura muito proveitoso às senhoras mães”.

<sup>47</sup> Em 1930, o jornal **Gazeta do Povo** reproduziu Edital do Conselho Administrativo do Hospital de Crianças para inscrições de interessadas na Escola Prática de Enfermeiras. As matrículas seriam realizadas na secretaria do Hospital de 20 a 30 de março (**Gazeta do Povo**, 22/03/1930, p. 4).

<sup>48</sup> Sobre aspectos do diversificado processo de institucionalização do curso de Enfermagem na Faculdade de Medicina do Paraná veja: FARIAS, 2010.

[Paranaense] e outros trez desta Faculdade [de Medicina do Paraná]” (FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ, 1931, p. 35). Os membros representantes da Cruz Vermelha Paranaense eram: Desembargador Vieira Cavalcanti Filho, doutor Luiz Medeiros e senhora Mercedes Fontana; pela Faculdade: doutores Victor Ferreira do Amaral, Aluizio França e Octávio da Silveira (GODOY, 1995, p. 1). No seu primeiro ano de funcionamento no prédio do Hospital de Crianças, as despesas do antigo Instituto de Higiene Infantil, agora transformado, somariam 15:008\$800,

(...) dos quais 12:776\$200 saíram dos cofres da Faculdade [de Medicina do Paraná], pois a receita, constituída por donativos diversos e taxas das alunas do curso de Enfermagem atingiu apenas 2:232\$600.

Tão alta soma se justifica plenamente considerando-se a soma dos serviços prestados (FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ, 1931, p. 19).

Em 1930, foram atendidas 1.258 crianças nos consultórios, com a realização de 2.690 curativos. Foram realizados 1.342 exames bacteriológicos e fornecidas 3.557 receitas. Em 1931 foi solicitado ao Governo estadual que pagasse a “subvenção de 800\$000 concedida pela lei nº. 2.742 de 30 de março de 1930” ao Hospital de Crianças, afinal o governo do Paraná sempre havia colaborado com o Instituto de Higiene Infantil e outras iniciativas de Cruz Vermelha Paranaense. Para muitos curitibanos, continuavam válidas as palavras publicadas sobre o Instituto de Higiene Infantil, em artigo do jornal **Gazeta do Povo** de 1924:

(...) [a instituição] dirigida por distintos profissionais patricios que prestam os seus serviços gratuitamente, tem amparado um grande numero de crianças que, lá, encontram os recursos de que veem a carecer, desde a assistência medica e pharmaceutica, aos cuidados puramente educacionais sob o ponto de vista hygienico, que procuram corrigir erros graves e compromettedores para a vida e a saúde de muitas criancinhas (**Gazeta do Povo**, 24/01/1924, p. 3).

Mas, para chegar aos atendimentos no Hospital de Crianças a partir de 1930, um longo percurso foi trilhado, marcado por múltiplas ações.

## **CAPÍTULO 3**

### **As doações e o projeto para o Hospital de Crianças de Curitiba**

Doutor Aluizio França: “Os médicos são as únicas pessoas que sabem curar e conhecem as doenças” (**Gazeta do Povo**, 17/05/1931, p.3).

A organização do Hospital de Crianças em Curitiba foi tema de articulações e ações variadas, que se iniciaram desde os primeiros meses de atendimento no Instituto de Higiene Infantil, onde eram realizadas consultas gratuitas e distribuídos medicamentos para crianças necessitadas. Já no primeiro ano de funcionamento do Instituto de Higiene Infantil, no dia 16 de janeiro de 1920 “por proposta da Senhora Margarida Laforge, foi nomeada uma comissão [da Cruz Vermelha Paranaense], constituída dos doutores Aluizio França, Eduardo Virmond (sic) e Petit Carneiro para tratar da aquisição de um terreno para a construção de um Hospital para Crianças” (MACEDO, 1978, p.8). Cerca de seis meses depois, subscrições públicas começaram a ser abertas nos jornais curitibanos a favor do Hospital de Crianças. Paralelamente, um ofício, chancelado pelo presidente da Cruz Vermelha Paranaense, seria encaminhado à Câmara Municipal requerendo um terreno para a edificação do Hospital. (MACEDO, 1978, p.8; **Gazeta do Povo**, 28/04/1928, p. 1).

Em 1928, texto do jornal **Gazeta do Povo** rememorou os acontecimentos de 1920 lembrando que no ofício encaminhado à Câmara dos Vereadores dia 19 de julho, Monsenhor Celso Itiberê da Cunha, justificando a solicitação, chamava a atenção para o altíssimo índice da mortalidade infantil em Curitiba. Segundo ele 60% das crianças curitibanas morriam, não havendo na cidade atendimento hospitalar para esta parcela da população.

[As crianças, afirmava o Monsenhor, que] succumbem na grande maioria, a míngua de cuidados inteligentes e de tratamentos exigidos, vem por meu intermedio solicitar desta illustre Corporação a cessão do Largo Ouvidor Pardinho para nelle edificar, sob a forma de pavilhão, o referido Hospital [de Crianças] (**Gazeta do Povo**, 28/04/1928, p. 1).

A solicitação provavelmente não foi atendida, pois nos primeiros meses de 1921 foi publicado o balancete dos anos de 1917 a 1920 da Cruz Vermelha

Paranaense com a despesa de 8:000\$000 gasto na “compra de um terreno para a construção do Hospital de Crianças [na rua Silva Jardim]” (**Gazeta do Povo**, 21/02/1921, p.1)<sup>49</sup>.

Mais de um ano depois, no dia 11 de fevereiro de 1922, foi deliberado pela Diretoria da Cruz Vermelha Paranaense que no terreno comprado pela instituição fosse lançada a pedra fundamental do Hospital de Crianças no dia 21 de abril, o que só aconteceria, efetivamente, no dia 25 de dezembro de 1922 (ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO, 1993, p.1; GODOY, 1993, p.1; 1995, p.1; MACEDO, 1953a, p.25; MACEDO, 1978, p. 8; **Gazeta do Povo**, 22/12/1922, p. 1; 23/12/1922, p. 1; 26/12/1922, p. 2).

Desde as primeiras articulações concretas para edificação do Hospital de Crianças é possível perceber, mais uma vez, a presença de algumas famílias: Gomm, Fontana, Laforge, Camargo, Costa, França, etc<sup>50</sup>. Alguns desses indivíduos, como Henrique Gomm (que, entre outras ações, organizou uma lista de subscrições para a construção do Hospital (**Gazeta do Povo**, 21/02/1921, p.1)), vinham de regiões em que conflitos internos e guerras entre nações haviam deixado marcas dolorosas no final do século XIX e primeiros anos do século XX. Vice-cônsul da Inglaterra, Henrique Gomm casou com a curitibana Izabel Witherers Gomm, professora da Escola Americana, membro ativo do Grêmio das Violetas e uma das mulheres que se empenharam na fundação da Cruz Vermelha Paranaense (NICOLAS, 1977, p. 55).

Mas, para a construção do Hospital de Crianças, além de participação estatal (o governo paranaense doou 5:000\$000 através do decreto nº. 2.425, de 5 de abril de 1926)<sup>51</sup>, houve uma mobilização significativa de muitos curitibanos e de

---

<sup>49</sup> No **Histórico da Cruz Vermelha Brasileira, filial do Paraná** (1942, p.13) é publicado que a escritura do terreno da rua Silva Jardim, local da construção do Hospital de Crianças, ainda não havia sido lavrada em 15 de fevereiro de 1922. A Cruz Vermelha Paranaense realizou a aquisição de outros terrenos nos anos 1920, no balancete da instituição de dezembro 1928 constam, além do terreno da rua Silva Jardim, lotes nas ruas Desembargador Mota, Iguaçu, Visconde de Guarapuava e Bento Vianna (despesas com aquisições de terrenos aparecerem em balancetes anteriores) (CRUZ VERMELHA BRASILEIRA, 1942, p. 16).

<sup>50</sup> Informações sobre colaboradores da Cruz Vermelha Paranaense podem ser obtidas em: Nicolas, 1977; Negrão, 1926; 1927; 1928; 1946; 1950; Cintra, 2010 e **Dicionário histórico-biográfico do Estado do Paraná**, 1991.

<sup>51</sup> Em outubro de 1921, a Cruz Vermelha Paranaense solicitava, por carta, ao doutor Affonso Alves de Camargo, então deputado federal e membro da associação, que realizasse a mediação de



empresas da Capital, como a firma Veiga & Cia que em 1926 doou 1:000\$000 para a edificação do nosocômio (MACEDO, 1978, p. 11). Nas listas de doadores, publicadas nos jornais curitibanos, os homens representavam a maioria dos doadores nominais (para muitos deles poderia ser também uma forma de promoção?), como já acontecia nas listas de donativos para a Cruz Vermelha Paranaense. São exemplos, as subscrições para a Cruz Vermelha Paranaense de novembro de 1918 e a lista de doações para a construção do Hospital de Crianças publicada em janeiro de 1923:

Quantia que já entregamos a Cruz Vermelha	
[Paranaense]	200\$000
Um pelotense.	5\$000
Julio Kalckmann Junior	5\$000
Affonso Collin	5\$000
Guilherme Kalckmann	5\$000
Helmuth V. Harthenthal	5\$000
Jacob Grispen	5\$000
José Leandro da Luz	5\$000
Weiser & irmão	5\$000
Berner	5\$000
Julio Garmatter	5\$000
Paulo Kopp	5\$000
Fonseca Irmão & Cia	5\$000
José Koerbel	5\$000
União Comercial	5\$000
Frau Ernestino Hauer	5\$000
Joaquim M. B.	30\$000
Um anonymo	20\$000
José Gravina e família	50\$000
Sra. Herminia Rebello de Loyolla	20\$000
Uma senhora de Guajuvira	5\$000
Oscar Gephard	10\$000
Bento Luiz de França	10\$000
J. M.	10\$000
F. G.	5\$000
Somma	435\$000

**Diário da Tarde**, 22/11/1918, p. 3; 25/11/1918, p. 2).

Para o Hospital de Crianças	
Subscrição popular da “ <b>Gazeta do Povo</b> ”	
<b>Gazeta do Povo</b>	50\$000
Olavo Borio	20\$000

---

verbas para a construção do Hospital junto ao governo federal (MACEDO, 1978, p.8). Não foi possível saber os resultados das negociações.

Cel. Agnello Ribas	10\$000
Alberico X. de Miranda	100\$000
Selecto Club	50\$000
J. O. Esteves	100\$000
D. Thereza Comini	10\$000
B. Bandeira Ribas	<u>20\$000</u>
	360\$000

(**Gazeta do Povo**, 04/01/1923, p. 6).

A lista de donativos publicada pelo jornal **Gazeta do Povo** em janeiro de 1923, que foi organizada nos meses anteriores pelo periódico, trazia a doação do próprio jornal: o segundo maior valor doado, 50\$000 (igual ao do Selecto Club), menor apenas que os donativos dos senhores Alberico X. de Miranda e J. O. Esteves, 100\$000 cada um. Essas doações para a construção do Hospital foram entregues para a Cruz Vermelha Paranaense dia 25 de janeiro (**Gazeta do Povo**, 26/01/1923, p.1). Como a **Gazeta do Povo**, outros jornais participaram ativamente da campanha para arrecadar donativos para o Hospital de Criança. Entre eles, o **Diário da Tarde**, fundado por Estácio Correia<sup>52</sup>, nos primeiros anos do século XX, e **O Dia**, também fundado no início do Novecentos por Benjamin Lins<sup>53</sup> e dirigido na década de 1920 por Caio Machado<sup>54</sup>. Benjamin Lins e Plácido e Silva<sup>55</sup> foram os fundadores, no final da década de 1910, da **Gazeta do Povo**. Organizados em diferentes ocasiões nas primeiras décadas republicanas, os três periódicos tinham em comum as marcas dos homens públicos (advogados, juristas, professores) que os organizaram, marcas que se traduziam em intensa participação nas questões

<sup>52</sup> Estácio Correia foi Procurador Geral da Justiça. Era homem de letras, jornalista e advogado (NEGRÃO, 1928, p. 310).

<sup>53</sup> Benjamin Lins nasceu em João Pessoa, Paraíba, no dia 29 de janeiro de 1876, formou-se na Faculdade de Direito de Recife em 17 de dezembro de 1904, mudou-se para Curitiba em 1907. Foi Secretário do Interior e Justiça e Instrução Pública no governo do doutor Luiz Xavier em 1909. Estava entre os fundadores da Universidade do Paraná em 19 de dezembro de 1912, ministrando a primeira aula da Faculdade de Direito em 24 de março de 1913, atuou como professor das Cadeiras de Enciclopédia Jurídica, Filosofia do Direito e Introdução à Ciência do Direito por 31 anos. Em 1930, foi Diretor Geral da Educação do Estado, no governo Mario Tourinho, e de 1933 a 1934, Procurador Regional da República (NEGRÃO, 1927, p. 449; PARANÁ, [1976?] p.1-2.).

<sup>54</sup> Caio Machado foi advogado, jornalista e político, filho do Presidente Vicente Machado da Silva e Lima, que governou o Paraná de fevereiro de 1904 a abril de 1906 (NEGRÃO, 1926, p. 276; NICOLAS, 1977, p. 31).

<sup>55</sup> Oscar Joseph de Plácido e Silva era advogado e jornalista, em 1919 fundou o jornal **Gazeta do Povo** e o dirigiu por 43 anos. É considerado um dos maiores juristas paranaenses, foi o primeiro aluno matriculado na Faculdade de Direito do Paraná e seu primeiro funcionário, assumiu o cargo de Diretor da Secretaria em 1913 (**Gazeta do Povo**, 20/02/1994, p. 50; 13/03/1994, p. 51; 06/10/2005, p. 8).

relacionadas aos interesses considerados da comunidade curitibana (e paranaense), como a construção do Hospital de Crianças.

Nesses jornais eram constantes as publicações de notícias sobre a realização de atividades culturais e artísticas que tinham como objetivo arrecadar fundos para o Hospital, tais como: o Festival realizado pela Sociedade Suíça de Beneficência, dia 12 de setembro de 1920, no Barigui, cuja renda de 62\$000 foi entregue para senhora Margarida Laforge (**Gazeta do Povo**, 15/09/1920, p. 1); as apresentações das peças “O Dote” e “Oráculo”, de Arthur de Azevedo, promovidas pelo Grupo Artístico Emiliano Pernetta no Teatro Central da Rua XV de novembro (**Gazeta do Povo**, 18/03/1924, p. 1), e a conferência, realizada em fevereiro de 1924, pelo poeta e doutor Alberto de Oliveira, que arrecadou 232\$000 em benefício do Hospital de Crianças (MACEDO, 1978, p.10). Nas notícias sobre essas atividades as mulheres ganhavam mais destaque, fossem elas ou não “damas da caridade” filiadas a Cruz Vermelha Paranaense. Em 9 de abril de 1927, a senhora Felice Clory doou 1:680\$500 para colaborar com a edificação do Hospital, o dinheiro era resultado do Festival Cultural que havia realizado no antigo Teatro Guairá (**Gazeta do Povo**, 12/04/1927, p. 8; 16/04/1927, p. 1). Em 1928, a senhora Clory fez outra doação, agora de 1:444\$000, resultado de uma “noitada de arte” que havia realizado, dia 18 de janeiro, junto com suas alunas; meses depois o Grêmio das Violetas promoveu a Festa das Sombrinhas, no dia 13 de maio, para beneficiar o Hospital de Crianças (MACEDO, 1978, p. 11; **Gazeta do Povo**, 10/05/1928, p. 1; 15/05/1928, p.4). Alguns espetáculos artísticos em benefício do Hospital de Crianças foram organizados a partir de solicitação da própria Cruz Vermelha Paranaense. Em 1926 uma comissão, composta pela senhora Izabel Gomm, pelo desembargador Vieira Cavalcante e pelos doutores Evangelista Espíndola e Vieira de Alencar, solicitou que a Empresa Muzillo e a Companhia Léa realizassem um espetáculo em prol da construção do Hospital de Crianças. O espetáculo, que aconteceu dia 20 de fevereiro, foi intitulado “Léa Candini” e rendeu 3:530\$000 (MACEDO, 1978, p. 10).

Além dos jornais, que realizavam e publicavam listas de doações e divulgavam atividades que colaboravam com a edificação do Hospital de Crianças, um outro meio de comunicação colaborou para a construção do nosocômio: os

cinemas curitibanos “Mignon” e “Popular”, de propriedade de Matos & Azevedo, realizavam anúncios em suas telas conclamando os cinéfilos a colaborarem com a construção do Hospital (MACEDO, 1978, p. 10).

Em 1925, evidenciando a prática de contribuições entre instituição curitibanas, os grandes doadores para a construção do Hospital de Crianças foram a Sociedade de Socorro aos Necessitados<sup>56</sup>, que em julho doou 200\$000 para o Hospital, e a Comissão Diretora do Dia da Caridade<sup>57</sup>, que entregou ao tesoureiro da Cruz Vermelha Paranaense, senhor Athanásio Santana, a quota correspondente à instituição de 1:045\$600 (**Gazeta do Povo**, 29/07/25, p. 3; 13/10/25, p. 1; 12/11/1925, p. 1).

Ao longo dos anos a movimentação para arrecadação de fundos para a construção do Hospital de Crianças mobilizou também agremiações esportivas de Curitiba, como os clubes de futebol e o Jóquei Clube que juntos doaram, em 15 de abril de 1921, 1:564\$500 em benefício do Hospital (MACEDO, 1978, p.11). As doações para o nosocômio extrapolaram as fronteiras paranaenses: a primeira quantia doada por um cidadão, individualmente, para a Cruz Vermelha Paranaense construir o futuro Hospital foi de 2:000\$000, entregues por um “philantropico cavalheiro [do Rio de Janeiro]”, no dia 12 de junho de 1920 (**Gazeta do Povo**, 15/06/1920, p. 1; CRUZ VERMELHA BRASILEIRA., 1942, p. 13)<sup>58</sup>. Em 1926, o industrial (radicado em São Paulo) Conde Francisco Matarazzo, com negócios em diferentes partes do Brasil, inclusive no Paraná, doou 10:000\$000 ao Hospital de Crianças que estava sendo edificado (CRUZ VERMELHA BRASILEIRA., 1942, p. 14; MACEDO, 1978, p. 8).

---

<sup>56</sup> A Sociedade de Socorro aos Necessitados, organizada em 1921, tinha por objetivo combater e reprimir a mendicância na cidade (TURINA, 2010, p. 1).

<sup>57</sup> O Dia da Caridade, festividade regularmente realizada em data próxima ao Dia da Criança, 12 de outubro, para que as crianças pobres, órfãs e desamparadas pudessem efetivamente comemorar a data, pois recebiam brinquedos, alimentos e diversão. Os organizadores da festa também angariavam doações em dinheiro depois divididas entre as instituições de Curitiba que cuidavam dessas crianças. A organização da festa contava com ampla participação de agremiações e instituições sociais (**O Dia**, 04/08/1923, p. 1; **Gazeta do Povo**, 08/10/1924, p. 2; 13/10/1925, p. 1).

<sup>58</sup> Antes da doação feita pelo benfeitor carioca, em junho de 1920, donativos para a construção do Hospital haviam sido realizados como resultado de arrecadações coletivas, por exemplo, o efetuado pela Companhia Lírica De Angelis, que doou 35% de sua receita do dia 5 de março de 1920, e pelas organizadoras da Festa Beneficente de Arte da Sociedade Thalia, dia 25 de maio de 1920, que contou com “numeros encantadores de canto da poesia cancioneira”, um chá e também danças (CRUZ VERMELHA BRASILEIRA, 1942, p. 13; **Gazeta do Povo**, 04/03/1920, p.4; 22/05/1920, p. 2 (citação)).

Em 27 de agosto de 1924, as netas do senhor Coronel Agostinho Lima fizeram a doação de 5\$000 para “Hospital de Crianças Pobres”, em memória do avô, cuja morte completava dois anos (**Gazeta do Povo**, 27/08/1924, p. 8). Uma demonstração de amor e saudade que poderia, também, trazer as marcas de práticas religiosas que buscavam aliviar a alma do purgatório (REIS, 1991). Em Curitiba eram comuns as doações desse gênero que beneficiavam instituições que auxiliavam os mais pobres (SILVA, 2010, p.100).

Além das listas e donativos avulsos, uma doação peculiar, que poderia ajudar na edificação do Hospital de Crianças, foi feita para a Cruz Vermelha Paranaense em fevereiro de 1927, quando o Conselho Diretor da instituição foi informado, através de uma carta do testamenteiro e inventariante doutor Luis Quadros, que seu falecido irmão, senhor Manoel Joaquim de Quadros, “tornou a Cruz Vermelha [Paranaense] legatária de uma parte de seus bens” e que, portanto, a instituição teria que ser representada no inventário (**Gazeta do Povo**, 26/02/1927, p.6). Seria apenas coincidência que no ano anterior uma doação de 500\$000 foi realizada pelo “senhor M. Quadros” para o Hospital de Crianças? (MACEDO, 1978, p. 11) Acredito que não, é provável que as duas notícias mencionassem o mesmo senhor Quadros.

A mobilização para a construção do Hospital aconteceu durante os anos 1920, mas foi a partir de 1922 que o projeto do nosocômio efetivamente se concretizou. A planta do Hospital, aprovada em sessão da Cruz Vermelha Paranaense em 20 de dezembro de 1922, foi de autoria do engenheiro João Moreira Garcez, que era prefeito da Capital (e seria Presidente da Cruz Vermelha Paranaense), e desenhada pelo senhor Valentim de Freitas. Durante o início da construção do Hospital, a planta ficou exposta na Chapelaria Jacob na rua XV de Novembro (MACEDO, 1978, p. 9), uma das mais movimentadas de Curitiba, para que fosse observada pelos moradores da cidade, o que, ao mesmo tempo, tornava ‘concreto’ o Hospital para quem havia feito doações para a obra e incentivava novos doadores.

Os anos de construção do Hospital de Crianças, um período marcado pelas teses do movimento sanitarista que se difundiam pelo país (BERTUCCI, 2007, p. 148-158), coincidiram com uma reordenação urbana da cidade de Curitiba

intimamente associada a administração do prefeito Moreira Garcez que, segundo Guimarães:

(...) efetivou um projeto encarregado de materializar o novo pacto social que, articulado entre ambas as administrações [estadual e municipal], cumpriria em estabelecer uma nova consciência coletiva sobre o bem público produzido pela reforma urbana (2005, p. 78).

Higiene e estética determinaram as ações direcionadas por Moreira Garcez, que, “desde 1921, inseriu em Curitiba tentativas para livrá-la do seu aspecto de vila” onde as ruas eram mal pavimentadas, os terrenos baldios sem muros alojavam animais como cães, porcos, galinhas, cabras, cavalos, etc., e a estética da cidade atentava com a imagem da capital que se desejava civilizada (GUIMARÃES, 2005, p. 76). O prefeito previa, portanto, “para a paisagem urbana uma edificação nova que emprestasse à capital uma imagem civilizada” (GUIMARÃES, 2005, p. 73).

A obra do Hospital de Crianças conciliou

(...) questões de higiene com a temática da modernidade, padrões de civilidade desejados pelas sociedades em transformação. Com o fim de abrigar o primeiro edifício para tratamento médico pediátrico do Paraná, o engenheiro [Moreira Garcez] optou por uma arquitetura que se apropriou de elementos decorativos e se materializou numa linguagem determinada mediante o desenvolvimento técnico como possibilidade certa e iminente (GUIMARÃES, 2005, p. 126).

No dia 10 de março de 1923, numa sessão da Cruz Vermelha Paranaense foi constituída uma comissão com Moreira Garcez, Vieira Cavalcante, Generoso Marques, Aluizio França e Eduardo Wirmond Lima para dirigir a construção do Hospital de Crianças. A Firma Muzillo foi contratada neste mesmo ano para a realização da obra. Mesmo o início da edificação tendo sido atrasado por falta de materiais e pelo tempo chuvoso, até 31 de dezembro de 1923 já “haviam sido despendidos na construção do Hospital de Crianças 15:000\$000” (MACEDO, 1978, p. 10).

Foi neste mesmo ano, 1923, que a Cruz Vermelha Paranaense instituiu as ‘cadernetas de doações’, no valor de 500\$000, especialmente para angariar fundos para o Hospital de Crianças (**O Dia**, 21/07/1923, p.1). No movimento de caixa da

Cruz Vermelha Paranaense do ano de 1923, o total de dinheiro arrecadado pelas cadernetas para a construção foi de 5:440\$000, sendo que os gastos com a edificação nesta data somavam 15:000\$000 (**Gazeta do Povo**, 24/01/1924, p. 1). Estes números indicam que a Cruz Vermelha Paranaense utilizava para a construção do Hospital também outros recursos destinados à instituição, como mensalidades de seus sócios e doações avulsas de outros colaboradores. Em 1923 o total de mensalidades e donativos avulsos somou 11:146\$800. (**Gazeta do Povo**, 24/01/1924, p. 1). Para a construção do Hospital de Crianças era preciso arrecadar mais.

No dia 15 de fevereiro de 1924 foi publicado no jornal **O Dia** o *fac-simile* de um bilhete de tómbola de 3 lotes de terrenos em benefício do Hospital de Crianças (**O Dia**, 15/02/1924, p.1).

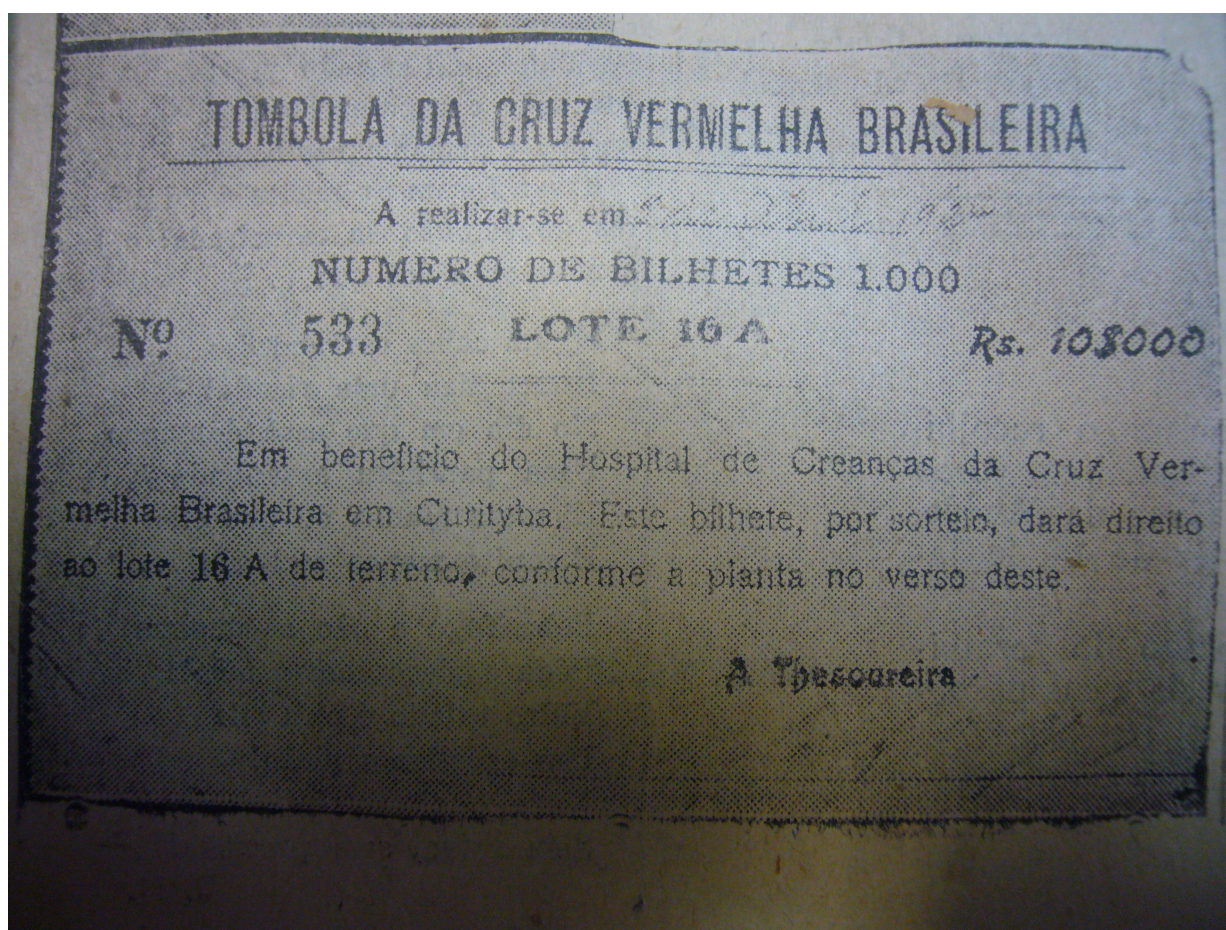


Figura 06 - **O Dia**, 15/02/1924, p.1



A Figura 06 retrata o bilhete nº 533, no valor de 10\$000, que concorria ao lote 16 A. O número da tómbola publicada no jornal indicava ainda que foram feitos 1.000 números para o sorteio. Se todos foram vendidos pelo mesmo valor do bilhete reproduzido no jornal é possível chegar ao valor arrecadado com esta tómbola: 10:000\$000. Se fossem vendidos 1.000 números por terreno (eram 3 lotes), o montante arrecadado seria triplicado... Mas em maio foi publicada uma nota no jornal **Gazeta do Povo** informando que a Diretoria da Cruz Vermelha Paranaense resolveu alterar a organização da tómbola: o mesmo número daria direito a concorrer aos três prêmios sorteados separadamente. Ação que aumentava, portanto as chances dos concorrentes em ganhar pelo menos um dos três terrenos.

Foram para isso emitidos os novos cartões, ficando annullada a emissão anterior (...) podendo os possuidores destes cartões trocar com os que ora são postos em circulação (**Gazeta do Povo**, 21/05/1924, p. 7).

Talvez esta decisão tenha sido tomada pela dificuldade na venda dos números, afinal fazia quase três meses que a tómbola havia sido anunciada e o sorteio ainda não havia sido realizado.

De acordo com a Figura 07, os três lotes rifados eram localizados no mesmo quarteirão, na quadra compreendida entre as avenidas 7 de Setembro e Visconde de Guarapuava e rua Silveira Peixoto e Bento Viana, sendo que o lote A ficava na esquina da avenida Visconde de Guarapuava e rua Silveira Peixoto.



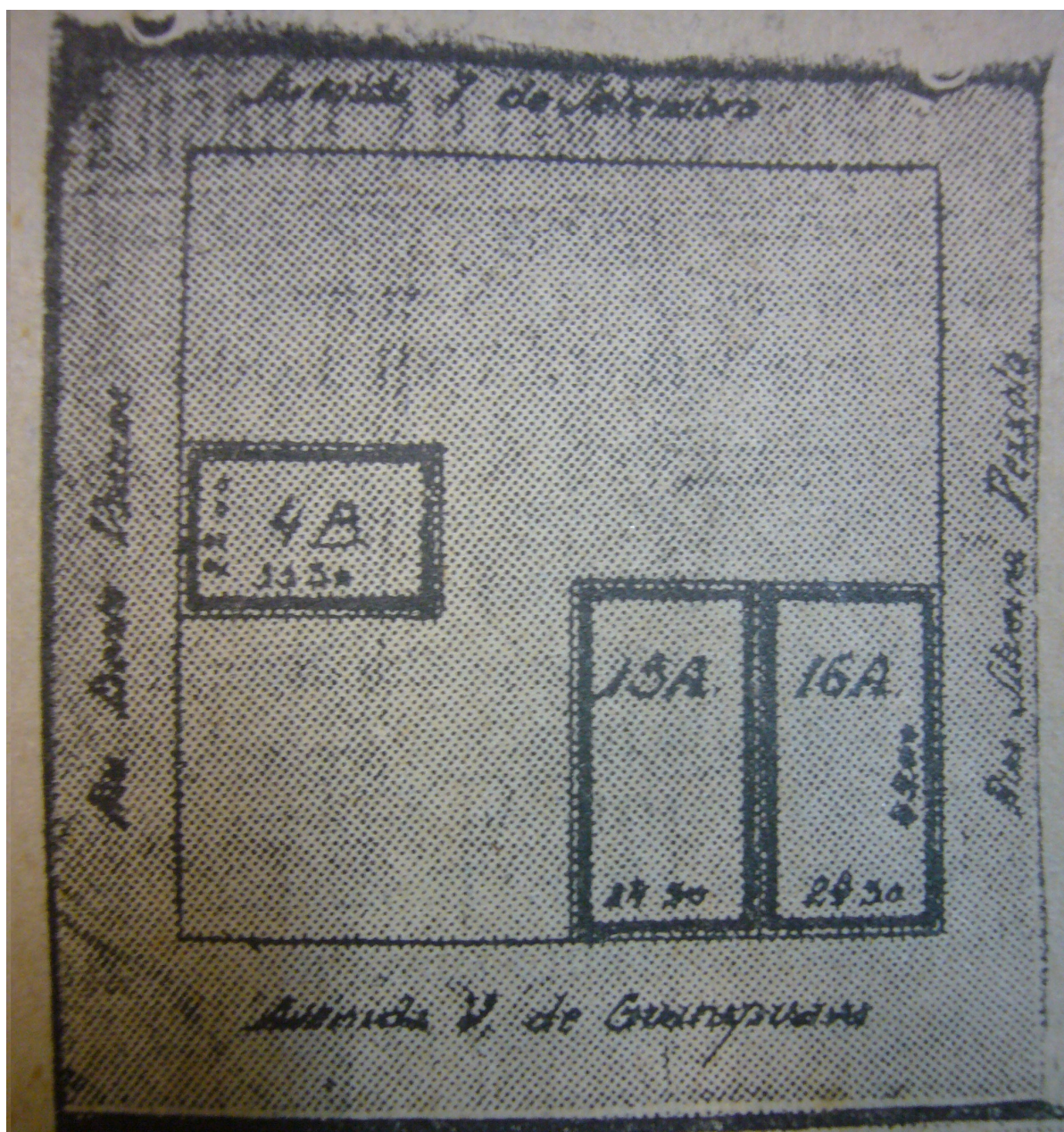


Figura 07 - **O Dia**, 15/02/1924, p.1

Quem ganhou? Não se sabe. As informações sobre a tômbola paulatinamente pararam de ser publicadas nos jornais curitibanos.

Com relação às cadernetas, foi publicado no jornal **Gazeta do Povo**, em fevereiro de 1924, as arrecadações realizadas até aquele momento:

A primeira arrecadação de cadernetas deu o seguinte resultado animador:

Movimento durante o ano de 1923

5:440\$000

Movimento em Janeiro de 1924	6:676\$000
As cadernetas recolhidas foram as seguintes:	
N. 5 Madame Laforge	500\$000
N. 12 Dr. Eurides Cunha	500\$000
N. 30 Banco do Brasil	500\$000
N. 48 Engenho Fido Fontana	500\$000
N. 49 Engenho Viuva B. Veiga	500\$000
N. 54 Engenho Arcesio Guimarães	500\$000
N. 52 Srs. Zanchetta e Frechi	500\$000
N. 58 South Brazilian Railways	500\$000
N. 62 Sr. Ascanio Miró	500\$000
N. 68 Sr. Altivir de Abreu	500\$000
N. 70 Engenho David Carneiro	500\$000
N. 81 Fabrica do Sr. Solheid	500\$000
N. 89 D. Alcina Camargo	500\$000
N. 53 Dr. Luiz Medeiros	500\$000
N. 164 Sr. Julio Esteves	500\$000

(**Gazeta do Povo**, 02/02/1924, p. 3).

A publicação ainda acrescenta que os operários da fábrica do senhor Solheid e da companhia South Brazilian Railways haviam colaborado, pois do “total de 500\$000 de uma caderneta – subscreveram 247\$000 (...) e 360\$000” respectivamente (**Gazeta do Povo**, 02/02/1924, p. 3).

As arrecadações a partir das cadernetas cresceram com o passar dos meses, pois somente no mês de janeiro de 1924, já havia arrecadado 1:236\$000 a mais que todo o ano de 1923. Além disso, a publicação aponta 164 cadernetas distribuídas, talvez este número fosse até maior. Não se sabe. Entretanto, somente 15 colaboraram com a primeira arrecadação, dentre eles o Banco do Brasil e 6 engenhos ou fábricas, ou seja, quase o dobro dos colaboradores não eram pessoas físicas, mas corporações fortes e influentes na sociedade curitibana. Se realmente foram distribuídas 164 cadernetas, 149 titulares não haviam se manifestado. Não colaboraram? Até 2 de fevereiro de 1924 não, pois do contrário seria publicado sua doação no jornal. Tudo indica que os valores mensais eram padronizados, pois todos os colaboradores doaram R\$ 500\$000. Seria 500\$000 um valor que coibia a doação regular dos outros titulares das cadernetas?<sup>59</sup> A fábrica de Solheid e a companhia South Brazilian Railways arrecadaram dinheiro junto aos

<sup>59</sup> Nesse período, um “avental para creanças” na Casa Abdo custava 1\$5000; um caminhão Ford, de 1 tonelada, sem carroceria, valia 4:700\$000, e um casaco de casimira não era vendido por menos de 65\$000 na loja Ancora de Ouro (**Gazeta do Povo**, 28/01/1924, p. 4; 26/03/1924, p. 3; 14/05/1925, p. 4)

seus funcionários para completar o valor da caderneta. Será que esta opção partiu do interesse dos funcionários ou dos donos/diretores das empresas?<sup>60</sup> O certo é que diversificadas parcelas da sociedade se envolveram nas doações realizadas para a construção do Hospital de Crianças, que, como sinalizavam os textos publicados nos jornais curitibanos, era cada vez mais percebido por muitas pessoas como necessário para o cuidado com a saúde das crianças paranaenses.

E, além de doações de dinheiro, eram vários os curitibanos que faziam outros tipos de donativos para a edificação do Hospital de Crianças. Em 27 de fevereiro de 1924, por exemplo, o jornal **Gazeta do Povo** publicou a lista de doações em materiais de construção de firmas madeireiras da Capital para o Hospital: “Bettega e Filhos, 50 metros de soalho; Junqueiro Mello, 2 vagões de madeira; Leão Junior e Cia. 1 vagon, Pedro Zagonel, 1 vagon, Dzieciany e Cia. 1 vagon” (**Gazeta do Povo**, 27/02/1924, p. 1).

Assim, pouco a pouco, o Hospital de Crianças de Curitiba foi edificado. A construção do edifício pode ser acompanhada nos jornais da cidade que, além de realizarem mobilização constante para manter a arrecadação de dinheiro para a obra e agradecer aos doadores, salientavam as ações da Cruz Vermelha Paranaense no atendimento às crianças pobres.

---

<sup>60</sup> Alguns dados apontam para duas hipóteses: a frequente divisão entre várias pessoas/entidades para realizar o depósito do valor mensal/anual de uma caderneta, ou a diminuição do valor que poderia ser doado mensalmente. A Fábrica de Fósforos Pinheiro, segundo informa Macedo (1978, p.11) teria doado 195\$000 no ano de 1926, através da caderneta de nº. 72 (contribuição individual ou a fábrica dividiria o valor da caderneta com outra(s) empresa(s) ou pessoa(s)?). No ano de 1926, do senhor Athanásio Santana (que foi tesoureiro da Cruz Vermelha Paranaense), teria doado 2:500\$000, através de caderneta cujo número não foi mencionado. Durante o ano de 1928, o engenheiro, prefeito de Curitiba e membro da Cruz Vermelha Paranaense, Moreira Garcez fez a doação de 2:700\$000 em sua caderneta, cujo número também não foi citado (MACEDO, 1978, p.10-11).



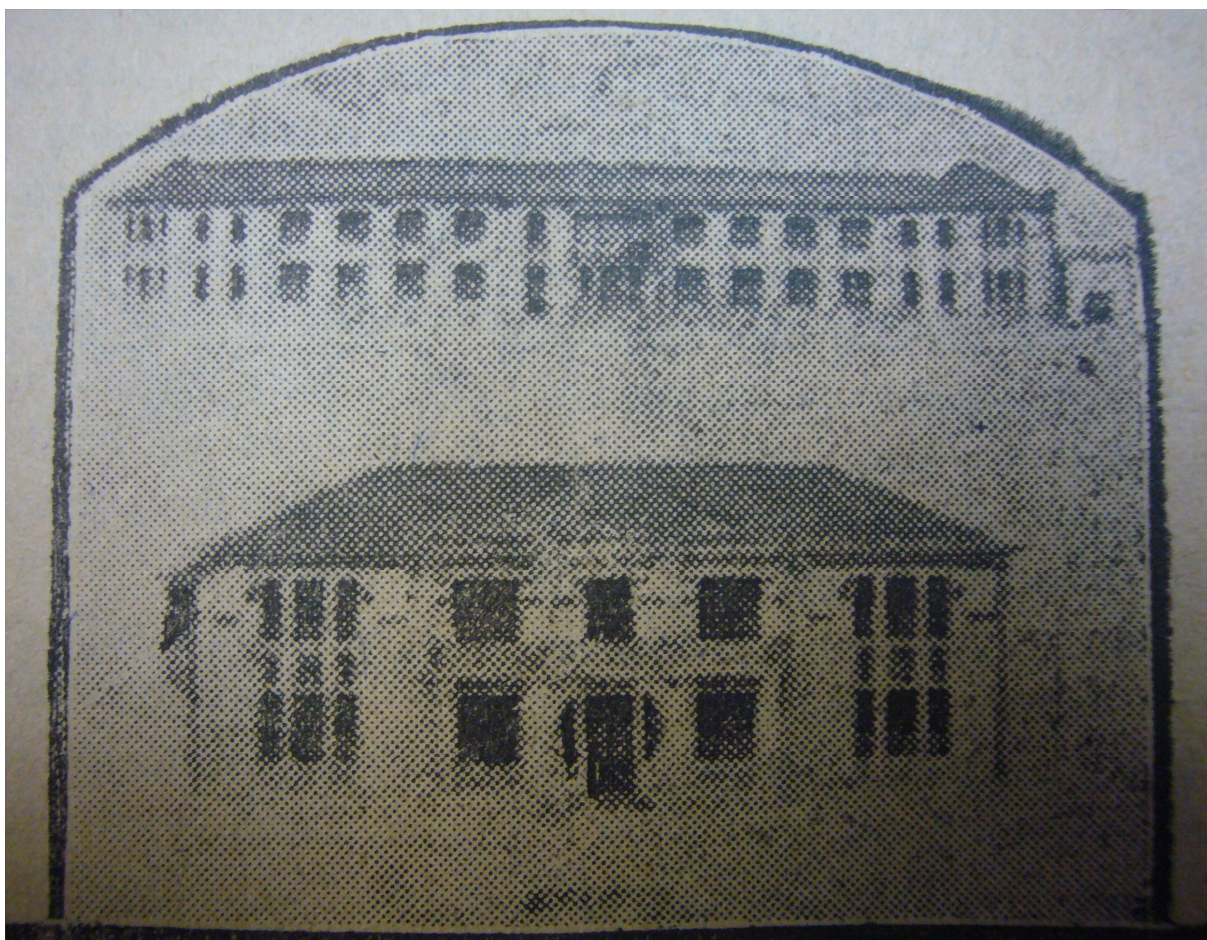


Figura 08 - **O Dia**, 16/03/1924, p. 1

Para entender melhor a construção do Hospital, a Figura 08 apresenta a perspectiva ilustrada da fachada lateral e frontal do Hospital de Crianças. Nesta perspectiva é possível perceber como o Hospital havia sido planejado. Segundo a ilustração, o Hospital teria dois pavimentos com várias janelas de três tamanhos diferentes, que combinariam simetricamente tanto lateralmente como na frente da construção. A porta ficaria bem no centro da fachada principal, como mostra o desenho inferior da Figura 08, entre duas outras janelas maiores, simetricamente postadas ao seu lado. Haveria mais dois grupos de janelas em formato de três persianas localizadas em cada canto exterior da construção, trazendo a ideia de simetria. O andar inferior seria reproduzido no segundo piso com exceção da porta que seria trocada por uma janela de mesma largura que a porta do piso inferior (**O Dia**, 16/03/1924, p. 1).

Pela ilustração, a construção teria o telhado com várias águas, por conta dos recortes arquitetônicos, como mostra a Figura 09. Aparentemente, o projeto reproduzido pela Figura 08 foi alterado. Comparando as Figuras 08 e 09, é possível ver na primeira imagem da Figura 08 a proposta de construção de um prédio com 19 janelas nos dois pisos da parede lateral, não considerando a parte “saliente” no meio da parede. Observando a fotografia do edifício construído, Figura 09, é possível perceber que no piso superior, na “saliência”, existe uma espécie de “toldo”, no qual se vislumbra o símbolo da Cruz Vermelha ao centro; na parte inferior mais 3 janelas foram construídas. Na Figura 09, é possível avaliar o tamanho do edifício construído. Considerando a “saliência” existente na parede lateral, podemos deduzir que a proposta de construção do Hospital foi reduzida praticamente pela metade<sup>61</sup>.



Figura 09 - Hospital de Criança na Avenida Silva Jardim,

---

<sup>61</sup> Não foram localizadas plantas detalhadas e as propostas das metragens para a construção do Hospital de Crianças, que poderiam alterar ou confirmar essas observações



esquina c/ a Rua Desembargador Motta. [193-].  
Casa da Memória de Curitiba. Coleção Arthur Wischral

A Figura 10 mostra um pouco da evolução da construção, que já está no assentamento de tijolos no segundo pavimento. O jornal que publica a imagem ainda chama atenção para a esperança que a Cruz Vermelha Paranaense tem de terminar a construção em 1924, para que “agasalhe e cuide dos pobresinhos doente” (**O Dia**, 16/03/1924, p.1). Apesar da esperança frustrada, em meados de 1924 já se delineia os contornos finais da parte inicial da construção, pois notícias no jornal **O Dia** dão conta do andamento da obra e parabenizam alguns “industriais curitibanos” que colaboraram fornecendo madeiras e telhas para a efetivação da construção. Este foi o caso do senhor Alberto Klemtz, que aparece em destaque na Figura 11.

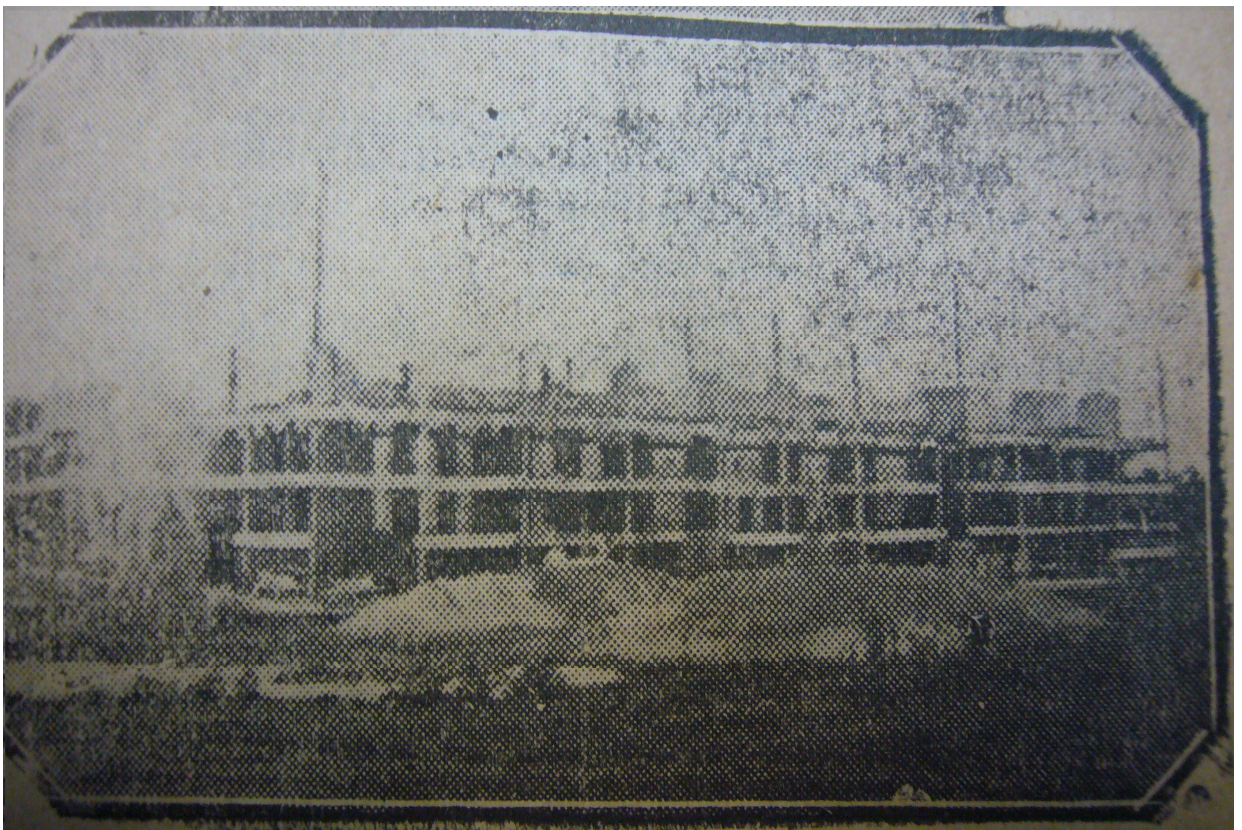


Figura 10 - **O Dia**, 16/03/1924, p. 1

Segundo o jornal **O Dia**, de 29 de agosto, o “industrial patricio [Klemtz], em bello gesto benemérito poz a disposição da Cruz Vermelha [Paranaense] todas as



telhas necessárias para a cobertura total do edifício” (**O Dia**, 29/08/1924, p.1). Realmente a construção avançou bastante de meados de março até agosto de 1924; o que em março encontrava-se no início do segundo pavimento, em agosto, de acordo com a Figura 11, tem a estrutura do prédio toda construída, assim como o madeiramento do telhado (**O Dia**, 29/08/1924, p. 1).



Figura 11 - **O Dia**, 29/08/1924, p. 1

Em foto provavelmente realizada no final dos anos 1920, o Hospital de Crianças está praticamente construído, com as paredes todas prontas, inclusive com o telhado instalado. Na parte externa falta o acabamento da parte inferior da frente do Hospital. Há um grupo de pedreiros, 12 homens, posando para a fotografia em um andaime instalado na frente do prédio. O terreno que rodeia o edifício tem aspecto de coadjuvante de uma construção, pois não tem planta ou calçamento algum (Figura 12). Como estaria a parte interna?

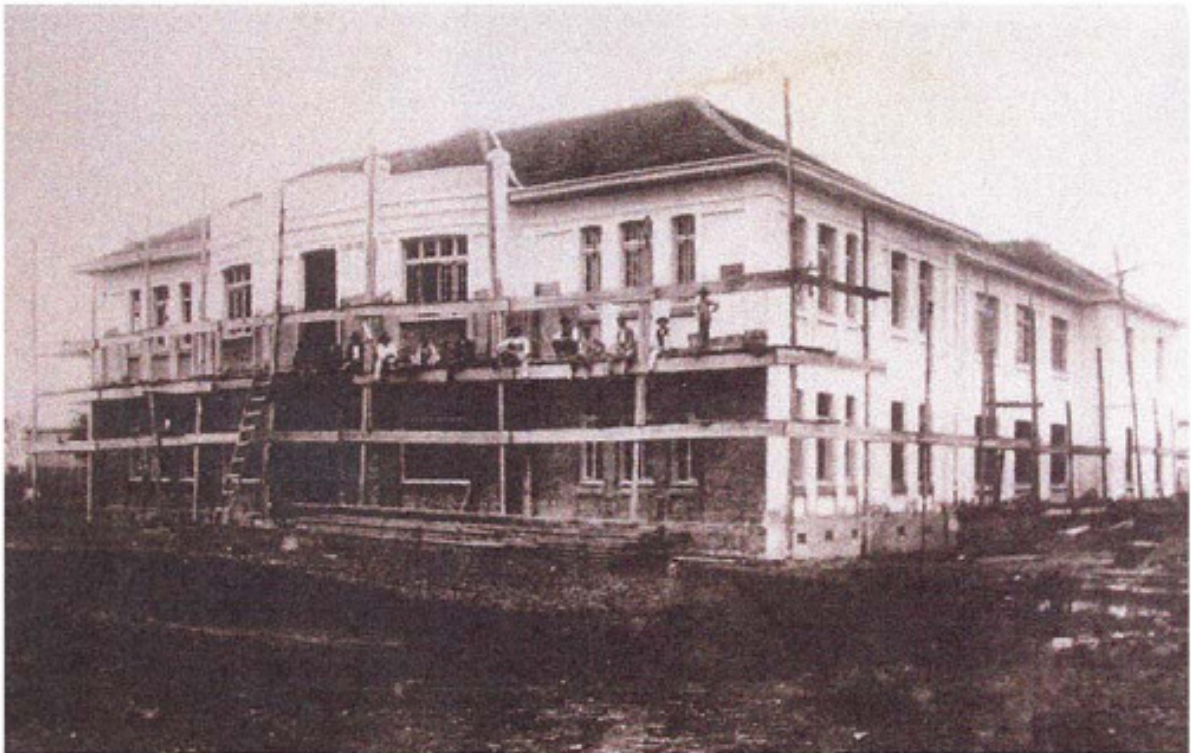


Figura 12 - Construção do Hospital de Crianças (GUIMARÃES, 2005, p. 127).

Segundo escreveu Guimarães:

Um exame a essa obra leva, num primeiro momento, à elevação principal, onde se verifica que um de seus atrativos é o avanço formado pelo corpo central para além do alinhamento total da fachada frontal do edifício, formando uma superfície curva que reserva no eixo a entrada ao hospital. (...)

Se para identificar uma arquitetura *Art Déco* a superfície das paredes às vezes articula-se com outros volumes, como já mencionado, isto demonstra as primeiras evidências que conduzem ao estilo *Déco* apresentadas por esta edificação. Por outro lado, ainda que de contorno simplificado, as linhas que emolduram a porta de entrada do edifício remetem a detalhes curvos utilizados em obras de linguagem *Art Nouveau*, o que explica a posição do *Déco* em ocupar o limiar entre o Ecletismo e ao que antecede o Modernismo (GUIMARÃES, 2005, p. 125,126).

A obra inicia, portanto, sua fase de acabamentos e segundo informação de Izabel Gomm, a instalação elétrica foi realizada em 1927 com um gasto de 4:000\$000 (MACEDO, 1978, p. 11). Neste mesmo ano, foi feito um seguro do prédio do Hospital, “avaliado de 150:000\$000 a 200:000\$000”, segundo proposta



do secretário geral da Cruz Vermelha Paranaense, doutor Evangelista Espíndola (MACEDO, 1978, p. 11). Em outubro, o Presidente da Cruz Vermelha Paranaense, e autor do projeto do Hospital, Moreira Garcez, declarou:

(...) as obras do Hospital vão em apreciável andamento, sendo certo que no dia de Natal, embora não concluídos de todo, será nelle instalada a Séde da Sociedade, o Dispensario infantil [cujo funcionamento se confundia com o do Instituto de Higiene Infantil], e mais outras dependencias de assistencia publica, como a experiencia aconselhar (**Gazeta do Povo**, 27/10/1927, p. 3).

De acordo com o balancete de 5 de fevereiro de 1927, o custo da edificação do Hospital de Crianças estava em 109:000\$000, e ainda não havia sido concluído. Neste ano foi iniciada a construção do gradil com orçamento de 15:000\$000. Em sessão do dia 5 de maio, o secretário geral da Cruz Vermelha Paranaense, comunicando o bom andamento das obras do Hospital, agradeceu ao Presidente do Estado do Paraná, Caetano Munhoz da Rocha, a doação das peças sanitárias, que, segundo o mestre de obras da construção, já poderiam ser instaladas no local (MACEDO, 1978, p. 11; **Gazeta do Povo**, 07/05/1927, p. 5). No final de 1928,

o sr. Secretario do Estado, Francisco Beltrão tinha determinado que se atacassem com urgencia as obras de installações sanitaria e que assim sendo tudo mais se tornaria facil. Tinha o construtor do Hospital orçado em 30 contos os serviços que faltam e o orçamento dos pintores, já também feito, era de 7 contos (**Gazeta do Povo**, 15/12/1928, p. 1).

Em dezembro de 1928, artigo sobre a Cruz Vermelha Paranaense, publicado na **Gazeta do Povo** informava que até março do ano vindouro a obra do Hospital de Crianças estaria concluída, “estava, por conseguinte, tudo no fim. A obra benemerita da Cruz Vermelha [Paranaense] estava pois na vespera de seu grande dia – a inauguração”. Encerrando a notícia, havia a informação que o Instituto de Higiene Infantil e a Escola de Puericultura, que funcionavam na Rua Barão do Rio Branco, já seriam transferidos para as “instalações que lhe são destinadas no edificio do Hospital [na avenida Silva Jardim]” (**Gazeta do Povo**, 15/12/1928, p. 1). Em 1929 também foi transferido para o local o Dispensário Infantil da Faculdade de

Medicina do Paraná, que antes funcionava na Santa Casa de Misericórdia (FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ, 1930, p.36).

Em 1929, o Presidente do Estado do Paraná Affonso Alves de Camargo se dirige ao Congresso Legislativo do Estado para informar:

O Governo está em entendimento com a Cruz Vermelha Paranaense no sentido de tomar a seu cargo a administração e a manutenção do Hospital de Crianças para pequenos doentes, (...) destinado á internação definitiva ou temporária das crianças de tenra idade abandonadas, falhas de amparo e carinho materno (PARANÁ, 1929, p. 101).

Em sua fala, Affonso Alves de Camargo, que era membro da Cruz Vermelha Paranaense, lembrava que, o índice de mortalidade infantil da cidade de Curitiba era “bastante baixo”, mas enfatizava a necessidade das mães receberem no Hospital noções de puericultura para que a saúde das crianças melhorasse (PARANÁ, 1929, p. 101).

Em janeiro de 1929, a Cruz Vermelha [Paranaense] põe a disposição do Governo o Hospital, mediante convenção, ficando assegurada a sede da Cruz Vermelha no mesmo edifício. (...) Em 22 de junho de 1929, o Sr. Presidente do Estado autorizou a continuação das obras do Hospital por conta do Estado, conforme orçamento apresentado (MACEDO, 1978, p. 12).

Em 2 de fevereiro de 1930 o Hospital de Crianças foi oficialmente inaugurado com festa, dividindo o prédio com a sede da Cruz Vermelha Paranaense (MACEDO, 1978; GODOY, 1992, p. 1; 1995, p. 1; Associação Hospitalar de proteção à Infância Dr. Raul Carneiro, 1993, p. 1).

Conforme noticiamos, realizou-se, ante-hontem a inauguração do magestoso edifício do Hospital de Crianças (...). Às 16 horas, com a presença das autoridades, representantes da imprensa e convidados, foi pelo arcebispo d. João Braga lançada a benção no edifício, falando em nome da Cruz Vermelha o dr. Luiz Medeiros, dizendo da significação daquelle empreendimento (**Gazeta do Povo**, 04/02/1930, p. 8).

Entretanto, a data 2 de fevereiro de 1930 não é uma unanimidade, as fontes divergem. Jornais curitibanos informam que esta foi a data de inauguração, mas a

Associação Hospitalar de Proteção à Infância Dr. Raul Carneiro no relato **Histórico de família da obra: Hospital Pequeno Príncipe**, indica o dia 31 de janeiro de 1930. Considerando que desde o ano anterior haviam começado, pontualmente, os atendimentos no prédio do Hospital de Crianças que ainda estava em construção, seria o dia 31 de janeiro a data que as obras foram concluídas? É possível. Segundo Macedo (1978, p. 12) e Godoy (1992, p. 1; 1995, p. 1) a data da inauguração do novo nosocômio foi dia 11 de fevereiro. Coincidentemente, ou não, esta é a data em que foi firmado acordo da Cruz Vermelha Paranaense com a Faculdade de Medicina do Paraná para gestão do Hospital, com a nomeação de um Conselho Administrativo autônomo, composto por membros das duas entidades, para que “o Hospital possa preencher cabalmente os fins a que se destina” (**Gazeta do Povo**, 12/02/1930, p. 1). Para o jornal **Gazeta do Povo**, com a nova gestão o Hospital, que “já foi inaugurado”, ampliaria e tornaria mais eficientes seus atendimentos:

O Hospital de Crianças, construído com ingentes esforços pela Cruz Vermelha, já foi inaugurado, conforme noticiamos, e nelle vinha funcionando, desde Julho do ano passado, o ambulatorio infantil [Dispensário] da Faculdade de Medicina. (...) Inicialmente, o ambulatorio que esta funcionando será desdobrado em polyclinica infantil ficando apto para dar prompto tratamento a todos os casos clinicos que se apresentem, sendo que a medida do possivel e dentro das necessidades, o Hospital ira installando as suas enfermarias com os serviços correspondentes. O serviço de consultas, exames, analyses, receitas etc será o mais amplo e eficiente possível, de modo a proteger illimitadamente a infância contra os agentes morbidos que a enfraquecem e dizem assustadoramente (**Gazeta do Povo**, 12/02/1930, p. 1).

Com a inauguração o Hospital de Crianças passou a receber donativos de natureza um pouco diversa, para ‘equipar’ o local: em abril de 1930 o jornal **Gazeta do Povo** recebeu de dona Nelly N. Fernandes roupinhas destinadas às crianças do Hospital (**Gazeta do Povo**, 23/04/1930, p. 3). Em outubro, o Grêmio das Violetas conclamou toda a sociedade para auxiliar “na confecção de roupas e de outros pertences necessarios á adaptação do mesmo Hospital (...) [que] acceita toda a collaboração e auxilio material e pessoal” (**Gazeta do Povo**, 18/10/1930, p. 1). Listas de doadores e suas doações são publicadas na imprensa:

Pela Casa Crystal, de Wedler e Comp. 2 caldeirões esmaltados, 2 caçarólos, 1 assadeira, duas chaleiras, 1 concha e 1 espumadeira; pela Casa Schmidt e Comp. 1 dz. de abat-jours, 2 dzs. de talheres, 1 dz. de colheres de sopa, 1 dz. de colheres de sobremesa; pela Casa Vermelha, de Eurico Fonseca e Comp. 2 dzs. de pratos razos; pelo Sr. José Bento Monteiro, com casa de representações á rua Aquidaban nº 64 – 2 dzs. de litros de álcool; pela exma. Sra. D. Paslina Virmond Carnasciali e suas gentilíssimas filhas – 24 lençõs e 12 fronhas; pela Casa Filizola, á rua Barão do Serro Azul nº 95 – 6 latas de 7.5 kgs.; pela Casa Aluminio de Schiebler e Cia. – 3 bacias de Agatha, 3 coadores para caldo, 2 dzs. de chicharas e 2 dzs. de copos; pela Casa Porcellana, de Schimidlin, Tam e Cia. – 3 dzs. de chicharas de pó de pedra, 3 dzs. de pratos razos, 3 dzs. de copos lisos; pela Casa Francisco Hauer e Filhos – 2 leiteiras, 2 coadores, 2 bandeijas, 1 machina para moer carne e 1 jogo de colheres de madeira; pela Casa Schultz – 30 marcas para roupa (**Gazeta do Povo**, 22/10/1930, p. 4).



Figura 13 - Fachada do Hospital Cesar Pernet. [193-].  
Acervo da Casa de Memória de Curitiba.

O Hospital de Crianças construído e em atendimento passa a ser uma das imagens mais destacadas na paisagem da capital paranaense: a fotografia registra o edifício em toda a sua imponentia (Figura 13). Mas, como observa Burke, sobre as fotografias é imprescindível perceber que “[...] existem, é claro, enormes diferenças tanto com relação ao que essas imagens deixam transparecer quanto ao que elas omitem.” (2004, p. 20). No caso do Hospital de Crianças levanta-se a hipótese da serventia do registro, se o mesmo seria para efeitos de memória ou para ser utilizado em campanhas de arrecadação de fundos para a manutenção das atividades do Hospital, pois esta era uma atividade constante dos grupos empenhados na construção e depois no custeio do Hospital nos primeiros anos de funcionamento. Kossoy afirma que “a fotografia é uma representação elaborada culturalmente/estética/tecnicamente e que o índice e o ícone (...) não podem ser compreendidos isoladamente, ou seja, desvinculados do processo de construção da representação” (1998, p. 43).

Para transpor o plano iconográfico, é preciso levar em conta a sensibilidade e o esforço para compreender os documentos e o “conhecimento multidisciplinar” do momento histórico, pois o documento acaba sendo descongelado a partir de uma alma que tem por objetivo revelar os significados ocultos e decifrar o ausente (KOSSOY, 1998, p. 43). Desta forma, apesar de não haver indicação do fotógrafo que realizou a foto, nem a data exata, é possível supor que a Figura 13 é da década de 1930, pois o Hospital retratado na imagem pela lente do fotógrafo está completamente construído e, pelos elementos que aparecem na fotografia pode-se sugerir que o nosocômio estava em funcionamento: duas pessoas estão na frente do prédio, uma delas, uma mulher com um vestido claro e casaco escuro, encostada na parede ao lado da escada, e a outra, possivelmente um homem, encostado na porta. O prédio tem dois andares com um jardim bastante amplo com várias plantas e flores. Outro ponto que chama a atenção é o nome do Hospital de Crianças gravado na parte superior do frontão.

A fotografia reproduzida na Figura 13 é muito semelhante a imagem reproduzida na Figura 09, também feita em perspectiva panorâmica, a partir de um ângulo lateral. Na Figura 13, à esquerda da imagem do prédio, chama atenção, novamente, a existência de um suposto “toldo”. Depois do ‘entrelaçamento de

fontes' e uma análise mais detalhada, foi possível identificá-lo como o vitral da sala de cirurgia, Figura 14. Como o Hospital começou a funcionar em 1930, a realização da fotografia da Figura 14 certamente aconteceu no ano da inauguração ou nos primeiros anos seguintes.

Algumas vezes poderemos decifrar o significado da imagem fotográfica naquilo que ela oculta, pois “resgatando o ausente da imagem compreendemos o sentido do aparente, sua face visível.” (KOSSOY, 1998, p. 44) Assim, se observa na sala de cirurgia, reproduzida na Figura 14, a marca da ausência: não há qualquer indivíduo na fotografia. Esta ausência pode ser justificada pela necessidade de transmitir tanto uma imagem asséptica do ambiente hospitalar, quanto do saber da ciência médica, cada vez mais especializada, cuja melhor tradução seriam os equipamentos expostos.

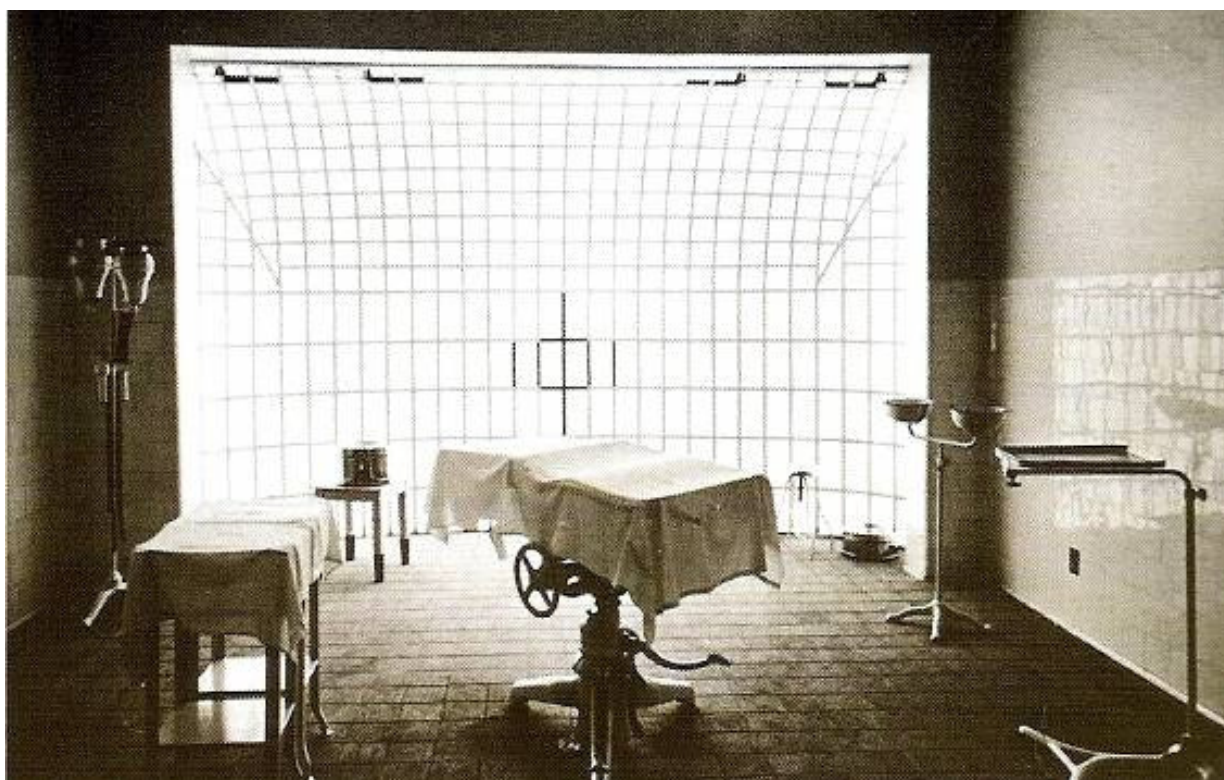


Figura 14 - Sala de Cirurgia, com iluminação natural do Hospital de Crianças.  
Década 1930. Casa da Memória de Curitiba

Observando os detalhes da imagem da sala de cirurgia do Hospital de Crianças é possível reconhecer uma mesa cirúrgica com regulação hidráulica,

para o melhor posicionamento do paciente; uma bandeja para instrumentos cirúrgicos, suspensa com suporte; duas mesas auxiliares móveis, posicionadas paralelamente uma ao lado outra, localizadas à esquerda da mesa cirúrgica. No canto esquerdo da sala há um suporte para soro ou medicamento e no canto direito outro suporte, com duas cubas que poderiam ser usadas para descarte de material usado; é possível reconhecer ainda, no fundo esquerdo da sala, um vasilhame sob outro suporte quadrangular e, no fundo direito da sala, uma armação diferenciada com outro utensílio, que não foi possível identificar com detalhes.

Como escreveu Kossoy (1998, p. 45), as fotografias podem ser comparadas a vários pedaços do passado congelados que quando apreciados “descongelam” momentaneamente e contam suas histórias de vida a si e a outros, levando a uma viagem imaginária.

Outro ‘pedaço do passado’ do Hospital de Crianças, que não foi flagrado em imagem, mas que foi relatado por jornais, foi o da utilização do nosocômio durante o movimento político-militar do segundo semestre de 1930, capitaneado por Getúlio Vargas<sup>62</sup>. Apesar de ser um espaço preparado para o cuidado das crianças e eventualmente das mães, o Hospital assumiu outras funções nesse período. As crianças em atendimento foram remanejadas e as instalações ficaram à disposição do Corpo de Saúde da 5ª Região Militar (**Gazeta do Povo**, 18/10/1930, p. 1).

Estando sendo mobilizado o Hospital de Crianças e equipado em Hospital de Sangue a Cruz Vermelha resolveu hontem transferir o consultorio infantil daquelle Hospital para o predio do Club Sirio á rua Alegre, em frente ao Banco do Brasil.

Emquanto durar o estado de Revolução e o hospital de Crianças estiver attendendo os feridos de guerra o consultorio da Cruz Vermelha funcçionará no Club Sírio, gentilmente cedido, das 9 ás 10 horas da manhã, diariamente (**Gazeta do Povo**, 24/10/1930, p. 4).

O Hospital de Sangue foi instalado no Hospital de Crianças no dia 25 de outubro à tarde. A inauguração contou com a presença do general Plínio

---

<sup>62</sup> Extensa e diversificada é a bibliografia sobre o tema e o período Vargas, confira, entre outros: De Decca, 1981; Levine, 2001.

Tourinho<sup>63</sup>, comandante das Forças Revolucionárias do Paraná, do tenente coronel Reynaldo Costa, Chefe do Serviço de Saúde, numerosos médicos e representantes consulares e da imprensa. Os 'revolucionários' foram recebidos por alguns dos membros da Cruz Vermelha Paranaense que haviam participado de várias iniciativas que concorreram para a edificação do nosocômio:

sras. Gomm, Fontana e Seraphim França, directoras da Cruz Vermelha Paranaense e pelos drs. Aluizio França, Garcez do Nascimento, Paula Braga e dras. Josephina Flasks e Olina Terra Franco, que compõem o corpo clinico do Hospital, que os conduziram por demorada visita por todas as enfermarias, laboratórios e consultórios (**Gazeta do Povo**, 24/10/1930, p. 4).

A transformação do Hospital de Crianças em Hospital de Sangue durou pouco e, em algumas semanas, o local voltou a ser ocupado por pacientes para os quais havia sido organizado originalmente: as crianças.

Nos três primeiros anos de funcionamento do Hospital de Crianças, as moléstias mais frequentes das crianças tratadas no local foram: doenças da nutrição, do aparelho digestivo e do aparelho respiratório. Em seguida estavam as verminoses. As doenças menos frequentes eram aquelas do sistema nervoso, do sistema circulatório e do aparelho nasal (que somente começaram a ser registradas em 1932) (**Tabelas 1, 2 e 3**).

Nas informações sobre o Hospital de Crianças, a doença que apareceu no topo de casos atendidos era a chamada moléstia da nutrição. Em 1930 foram 307 pacientes dos 1258 atendidos no total, ou seja, 24,4%; em 1931, 1250 dos 5213, isto é 24%, e em 1932, 1076 dos 5574, ou seja, 19,3%. A porcentagem de crianças doentes do aparelho respiratório somou 21,5% em 1930, 21,3% em 1931 e 19,24% em 1932. Do aparelho digestivo a porcentagem de crianças atingidas nos três anos analisados foi de 12,32%, 12,3% e 17,9 %. As verminoses afetaram 12,5%, 12,4% e 12,9% das crianças sucessivamente (**Tabelas 1, 2 e 3**).

Com relação às doenças com menor incidência, as moléstias do sistema nervoso vitimaram 1% dos pacientes em 1930 e 1931 e em 1932 as enfermidades

---

<sup>63</sup> Líder tenentista nas rebeliões militares durante a década de 1920, Major Plínio Tourinho, foi militar, engenheiro co-fundador da Universidade do Paraná e professor do Instituto Agrônomico (NICOLAS, 1977, p. 16).



do aparelho nasal atingiram 0,2% e as do aparelho circulatório 0,7% das crianças atendidas (**Tabelas 1, 2 e 3**).

A faixa etária mais atendida em 1930 foi a das crianças de 2 a 3 anos, 27,1%; em 1931 e 1932 as crianças de 0 a 1 ano, 24,8% e 25,9% sucessivamente. As menos atendidas em 1930 e 1931 foram as crianças entre 5 e 15 anos (essas últimas as mais velhas atendidas no Hospital), aproximadamente 16,5% dos atendimentos; em 1932 foram as de 2 a 3 anos, 14,7% dos atendimentos. As crianças mais novas continuavam sofrendo muito mais com problemas relacionados à sua alimentação, o que justificava para muitos a permanente educação das mães, para que amamentassem seus filhos e cuidassem para que as crianças tivessem uma alimentação saudável, preparada com as devidas regras higiênicas (**Tabelas 1, 2 e 3**).

A relação entre três dos principais problemas de saúde das crianças é evidente, pois as chamadas moléstias de nutrição (o que se come, quanto e como se come) e as doenças do aparelho digestivo podem estar intimamente ligadas. Também é possível supor que muitas das verminoses detectadas nos pequenos curitibanos estavam relacionadas com os problemas de alimentação (falta de higiene) e do aparelho digestivo, afinal a maioria das verminoses ataca o aparelho digestivo. Mas, com a cidade crescendo, as condições de higiene e salubridade precárias e o clima frio e úmido de Curitiba<sup>64</sup>, talvez as doenças mais preocupantes para os doutores fossem as do aparelho respiratório que, exceto nas crianças de 0 a 1 e de 3 a 5 anos, foram as enfermidades de maior incidência em todas as faixas etárias atendidas pelo Hospital de Crianças entre 1930-1932 (**Tabelas 1, 2 e 3**). A preocupação com doenças do aparelho respiratório também apontava para a necessidade de cuidados maternos, afinal a mãe devia ter atenção com as roupas adequadas dos filhos e a proteção das crianças com relação ao frio ou locais abertos com muito vento, principalmente com as crianças maiores que por conta da idade teriam mais autonomia e ficariam mais expostas.

---

<sup>64</sup> Anos antes, em julho de 1921, devido às manhãs frias do inverno curitibano, considerando a necessidade de não expor pessoas, principalmente crianças, a condições adversas, o Instituto de Higiene Infantil e a Escola de Puericultura passaram a funcionar também a partir das 12:00 horas e não mais somente no período da manhã como vinha ocorrendo (**Gazeta do Povo**, 12/07/1921, p. 2).

**TABELA 1****Movimento Clínico do Hospital de Crianças no ano de 1930**

MOLESTIAS	PACIENTES					TOTAL
	De 0 a 1 ano	De 1 a 2 ano	De 2 a 3 ano	De 3 a 5 ano	De 5 a 15 ano	
Do ap. digestivo	60	42	23	17	13	155
Do ap. respiratorio	42	55	72	41	60	270
Do ap. circulatorio	-	-	5	6	15	26
Do ap. urinário	4	3	5	6	7	25
Do sistema nervoso	1	1	5	4	2	13
Da pele	13	13	10	15	15	66
Infectuozas	18	12	30	35	22	117
Da nutrição	130	80	40	40	17	307
Diatesicas	11	14	7	4	6	42
Das glandulas endocrínicas	1	6	6	4	4	21
Do sistema ósseo	23	25	7	3	1	59
Veminoses	11	28	31	40	47	157
Somas	314	279	341	215	209	1258
<b>TRABALHOS EXECUTADOS</b>						
Intervenção cirúrgicas					11	
Curativos					2690	
Aplicação de Raio Ultra-violeta					479	
Exames bacteriológicos					1342	
Rações de Von Pirquet					178	
Receitas					3557	
Radiologias					7	
Total					8.264	

FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ, 1930, p.36; mapa n.º 4.

**TABELA 2**  
**Movimento Clínico do Hospital de Crianças no ano de 1931**

MOLESTIAS	PACIENTES					TOTAL
	De 0 a 1 ano	De 1 a 2 ano	De 2 a 3 ano	De 3 a 5 ano	De 5 a 15 ano	
Do ap. digestivo	250	176	93	69	52	640
Do ap. respiratorio	173	225	293	174	247	1112
Do ap. circulatorio	-	2	20	22	63	107
Do ap. urinario	16	12	20	24	30	102
Do sistema nervoso	4	4	20	16	8	52
Da pele	55	55	40	70	70	290
Infectuosas	74	50	126	147	91	488
Da nutrição	525	322	165	165	73	1250
Diatesicas	46	58	29	17	26	176
Das glandulas endocrínicas	4	26	26	16	16	88
Do sistema osseo	102	109	30	14	5	260
Veminoses	41	115	127	166	195	648
Somas	1294	1154	959	900	876	5213
<b>TRABALHOS EXECUTADOS</b>						
Intervenção cirúrgicas						31
Curativos						290
Injeções						1632
Aplicação de Raio Ultra-violeta						1576
Exames bacteriológicos						607
Rações de Von Pirquet						285
Receitas						6157
Radiologias						16
Valor das receitas aviadas	13:415\$600			Soma		10.594

FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ, 1932, p.19, mapa nº 5.

**TABELA 3**  
**Movimento do Hospital de Crianças em 1932**

MOLESTIAS	PACIENTES					TOTAL
	De 0 a 1 ano	De 1 a 2 ano	De 2 a 3 ano	De 3 a 5 ano	De 5 a 15 ano	
Ap. digestivo	359	292	182	57	110	1000
Ap. respiratório	178	214	172	164	340	1068
Infectuosas	144	125	117	124	172	682
Ap. circulatório	13	12	-	11	2	38
Ap. urinário	18	20	16	27	126	207
Sistema nervoso	16	12	11	11	17	67
Da pele	56	20	56	58	98	288
Da nutrição	528	310	103	119	16	1076
Diatesicas	57	2	1	-	3	63
Glândulas endocrínicas	12	15	10	13	14	64
Sistema ósseo	17	15	12	13	14	71
Veminoses	15	17	125	225	334	716
Ap. auditivo	15	4	3	5	25	52
Ap. visual	12	8	7	90	31	148
Ap. nasal	1	2	3	1	3	10
Da garganta	5	5	3	4	7	24
Total	1446	1073	821	922	1312	5574
<b>TRABALHOS EXECUTADOS</b>						
Traumatismos	27					
Pequenas intervenções	31					
Injeções	1724					
Curativos	569					
Pirquet	423					
Exames de laboratório	618 no valor de 8:430\$000					
Receitas	5971 no valor de 11:147\$000					
Ultra-violeta	2188					

FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ, 1933, p.19, mapa n º 5.

Em 1933, o **Relatório do ano de 1932** da Faculdade de Medicina do Paraná assim se referia ao Hospital de Crianças:

Mantido pela Faculdade e a Cruz Vermelha desta cidade e com forte amparo do Exmo. Snr. Interventor Federal, o Hospital de Crianças já se firmou como uma das mais uteis instituições pias deste Estado. O internamento de crianças doentes, já iniciado em fins de 1932, foi feito com toda proficiência nas amplas enfermarias do estabelecimento (FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ, 1933, p.19).

Nos **Relatórios** da Faculdade de Medicina do Paraná sobre os anos de 1930 a 1932, está registrado o movimento clínico do Hospital de Crianças. A atividade que mais aconteceu no Hospital no período foi o aviamento de receitas (ampliação da aceitação de medicamentos prescritos por doutores e assim dos próprios médicos para cuidados de crianças?). No primeiro ano foram aviadas 3557 receitas, 43% do movimento hospitalar; no segundo ano, 6157, mais de 51%, e no terceiro ano de atendimento, 5971, quase 60%. Nos dois últimos anos é possível saber o valor gasto com as receitas aviadas: os pacientes pobres recebiam remédios do próprio Hospital, assim como havia acontecido no Instituto de Higiene Infantil (**Tabelas 1, 2 e 3**). Notícia da **Gazeta do Povo** de 1931 chamava a atenção para o aumento do número de crianças atendidas no Hospital de Crianças, que “agora conta com uma pharmacia propria, installada pela Associação Paranaense dos Pharmaceuticos, e dirigida por intermédio de um de seus sócios” (**Gazeta do Povo**, 15/01/1931, p. 3).

Em 1930, os curativos aparecem como a segunda atividade mais executada no Hospital de Crianças: 32,6%, um indicativo que pode indicar altos índices de acidentes entre as crianças. Em 1931 são as injeções que ocupam a segunda colocação com 15,4% das atividades desempenhadas no Hospital e em 1932 foram os tratamentos com ultra-violeta (que não foram especificados) 18,9% (**Tabelas 1, 2 e 3**).

Com menos de 0,1% em 1930 e menos de 0,3% em 1931, os tratamentos menos executados foram os de radiologias e intervenções cirúrgicas. Em 1932, os

traumatismos e pequenas intervenções somaram menos que 0,3% de trabalhos executados cada um (**Tabelas 1, 2 e 3**).

Conforme os anos vão passando, a quantidade de moléstias atendidas pelo Hospital de Crianças aumenta, indicando que se caminhava para a especialização na área da Pediatria. São registradas pela primeira vez, em 1932, as moléstias infecciosas, do aparelho auditivo, visual, nasal e da garganta. Nesse período dois tratamentos efetuados mudam de denominação, as 'radiologias' passaram a ser chamadas de 'traumatismos' e as 'intervenções cirúrgicas' foram denominadas 'pequenas intervenções'. Mudanças internas que sinalizavam redefinição de procedimentos na Pediatria?

Segundo Pereira (2008, p. 42), a Pediatria surge no Brasil a partir de dois movimentos: "a formação para cuidado médico com crianças e a (...) criação de uma cadeira acadêmica que separaria a clínica de crianças da clínica de mulheres pejudadas e paridas". Na década de 1920 um crescente movimento da especialização pediátrica se difundia a partir de intenso debate social no país (PEREIRA, 2008, p. 62).

A especialização seria uma necessidade diante de situação de validação da competência profissional e, mesmo, uma tentativa de resposta às prováveis desconfiças dos clientes (PEREIRA, 2008, p. 65).

Neste sentido, acontecem movimentos sociais, estatais e de instituições que acabam por instituir a Pediatria. "A frequência das moléstias, a sua letalidade e as particularidades que oferecem as moléstias da infância" justificam a formação médica pediátrica (PEREIRA, 2008, p. 66 e 68). O médico que seria o responsável por salvar vidas acrescentaria um novo sentido a sua profissão: "salvar vidas de crianças".

A cura da doença infantil e a possibilidade de salvaguarda da mortalidade precoce (esse também um conceito historicamente elaborado!) seria, em última análise, a contribuição a que reclamaria para si a medicina de crianças, nascente no Brasil (PEREIRA, 2008, p. 105)

No Hospital de Crianças de Curitiba, em sintonia com os debates nacionais, a especialização pediátrica se evidencia. Se em 1930 os consultórios/seções do Hospital eram consultórios de: Higiene Infantil, Clínica pediátrica médica, Doenças infecto contagiosas, Neuro-psiquiatria infantil, Clínica cirúrgica infantil e ortopédica, Gabinete de “Actinothérapie” e Laboratório de análises clínicas. Em 1931, apenas dez meses depois da inauguração do nosocômio, além destas sessões, foram criados mais dois departamentos: Consultório de Clínica Dermatológica e Sifilítica infantil e Consultório de Clínica “ophtelmica” – otorrino – laringológica infantil (**Gazeta do Povo**, 15/01/1931, p. 3)<sup>65</sup>.

Nesse ano de ampliação dos consultórios/seções, o Conselho Administrativo do Hospital de Crianças solicitou ao governo do Estado do Paraná o pagamento da subvenção de 800\$000 mensais, estipulada pela lei n.º 2742, de 21 de Março de 1930, para auxiliar “o custeio de varios serviços dessa benemerita instituição de caridade”. Ao final da notícia, a presidente do Conselho, senhora Mercedes Fontana, informava que a Faculdade de Medicina do Paraná, parceira da Cruz Vermelha Paranaense na administração do Hospital, estava cooperando “na medida de suas possibilidades”, com a manutenção dos serviços prestados pela instituição hospitalar, tendo doado para o nosocômio durante o ano de 1930 12:477\$000 em móveis, utensílios, medicamentos, reagentes químicos, etc. Além de ceder pessoal para colaborar com o funcionamento do Hospital de Crianças (**Gazeta do Povo**, 15/01/1931, p. 3).

Nesse processo de especialização e expansão de serviços médicos prestados pelo Hospital de Crianças (que demandava cada vez mais pessoal e recursos financeiros), as três primeiras enfermarias da instituição foram inauguradas em 1932: marca efetiva de internamentos hospitalares. As enfermarias ficaram sob a responsabilidade dos doutores Raul Carneiro, Cesar Pernetta (professores da Faculdade de Medicina do Paraná) e doutor Osiris Rego Barros. “No ano seguinte após a inauguração, registrava-se o internamento de 277 crianças” (MACEDO, 1978, p. 14).

---

<sup>65</sup> É significativo que a Sociedade de Pediatria do Paraná tenha sido fundada no dia 25 de março de 1933 com sede no Hospital de Crianças (MACEDO, 1978, p. 16).

O **Relatório do ano de 1933** da Faculdade de Medicina do Paraná, apresentado a Congregação da instituição pelo doutor Vitor Ferreira do Amaral em 6 de janeiro de 1934, salientava que o Hospital de Crianças, construído pela Cruz Vermelha Paranaense e mantido pela Faculdade, “presta relevantes serviços, com uma policlinica infantil muito frequentada, e hospitalização de crianças”. O relato acrescentava que o atendimento beneficiava sobremaneira a população paranaense, notadamente a mais pobre, e funcionava como “um manancial precioso para a clinica pediátrica” curitibana (FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ, 1934, p.4).

Resultado de ações múltiplas, com origens plurais, o Hospital de Crianças teria suas atividades moldadas por demandas sociais e transformações no saber médico-científico: iniciativas, inclusive educacionais, que pretendiam a manutenção e recuperação da saúde das crianças.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se a história tornou-se o mito que permite desde há dois séculos às sociedades ocidentais de meditar sobre si mesmas, ela continua a se interrogar, através de sua relação hesitante com a doença e com o corpo, sobre a origem e o próprio estatuto da sua linguagem (REVEL; PETER, 1976, p. 155).

Esta pesquisa teve como tema ações sociais que contribuíram para a organização do Hospital de Crianças de Curitiba. Perceber as ideias que permeavam os debates sobre o tema criança no período, quais as instituições que precederam e colaboraram para o delineamento da organização do Hospital na Capital paranaense e que práticas educacionais relacionadas ao cuidado com a saúde marcaram esse processo, foram questões que direcionaram a realização desta dissertação.

O Hospital de Crianças de Curitiba recebeu crianças e jovens cuja idade variou, no período estudado, dos 0 meses aos 15 anos. Inaugurado em 1930, este Hospital foi sendo constituído entre 1919 e 1932 (ano do funcionamento das primeiras três enfermarias do Hospital), a partir de um múltiplo processo marcado por organizações relacionadas ao cuidado com as crianças e sua saúde e a educação de mães e seus filhos: o Instituto de Higiene Infantil, a Escola de Puericultura e uma Creche, de existência duvidosa, mas parte significativa das discussões do período; traduções da preocupação de vários grupos sociais curitibanos (e não somente os médicos e autoridades governamentais) com a saúde das crianças, especialmente as mais pobres.

Em meados da década de 1930, o Hospital de Crianças, que prestava “(...) bom serviço com o dispensário infantil e o internamento de crianças em suas enfermarias” (FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ, 1935, p.4), sofreu um processo de reestruturação administrativa que marcaria o nosocômio nos anos seguintes. Até 1934 o Hospital de Crianças seria administrado pelo Conselho Administrativo autônomo, composto por membros da Cruz Vermelha Paranaense e

da Faculdade de Medicina do Paraná, mas em 1935, a Cruz Vermelha Paranaense, cedeu o Hospital em usufruto para a Faculdade de Medicina do Paraná, em contrato firmado entre o Desembargador Manoel Bernardino Vieira Cavalcanti Filho, Presidente da Cruz Vermelha Paranaense no período e doutor Victor Ferreira do Amaral, Diretor da Faculdade de Medicina do Paraná, conforme consta do Registro nº 3204, folhas 72 Lb n.º4, do Cartório de Registros de Títulos e Documentos de Curitiba (GODOY, 1992, p. 2; FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ, 1935, p.4).

No **Relatório do ano de 1935** da Faculdade de Medicina do Paraná a importância da cessão do Hospital de Crianças para a Faculdade é destacada.

A Cruz Vermelha Paranaense, filiada à Brasileira, teve a generosidade de ceder, em contrato de uso fruto, o seu belo e confortável edifício do Hospital de Crianças, a esta Faculdade, que já nele mantinha um consultório para a infância desvalida, com cozinha dietética e enfermarias para o internamento dos pequenos doentes (FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ, 1936, p.5).

No **Relatório do ano de 1936**, da mesma Faculdade, eram escritas palavras de elogio aos serviços prestados no Hospital de Crianças, que seriam resultado dos muitos “esforços empregados” na instituição hospitalar. O relato também atestava a permanência da prática de colaboração para a manutenção do Hospital de Crianças, realizada por cidadãos curitibanos, associações da Capital e autoridades governamentais, prática que remontava a ação do Grêmio das Violetas e às listas de doadores para a construção do nosocômio.

HOSPITAL DE CRIANÇAS Sob a direção dos Drs. Euripedes Garcez do Nascimento e João Alfredo Silva, o Hospital de Crianças funcionou com toda regularidade, tendo aumentado os seus serviços de modo a poder atender prontamente a todos os seus inúmeros clientes, constituídos da infância pobre de nossa cidade. O movimento clínico, (...) atesta o resultado satisfatório dos esforços empregados nesta instituição. Para a manutenção do Hospital de Crianças recebemos os seguintes auxílios: do Governo do Estado 30:300\$000, da Prefeitura Municipal 16:840\$000; da Associação Feminina de Proteção à Infância 17:100\$000; de Diversos donativos 18:182\$000; e da Receita da Farmácia

3:804\$600" (FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ, 1937, p. 3)<sup>66</sup>.

Em fins de 1937, com o encerramento do contrato que cedia temporariamente o Hospital para a Faculdade de Medicina do Paraná, a Interventoria do Estado, na pessoa do senhor Manoel Ribas, toma posse do Hospital de Crianças<sup>67</sup>. O Hospital foi oficialmente doado pela Cruz Vermelha Paranaense ao Estado do Paraná no dia 19 de janeiro de 1938 (GODOY, 1992, p. 2; 1995, p.1; MACEDO, 1978, p. 17)<sup>68</sup>.

A paulatina ampliação dos atendimentos, da complexidade das ações prestadas pelo nosocômio, que "já tem vida própria", segundo **Relatório do ano de 1937** da Faculdade de Medicina do Paraná (GODOY, 1992, p. 2; FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ, 1938, p.3), estariam sinalizando outros rumos (também plurais) para o tratamento da questão da saúde das crianças em Curitiba? Uma outra parte da história do Hospital de Crianças.

---

<sup>66</sup> Segundo Macedo (1978, p.16), "para auxiliar a manutenção do Hospital de Crianças foi fundada em 1935, por senhoras da melhor sociedade curitibana, a benemérita Associação Feminina de Proteção à Infância, que no mesmo ano já concorria para essa finalidade com a importância de R\$ 3:577\$700". Sobre a cobrança pelo aviamento de receitas no Hospital de Crianças, veja nota 30 do Capítulo 2.

<sup>67</sup> Sobre a permanência da sede da Cruz Vermelha Paranaense no Hospital de Crianças depois que o nosocômio foi doado para o Estado, as informações são contraditórias (MACEDO, 1978, p.18; 22).

<sup>68</sup> A relação do governo paranaense com o Hospital de Crianças havia se estreitado sobremaneira desde 1929, quando a conclusão das obras do nosocômio foi assumida pelo Estado, no mesmo ano que foi criado pelo governo do Paraná o Serviço de Proteção à Infância (Lei nº. 2628, de 22 de março de 1929) (**Diário Oficial do Estado do Paraná**, 02/04/1929, p.1). A inclusão do Hospital de Crianças em discussões e propostas sobre cuidados amplos (inclusive asilares) com as crianças e jovens curitibanos "desvalidos" era constante nesse período (PARANÁ, 1929, p. 107).

## Fontes

### Decretos e Lei

BRASIL, **Lei nº. 173**, de 10 de setembro de 1893. Regula a organização das associações que se fundarem para fins religiosos, moraes, scientificos, artísticos, políticos ou de simples recreio, nos termos do art. 72, § 3º, da Constituição. Disponível em <http://arisp.files.wordpress.com/2008/01/lei-173-de-10-de-setembro-de-1893.pdf>. Acesso em 04/07/2011.

BRASIL, **Decreto nº. 2.380**, de 31 de dezembro de 1910. Regula a existência das associações da Cruz Vermelha, que se fundarem de acordo com as Convenções de Genebra de 1864 a 1900. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/103705/decreto-2380-10>. Acesso em 04/07/2011.

BRASIL, **Decreto nº. 9.620**, de 13 de junho de 1912. Declara de caráter nacional a Sociedade da Cruz Vermelha Brasileira. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/110010/decreto-9620-12>. Acesso em 04/07/2011.

BRASIL, **Decreto nº. 23.482** de 21 de novembro de 1933. Declara órgão central de organização federativa das associações da Cruz Vermelha a Cruz Vermelha Brasileira e dá outras providências. Disponível em <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/110011/decreto-23482-33>. Acesso em 04/07/2011.

### Folheto e Históricos

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA DR. RAUL CARNEIRO. **Histórico de Família da obra:** Hospital Pequeno Príncipe. Curitiba, (mimeo), 1993. (Biblioteca Hospital Pequeno Príncipe)

\_\_\_\_\_. **Resumo de 1922 a 1955** (documentos produzidos no próprio Hospital). (Biblioteca Hospital Pequeno Príncipe)

COSTA, O. F. da. **Associação Hospitalar de Proteção à Infância – Dr. Raul Carneiro**. (mimeo), [s.n.t.]. (Biblioteca Hospital Pequeno Príncipe)

CRUZ VERMELHA BRASILEIRA. **Histórico da Cruz Vermelha Brasileira, filial do Paraná**. Curitiba, [s.n.], 1942. (Acervo particular)

GODOY, O. F. de. **Histórico da família Godoy**. Curitiba, (mimeo), 1993. (Biblioteca Hospital Pequeno Príncipe)

\_\_\_\_\_. **Históricos do hospital** - Resumos de 1917 a 1956. Curitiba, (mimeo.), novembro, 1992. (Biblioteca Hospital Pequeno Príncipe)

\_\_\_\_\_. **Hospital de Crianças Cesar Pernetta - Resumo de 1922 a 1995.** Curitiba, (mimeo.), out. 1995. (Biblioteca Hospital Pequeno Príncipe)

**Histórico do Hospital de Crianças** - Resumo de 1922 a 1987. Curitiba, (mimeo), 1987. (Biblioteca Hospital Pequeno Príncipe)

PARANÁ, Governo do Estado do. **Centenário de nascimento de Benjamin Baptista Lins d'Albuquerque.** Curitiba: Secretaria da Educação e Cultura; Coordenação de Educação Moral e Cívica, [1976?]. 4p. (Pastas (Benjamin Lins), Seção de Documentação Paranaense, Biblioteca Pública do Paraná)

### **Livro e Sites na Internet**

HOSPITAL PEQUENO PRÍNCIPE, HPP. **Histórico da fundação.** Disponível em <http://www.hpp.org.br>. Acesso em 27/09/2009.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA, IBGE. **Como Surgiu a Cruz Vermelha.** Disponível em [http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/cruz\\_vermelha/comosurgiu.html](http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/cruz_vermelha/comosurgiu.html). Acesso em 28/07/2009.

MACEDO, H. B. de. **Hospital de Crianças Cesar Pernetta.** Subsídios para a História do Hospital de Crianças. 1ª Parte, Período 1919 – 1956. Curitiba: [s.n.], 1978.

PARANÁ ON-LINE. **O Hospital da Cruz Vermelha.** Disponível em <http://www.parana-online.com.br/editoria/almanaque/news/41394>. Acesso em 28/07/2009.

### **Mensagens do Governo**

PARANÁ. **Mensagem ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná, dirigida pelo Doutor Affonso Alves de Camargo, presidente do Estado, na primeira sessão da 15ª legislatura.** 1º de fevereiro de 1920. Curityba. Typographia da “Republica”, 1920. (Arquivo Público Paraná)

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Doutor Affonso Alves de Camargo, presidente do Estado, ao instalar-se a segunda sessão da 19ª legislatura.** 1º de fevereiro de 1929. Curityba. (Arquivo Público Paraná)

\_\_\_\_\_. **Mensagem apresentada ao Congresso Legislativo do Estado do Paraná pelo Presidente Doutor Affonso Alves de Camargo, ao instalar-se a primeira sessão da 20ª legislatura.** 1º de fevereiro de 1930. Curityba. (Arquivo Público Paraná)

## Periódicos

AMARAL, V. F. do. Puericultura obstétrica, desde a concepção. In: SOCIEDADE DE MEDICINA DO PARANÁ. **Paraná Médico**. Curitiba, Ano III, nº 4, Novembro, 1918, p. 478-480. (Biblioteca Pública do Paraná).

ARAUJO, H. C. de Souza. **Archivos Paranaenses de Medicina**, Curitiba, Anno I, maionov., nº. 2 e 7, 1920. (Biblioteca Pública do Paraná).

\_\_\_\_\_. **Archivos Paranaenses de Medicina**, Curitiba, Anno I e II, jan./março/abril/maio/junho/julho, nº. 1, 2, 3, 9, 11 e 12, 1921. (Biblioteca Pública do Paraná).

\_\_\_\_\_. **Archivos Paranaenses de Medicina**, Curitiba, Anno III, out/nov/dez, nº. 5, 7 e 8, 1922. (Biblioteca Pública do Paraná).

\_\_\_\_\_. **Archivos Paranaenses de Medicina**, Curitiba, Anno III, abril, nº. 12, 1923. (Biblioteca Pública do Paraná).

\_\_\_\_\_. **Archivos Paranaenses de Medicina**. Curitiba, Anno IV, julho, nº. 3, 1923. (Biblioteca Pública do Paraná).

\_\_\_\_\_. **Archivos Paranaenses de Medicina**. Curitiba, Anno IV, abril, nº. 12, 1924. (Biblioteca Pública do Paraná).

\_\_\_\_\_. **Archivos Paranaenses de Medicina**. Curitiba, Anno V, maio a julho, nº. 1, 1924. (Biblioteca Pública do Paraná).

ASSOSSIAÇÃO MÉDICA DO PARANÁ, **Revista Médica do Paraná**. Curitiba, Ano I, dez, nº. 1, 1931. (Biblioteca Pública do Paraná).

\_\_\_\_\_. **Revista Médica do Paraná**. Curitiba, Ano I e II, jan./março/out./nov./dez, nº. 1, 2, 4, 8 e 9, 1932. (Biblioteca Pública do Paraná).

\_\_\_\_\_. **Revista Médica do Paraná**. Curitiba, Ano III, Janeiro e Fevereiro, nº. 2, 1934. (Biblioteca Pública do Paraná).

CARNASCIALI, J. De Plácido e Silva. Sua atuação na universidade. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 20 de fevereiro de 1994, p.50 (Pastas (De Plácido e Silva), Seção de Documentação Paranaense, Biblioteca Pública do Paraná).

\_\_\_\_\_. De Plácido e Silva. Graduandos de 1917. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 de março de 1994, p.51. (Pastas (De Plácido e Silva), Seção de Documentação Paranaense, Biblioteca Pública do Paraná).

**Diário Oficial do Estado do Paraná** 1929. (Arquivo Público do Paraná).

**Diário da Tarde**, Curitiba, 1917-1923, 1927-1932. (Biblioteca Pública do Paraná).

ESPINDOLA, J. E. Cruz Vermelha Paranaense! **Paraná Médico**. Curitiba, Ano II, nº 7, Fevereiro, 1918, p. 308-310 (Biblioteca Pública do Paraná).

FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ. **Annaes da Faculdade de Medicina do Paraná**. Curitiba: Livraria Mundial, 1929 (Biblioteca Pública do Paraná).

FRANÇA, A. Uma nova maneira de explicar a acção dos soros especificos e das vaccinas. in: **Archivos Paranaenses de Medicina**. Curityba, Anno IV, nº. 3, julho de 1923, p. 91-92 (Biblioteca Pública do Paraná).

\_\_\_\_\_. Façamos a Medicina Brasileira! In: FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ. **Annaes da Faculdade de Medicina do Paraná**. Curitiba: Livraria Mundial, 1929, p. 49-57 (Biblioteca Pública do Paraná).

**Gazeta do Povo**, Curitiba, 1919-1928, 1930-1932. (Biblioteca Pública do Paraná e Museu Paranaense).

Homenagem a De Plácido e Silva. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 06 de outubro de 2005, p. 8 (Pastas (De Plácido e Silva), Seção de Documentação Paranaense, Biblioteca Pública do Paraná).

MACEDO, Heitor Borges de. **Arquivos**. Revista do Hospital de Crianças “Cesar Pernetta”, Curitiba, ano 1, nº. 1, jul. 1953a (Sociedade de Pediatria do Paraná).

\_\_\_\_\_. **Arquivos**. Revista do Hospital de Crianças “Cesar Pernetta”, Curitiba, ano 1, nº. 2, dez. 1953b (Sociedade de Pediatria do Paraná).

\_\_\_\_\_. **Arquivos**. Revista do Hospital de Crianças “Cesar Pernetta”, Curitiba, nº. 3, jun. 1955 (Sociedade de Pediatria do Paraná)..

\_\_\_\_\_. **Arquivos**. Revista do Hospital de Crianças “Cesar Pernetta”, Curitiba, nº. 4, jun. 1956 (Sociedade de Pediatria do Paraná)..

**O Dia**, Curitiba, 1923-1932. (Biblioteca Pública do Paraná).

SOCIEDADE DE MEDICINA DO PARANÁ. **Paraná Médico**. Curitiba, Ano I, nº 1, 2 e 5, ago., set. e dez. 1916 (Biblioteca Pública do Paraná).

\_\_\_\_\_. **Paraná Médico**. Curitiba, Ano I e II, nº 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9 e 10, jan., fev., março, abril, maio, set., out. e nov. 1917 (Biblioteca Pública do Paraná).

\_\_\_\_\_. **Paraná Médico**. Curitiba, Ano II e III, nº 2, 4, 7, 9 e especial, fev., abril, ago., set. e nov. 1918 (Biblioteca Pública do Paraná).

\_\_\_\_\_. **Paraná Médico**. Curitiba, Ano VII, nº 3, out. 1925 (Biblioteca Pública do Paraná).

## **Relatórios**

FACULDADE DE MEDICINA DO PARANÁ. **Relatório do ano de 1923 apresentado à Congregação da Faculdade de Medicina do Paraná pelo Dr. Victor F. do Amaral e Silva**, Diretor, em sessão de 15 de janeiro de 1924. Curitiba: Tip. João Haupt & Cia, 1924 (Biblioteca Pública do Paraná).

\_\_\_\_\_. **Relatório do ano de 1924 apresentado à Congregação da Faculdade de Medicina do Paraná pelo Dr. Victor F. do Amaral e Silva**, Diretor, em sessão de 2 de janeiro de 1925. Curitiba: Tip. João Haupt & Cia, 1924 (Biblioteca Pública do Paraná).

\_\_\_\_\_. **Relatório do ano de 1925 apresentado à Congregação pelo Prof. Dr. Victor F. do Amaral e Silva**, Diretor. Curitiba: Tip. João Haupt & Cia, 1926 (Biblioteca Pública do Paraná).

\_\_\_\_\_. **Relatório do ano de 1926 apresentado à Congregação pelo Prof. Dr. Victor F. do Amaral e Silva**, Diretor. Curitiba: Tip. João Haupt & Cia, 1927 (Biblioteca Pública do Paraná).

\_\_\_\_\_. **Relatório Geral do Anno de 1927 apresentado à Congregação pelo Prof. Dr. Victor F. do Amaral e Silva**, Diretor, em sessão de 3 de janeiro de 1928 (Biblioteca Pública do Paraná).

\_\_\_\_\_. **Relatório do anno de 1929 apresentado à Congregação pelo Prof. Dr. Victor F. do Amaral e Silva**, Diretor, em sessão de 3 de janeiro de 1930, p.36 - citação; mapas n.6 e n.11 – anexos (Biblioteca Pública do Paraná).

\_\_\_\_\_. **Relatório do ano de 1930 apresentado à Congregação pelo Prof. Dr. Victor F. do Amaral e Silva**, Diretor. Curitiba: Tip. João Haupt & Cia, 1931 (Biblioteca Pública do Paraná).

\_\_\_\_\_. **Relatório do ano de 1931 apresentado à Congregação pelo Dr. Vitor Ferreira do Amaral e Silva**, Diretor, em sessão de 4 de janeiro de 1932. Curitiba: Tipografia João Haupt & Cia, 1932 (Biblioteca Pública do Paraná).

\_\_\_\_\_. **Relatório do ano de 1932 apresentado à Congregação pelo Dr. Vitor F. do Amaral e Silva**, Diretor, em sessão de 3 de fevereiro de 1933. Curitiba: Max Roesner & Filhos Ltda, 1933 (Biblioteca Pública do Paraná).

\_\_\_\_\_. **Relatório do ano de 1933 apresentado à Congregação pelo Dr. Vitor F. do Amaral e Silva**, Diretor, em sessão de 6 de janeiro de 1934. Curitiba: Tip. João Haupt & Cia, 1934 (Biblioteca Pública do Paraná).



\_\_\_\_\_. **Relatório do ano de 1934 apresentado à Congregação pelo Dr. Vitor F. do Amaral e Silva**, Diretor, em sessão de 25 de janeiro de 1935. Curitiba: Tip. João Haupt & Cia, 1935 (Biblioteca Pública do Paraná).

\_\_\_\_\_. **Relatório do ano de 1935 apresentado à Congregação pelo Dr. Vitor F. do Amaral e Silva**, Diretor, em sessão de 10 de janeiro de 1936. Curitiba: Tip. João Haupt & Cia, 1936 (Biblioteca Pública do Paraná).

\_\_\_\_\_. **Relatório do ano de 1936 apresentado à Congregação pelo Dr. Vitor F. do Amaral e Silva**, Diretor, em sessão de 6 de janeiro de 1937. Curitiba: Tip. João Haupt & Cia, 1937 (Biblioteca Pública do Paraná).

\_\_\_\_\_. **Relatório do ano de 1937 apresentado à Congregação pelo Dr. Vitor F. do Amaral e Silva**, Diretor, em sessão de 4 de janeiro de 1938. Curitiba: Tip. João Haupt & Cia, 1938 (Biblioteca Pública do Paraná).

\_\_\_\_\_. **Relatório do ano de 1938 apresentado à Congregação pelo Dr. Vitor F. do Amaral e Silva**, Diretor, em sessão de 10 de janeiro de 1939. Curitiba: Tip. João Haupt & Cia, 1939 (Biblioteca Pública do Paraná).

PARANÁ. **Estatística Demographo-Sanitária**. (Relatório) Curitiba, 1908-1910 (Arquivo Público Paraná).

\_\_\_\_\_. **Relatório apresentado ao Governador do Estado do Paraná Dr. Francisco Xavier da Silva pelo Sr. Octavio Ferreira do Amaral e Silva Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública**. 31 de dezembro de 1902, Curitiba. Typographia da "Republica", 1903. (Arquivo Público Paraná).

\_\_\_\_\_. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Paraná Dr. Vicente Machado da Silva Lima pelo Bacharel Bento José Lamenha Lins Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública de 1905**, Curitiba. Typographia da "Republica", 1906. (Arquivo Público Paraná).

\_\_\_\_\_. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Paraná Dr. Vicente Machado da Silva Lima pelo Bacharel Bento José Lamenha Lins Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública de 1906**, Curitiba, 1907. (Arquivo Público Paraná).

\_\_\_\_\_. **Relatório apresentado ao Vice Presidente do Estado do Paraná Sr. Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva pelo Bacharel Bento José Lamenha Lins Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública de 1907**, Curitiba, 1908. (Arquivo Público Paraná).

\_\_\_\_\_. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Paraná Dr. Carlos Cavalcanti de Albuquerque pelo Dr. Claudino Rogoberto Ferreira dos Santos**

**Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública.** 31 de dezembro de 1913, Curitiba, Typ. do Diário Oficial, 1914. (Arquivo Público Paraná).

\_\_\_\_\_. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Paraná Dr. Affonso Alves de Camargo pelo Dr. Enéas Marques dos Santos Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública.** 31 de dezembro de 1916, Curitiba, Typographia Da República, 1917. (Arquivo Público Paraná).

\_\_\_\_\_. **Relatório apresentado ao Presidente do Estado do Paraná Dr. Affonso Alves de Camargo pelo Dr. Enéas Marques dos Santos Secretário de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública.** 31 de dezembro de 1918, Curitiba, Typographia Da República, 1918. (Arquivo Público Paraná).

\_\_\_\_\_. Secretaria da Educação e da Cultura. Coordenação de Educação Moral e Cívica do Paraná (COMOCI-PR). Publicação nº 19. **Centenário de Nascimento de Benjamim Baptista Lins D'Albuquerque**, 1976 (Pastas (Benjamim Lins), Seção de Documentação Paranaense, Biblioteca Pública do Paraná).

## BIBLIOGRAFIA

ANDREAZZA, M.L.; NADALIN, S.O. **Imigrantes no Brasil**: colonos e povoadores. Curitiba: Nova Didática, 2000.

APPLE, R.D. **Mothers and medicine**: a social history of infant feeding. London: The University of Wisconsin Press. 1987.

ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. 2°. Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

AUMONT, J. A parte do espectador. In: **A Imagem**. Campinas, Papirus, p. 77-96, 1993.

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BALHNA, A.P.; PINHEIRO MACHADO, B.; WESTPHALEN, C.M. Imigração e colonização. In: **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar. Vol. 1, p. 156-184, 1969.

BECCHI, E. Molte infanzie, poche storie. **Ricerche pedagogiche**. Nº. 68-9, p. 1-15, 1983.

\_\_\_\_\_. Prefazione. In: **I Bambini nella Storia**. Roma-Bari: Laterza, p. V-XVI, 1994.

BENCOSTTA, M.L. A. Arquitetura e espaço escolar: reflexões acerca do processo de implantação dos primeiros grupos escolares de Curitiba (1903 – 1928). **Educar em Revista**. Curitiba, n.18, p. 103-141, 2001.

BENVENUTTI, A.F. **As reclamações do povo na belle époque**: a cidade em discussão na imprensa curitibana (1909-1916). Curitiba, 2004. Departamento de História, Universidade Federal do Paraná. Mestrado (Dissertação em História).

BERTUCCI-MARTINS, L.M. “Conselhos ao povo”, educação contra a influenza de 1918. **Cadernos Cedes**. Vol. 23 nº. 59, p. 103-117, 2003.

BERTUCCI, L.M. **Influenza, a medicina enferma**. Campinas: Ed. Unicamp, 2004.

\_\_\_\_\_. Forjar o povo, construir a nação: ciência médica e saúde no Brasil. In: Ribera Cardó, E., Mendonza Vargas, H., Sunnyer Martin, P. (coords.) **La integración del territorio em uma Idea de Estado, México y Brasil, 1821-1946**. Ciudad de México: I.G./UNAM; Instituto Mora, p. 141-161, 2007.

\_\_\_\_\_. Educar para a saúde e o trabalho. Legislação paranaense, década de 1910. Congresso Ibero-Americano de História da Educação Latino-Americana. IX, 2009, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: CIHELA, 2009a, 11p.

\_\_\_\_\_. A onipresença do medo na influenza de 1918. **Varia História**. Vol. 25, nº. 42: p. 457-475, jul./dez. 2009b.

BERTUCCI, L.M.; FARIA FILHO, L.M. de; OLIVEIRA, M.A.T. de. **Edward P. Thompson: história e formação**. 1. ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

BLOCH, M.L.B. **Apologia da história ou o ofício de historiador**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

BUENO, A.P. **Educação e participação política**: a visão de formação de Mariana Coelho (1893-1940). Curitiba, 2010. Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Mestrado (Dissertação em Educação).

BURKE, P. (org.) **A Escrita da história**: novas perspectivas, São Paulo: Editora UNESP, 1992a.

\_\_\_\_\_. A História como Memória Social In: **O mundo como teatro – estudos de antropologia**. Lisboa: Difel, 1992b. Disponível em: <http://members.tripod.com/~muna/17.html>. Acesso em 09/08/2009.

\_\_\_\_\_. Introdução. Fotografias e retratos. In: **Testemunha ocular**. História e Imagem. Bauru: Edusc, p. 11-41, 2004.

CARVALHO, M.M.C. de **Molde nacional e fôrma cívica**: higiene, moral e trabalho no projeto da associação Brasileira de Educação (1924-1931). Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CHARTIER, R. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, São Paulo, IEA, p. 173-191, 1991.

CINTRA, E.P. de U. “**Sciencia Et Labor**” no “**Palácio de Luz**”: a institucionalização da ciência médica e a Faculdade de Medicina do Paraná (Curitiba 1912-1946). Curitiba, 2010. Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Doutorado (Tese em Educação).

CORREIA, A.P.P. **História & arquitetura escolar**: os prédios escolares públicos de Curitiba (1943-1953), Curitiba, 2004. Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Mestrado (Dissertação em Educação).

COSTA, J.F. **Ordem médica e norma familiar**. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

DE BONI, M.I.M. **O espetáculo visto do alto**: vigilância e punição em Curitiba 1890-1920. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

DE DECCA, E.S. **O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

DEMARTINI, Z. de B.F. Crianças como agentes do processo de alfabetização no final do século XIX e início do XX. In: MONARCA, C. (org.) **Educação da infância brasileira**. Campinas: Autores Associados, p. 121-156, 2001.

**Dicionário histórico-biográfico do Estado do Paraná**. Curitiba: Livraria Editora do Chain; Banco do Estado do Paraná, 1991.

D'INCAO, M.A. Mulher e família burguesa. In: DEL PRIORE, M. (org.) **História das mulheres no Brasil**. 9ª. ed, São Paulo: Contexto, p. 223-240, 2008.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FARIA, A.L.G. de. **Educação pré-escolar e cultura**: para uma pedagogia da educação infantil. Campinas: Ed. Unicamp; São Paulo: Cortez, 1999.

FARIA FILHO, L.M. de. **República, trabalho e educação**: a experiência do Instituto João Pinheiro – 1909/1934. Bragança Paulista: EDUSF, 2001.

FARIAS, F. C. de S. **A institucionalização do parto e do ensino de parteiras**: os cursos de enfermagem obstétrica da Faculdade de Medicina do Paraná/Maternidade Victor do Amaral (1922-1951). Curitiba, 2010. Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Mestrado (Dissertação em Educação).

FERREIRA, A.; GONDRA J. Idades da vida, infância e a racionalidade médico: higiênica em Portugal e no Brasil (séculos XVII-XIX). In: LOPES, A., FARIA FILHO, L.M.; FERNANDES, R. **Para a compreensão histórica da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FIGUEIREDO, B. G. Os manuais de medicina e a circulação do saber no século XIX no Brasil: mediação entre o saber acadêmico e o popular. **Educar em Revista**. Curitiba. Editora UFPR, n. 25, p. 73-59, 2005.

FONSECA, C. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 510-553, 2008.

FOUCAULT, M. O nascimento do hospital. **Microfísica do poder** 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, p. 99-111, 1984.

FREIRE, M.M. de L. 'Ser mãe é uma ciência': mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. **História, Ciência, Saúde - Manguinhos**. Vol. 15, suplemento, p. 153-171, jun. 2008.

\_\_\_\_\_. **Mulheres, mães e médicos**: discurso maternalista no Brasil. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

GARBERS, D.H.; BELTRÃO, L.F. **Uma história da pediatria no Paraná**. Curitiba: Sociedade Paranaense de Pediatria, 2003.

GANZ, A.L. **Vozes do diálogo mães e médicos na Curitiba de 1910 a 1935**. Curitiba, 1996. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná. Mestrado (Dissertação em História).

\_\_\_\_\_. Mães dialogam com médicos. In: TRINDADE, E.M. de C.; MARTINS, A.P.V. (org.) **Mulheres na história: Paraná século 19 e 20**. Curitiba: UFPR/DEHIS/Curso de Pós Graduação, p. 77-94, 1997.

GÉLIS, J. A Individualização da criança. In: ÁRIES, P.; CHARTIER, R. (Org). **História da vida Privada 3: da Renascença ao século das luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

GOLDIM, J. R.. Eugenia. **Psicologia Brasil**. Vol. 1, p. 10 - 11, nov. 2003.

GOMES, A. C. A política brasileira em busca da modernidade: na fronteira entre o público e o privado. In: SCHWARCZ, L. M. (Org). **História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea**. São Paulo: Cia da Letras. Vol. 4, p. 490-558, 1998.

GONDRA, J. G. “Modificar com brandura e prevenir com cautela”. Racionalidade médica e higienização da infância. In: FREITAS, M.C.; KULHMANN JR, M. (org). **Os intelectuais na História da Infância**. São Paulo: Cortez, p. 289-318, 2002.

\_\_\_\_\_. Homo hygienicus: educação, higiene e a reinvenção do homem. **Cadernos Cedes** [online]. Vol. 23, nº. 59, p. 25-38, 2003.

\_\_\_\_\_. Filhos da sombra: os “engeitados” como problema da “Higiene” no Brasil. In FARIA FILHO, L.M. (Org). **A Infância e sua educação – materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil)**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

GUIMARÃES, R.P. da S. **Engenheiro João Moreira Garcez: Desenhos urbanos e ousadias arquitetônicas na Curitiba dos anos de 1920**. Curitiba, 2005. Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Mestrado (Dissertação em História).

GUMPERT, M. **História da Cruz Vermelha**. Rio de Janeiro: Ocidente, 1944.

HOBSBAWM, E. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWM, E. O sentido do passado; A volta da narrativa. In: **Sobre história**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 22-35; 201-206, 1998.

HOCHMAN, G. Regulando os efeitos da interdependência: Sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930). **Estudos Históricos**. Vol. 6, nº.11, p.40-61, 1993.

KEY E. **II siglo de los niños**. Buenos Aires: Editorial Albatros, 1945.

KLEIN, H. Migração internacional na história das Américas. In: FAUSTO, Boris. (Org.) **Fazer a América**: a imigração em massa para a América Latina. São Paulo: Edusp, 1999.

KOSSOY, B. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, E. (Org.). **O Fotográfico**. São Paulo, Editora Hucitec, p. 41- 47, 1998.

KUHLMANN JR, M. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**. Fundação Carlos Chagas, São Paulo, nº.14, p.05-18, 2000. Disponível em: [http://www.anped.org.br/rbe/numeros\\_rbe/revbrased14.htm](http://www.anped.org.br/rbe/numeros_rbe/revbrased14.htm). Acesso em 17/02/11.

\_\_\_\_\_. **Infância e Educação Infantil uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

KUHLMANN JR, M.& FERNANDES, R. Sobre a história da infância. In FARIA FILHO, L.M. (Org). **A Infância e sua educação** – materiais, práticas e representações (Portugal e Brasil). Belo Horizonte: Autêntica, p. 15-33, 2004.

KUMMER, C.S. da F. “**Não esmorecer para não desmerecer**”: as práticas médicas sobre a saúde da população rural na Primeira República, 1916-1930. Curitiba, 2007. Departamento de História, Universidade Federal do Paraná, Mestrado (Dissertação em História).

LAROCCA, L. M. **Higienizar, cuidar e civilizar**: o Discurso médico para a escola paranaense (1886-1947). Curitiba, 2009. Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Doutorado (Tese em Educação).

LEBRUN, F. Um em cada dois recém-nascidos. In: LE GOFF, Jacques. **As Doenças têm história**. Lisboa: Terramar, p. 221-229, 1997.

LE GOFF, J. A História Nova. In: **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, p. 26-64, 1990.

\_\_\_\_\_. Passado/presente. In: **História e memória**. 5ª Ed. Campinas - São Paulo Editora da Unicamp, p 207-233, 2003.

LEITE FILHO, A.G. **Políticas para a educação da infância no Brasil nos anos 1950/1960**. Rio de Janeiro, 2008. Setor de Educação, Pontifícia Universidade Católica – Rio de Janeiro. Doutorado (Tese em Educação).

LEITE, M.L.M. Texto visual e texto verbal. In: Feldman-Bianco, B.; Leite, M.L.M. (Orgs.). **Desafios da Imagem: fotografia e vídeo nas Ciências Sociais**. Campinas, Papirus, p. 19-62, 1998.

LEVINE, R.M. **Pai dos pobres?** São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

LEVY, I.C. **A trajetória de Moncorvo Filho: puericultura e filantropia num projeto de assistência à infância (1901-1922)**. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 1996.

LIMA, N.T. e HOCHMAN, G. Pouca saúde, muita saúde, os males do Brasil são... Discurso médico-sanitário e interpretação do país. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. Vol. 5, nº. 2, p. 313-332, 2000.

LOPES, K.R.; MENDES, R.P.M. & FARIA, V.L.B. de (org.) **Livro de Estudo**. Coleção Pró Infantil Unidade 3. Brasília: MEC. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação a Distância, 2005.

MALUF, M. e MOTT, M.L. Recônditos do mundo feminino. In: SEVCENKO, N. (org.). **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, p. 367-421, 1998.

MARCÍLIO, M.L. **História Social da Criança Abandonada**. 2ª Edição. São Paulo: HUCITEC, 2006.

MARQUES, M. **Discursos médicos sobre seres frágeis**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2000.

MARQUES, V.R.B. **A medicalização da raça: médicos, educadores e discurso eugênico**. Campinas: UNICAMP, 1994.

\_\_\_\_\_. História de higienização pelo trabalho: crianças paranaenses no Novecentos. **Cadernos Cedes**. Vol. 23 nº. 59, p.57-78, 2003.

\_\_\_\_\_. A espécie em risco: sífilis em Curitiba nos anos 1920. In NASCIMENTO, D.R.; CARVALHO, D.M. (org.) **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, p. 277-294, 2004.

MARTINS, A.P.V. Vamos criar seu filho: os médicos puericultores e a pedagogia materna no século XX. **História, Ciência, Saúde – Manguinhos**. Vol. 15, nº. 1, p. 135-154, jan.-mar., 2008.

MARTINS, R.. **Curitiba de outr'ora e de hoje**. Curitiba: Edição da Prefeitura de Curitiba, 1922.

\_\_\_\_\_. **Quantos somos e quem somos**. Empresa Gráfica Paranaense, 1941.



MAUAD, A.M. Fotografia e História – possibilidades de análise. In: CIAVATTA, M.; ALVES, N. (Orgs.). **A leitura de imagens na pesquisa social: história, comunicação e educação**. São Paulo, Editora Cortez, p. 19- 36, 2004.

\_\_\_\_\_. **Poses e flagrantes: ensaios sobre história e fotografia**. Niterói. Editora da UFF, 2008.

MONARCA, C. (org.) **Educação da infância brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2001.

MOTA, A. **Quem é bom já nasce feito: sanitarismo e eugenia no Brasil**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

MOTT, M. L., BYINGTON, M.E.B. e ALVES, O.S.F. **O gesto que salva: Pérola Byington e a Cruzada Pró-Infância**. São Paulo: Grifo Projetos Históricos e Editoriais, 2005.

NAVARRO-SWAIN, T. Fronteiras do Paraná: da migração à colonização. In: Aubertin, C. (org.). **Fronteiras**. Brasília: Ed. UnB, p. 19-37, 1988.

NEGRÃO, A.M.M. **Infância, educação e direitos sociais: “Asilo de Órfãos” (1870-1960)**. Campinas: Publicações CMU/UNICAMP, 2004.

\_\_\_\_\_. **Genealogia Paranaense**. Vol. 1. Curitiba: Imprensa Paranaense S.A., 1926.

NEGRÃO, F. **Genealogia Paranaense**. Vol. 2. Curitiba: Imprensa Paranaense S.A., 1927.

\_\_\_\_\_. **Genealogia Paranaense**. Vol. 3. Curitiba: Imprensa Paranaense S.A., 1928.

\_\_\_\_\_. **Genealogia Paranaense**. Vol. 5. Curitiba: Imprensa Paranaense S.A., 1946.

\_\_\_\_\_. **Genealogia Paranaense**. Vol. 6. Curitiba: Imprensa Paranaense S.A., 1950.

NICOLAS, M.. **Almas das ruas**. Cidade de Curitiba. Curitiba: Imprensa Paranaense S.A. 1977.

OLIVEIRA, M. de. Origens do Brasil meridional: dimensões da imigração polonesa no Paraná, 1871-1914 **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro. Vol. 22, nº 43, janeiro-junho de 2009, p. 218-237.

PANDINI, S. **A Escola de Aprendizizes Artífices do Paraná: “Viveiro de homens aptos e úteis” (1910-1928).** Curitiba, 2006. Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Mestrado (Dissertação em Educação).

PEREIRA, J. S. **História, ciência e infância:** narrativas profissionais no processo de singularização da pediatria como especialidade. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2008.

PEREIRA, M.R. de M. **Semeando iras rumo ao progresso:** ordenamento jurídico e econômico da sociedade paranaense, 1829-1889. Curitiba: Ed. UFPR, 1996.

PIMENTA, T.S. Entre sangradores e doutores: práticas e formação médica na primeira metade do século XIX. **Cadernos Cedes.** Vol. 23, nº. 59, p. 91-102, 2003.

PIZANI, M. A. P. N. **O cuidar na atuação das irmãs de São José de Moutiers na Santa Casa de Misericórdia de Curitiba (1896-1937).** Curitiba, 2005. Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes. Educação, Universidade Federal do Paraná. Doutorado (Tese em História).

RANGEL, V.M.O Sanitarismo brasileiro dos anos 30: a aventura dos relatos dos seus agentes de campo. **Physis**, Rio de Janeiro. Vol.19, nº. 2, p. 551-552, 2009.

REIS, J.J. **A morte é uma festa.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REVEL, J.; PETER, J.P. O corpo: o homem doente e sua história. In: LE GOFF, J.; Nora, P. (dir.) **História:** novos objetos. Rio de Janeiro: Francisco Alves, p. 141-159, 1976.

ROCHA, H.H.P. **A higienização dos costumes.** Campinas: Mercado de Letras, 2002.

\_\_\_\_\_. Educação escolar e higienização da infância. **Cadernos Cedes** [online]. Vol. 23, nº. 59, p. 39-56, 2003.

RODRIGUES, L.F. **Informando crianças para formar trabalhadores conscientes. São José dos Pinhais, 2003-2006.** Curitiba, 2008. Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Mestrado (Dissertação em Educação).

ROSEN, G. **Da polícia médica à medicina social.** Rio de Janeiro: Graal, 1980.

ROSEN, G. **Uma história da saúde pública.** São Paulo: Hucitec; Ed.Unesp; Abrasco, 1994.

SANCHEZ, M. Uma história em páginas tipografadas. **Gazeta do Povo**, 02 de fevereiro de 2009. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/90anos/independencia/conteudo.phtml?id=85191> 5. Acesso em 19/10/2010.

SAUNIER, A. A vida quotidiana nos hospitais da Idade Média. In: LE GOFF, J. **As doenças têm história**. Lisboa: Terramar, p. 205-220, 1997.

SIGOLO, R.P. **A saúde em frascos**. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

SILVA, I. A. Reflexões sobre a prática do aleitamento materno. **Revista Escola Enfermagem USP** [online]. Vol.30, nº.1, p. 58-72, 1996.

SILVA, S.C.H.P.da. **De órfãos da gripe a trabalhadores. O Asilo São Luiz de Curitiba, 1918-1937**. Curitiba, 2010. Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Mestrado (Dissertação em Educação).

STEPAN, N.L. Eugenia no Brasil, 1917-1940. IN: HOCHMANN, G.; ARMUS, D. (org) **Cuidar, controlar, curar**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2004, p. 331-391

NAVARRO-SWAIN, T. Fronteiras do Paraná: da migração à colonização. In: Aubertin, C. (org.). **Fronteiras**. Brasília: Ed. UnB, p. 19-37, 1988.

TELAROLLI JR., R. Imigração e epidemias no estado de São Paulo. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**. Vol. III, nº. 2, p.265-283 jul.-out. 1996.

THOMPSON, E.P. **A miséria da Teoria ou um planetário de erros – uma crítica ao pensamento de Althusser**. Editora Zahar, Rio de Janeiro, 1981.

\_\_\_\_\_. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

TRINDADE, E.M. de C. **Clotildes ou Marias**. Mulheres de Curitiba na Primeira República. Curitiba: Fundação Cultural, 1996.

TURINA, K.F.R. **Escola Maternal: história, assistência e escolarização da infância em Curitiba (1928-1944)**. Curitiba, 2010. Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná. Mestrado (Dissertação em Educação).

VANTI, E. dos S. A fotografia e a pesquisa em história da Educação: elementos para a construção de uma metodologia. **História da Educação**, Pelotas, nº. 19, p. 121-130, abr/2006.

VEIGA, C.G. Infância e modernidade: ações, saberes e sujeitos. In: FARIA FILHO, L. M.. (org.) **A infância e sua educação – Materiais práticas e representações (Portugal e Brasil)**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 35-82, 2004.

VIEIRA, C.E. Jornal diário como fonte e como tema para a pesquisa em História da educação: um estudo da relação entre imprensa, intelectuais e modernidade dos anos de 1920. In: OLIVEIRA, Marcus, A. T. (org.) **Cinco estudos em história e historiografia da educação**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 11-40, 2007.

VIÑAO, A. Higiene, salud y educación en su perspectiva histórica. **Revista Educar**. [online]. Curitiba, Editora UFPR. 2010, n.36, p. 181-213. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n36/a13n36.pdf>. Acesso em 16/02/2011.

WADSWORTH, J. E. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. **Revista Brasileira de História**. Vol.19, nº. 37, set. 1999. <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010201881999000100006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201881999000100006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 20/04/ 2011.

WOITOWICZ, K. J. Jornalismo paranaense no início do século XX: O Diário da Tarde escrevendo a história da imprensa. In: PEREIRA, A.; TOMITA, I.; NASCIMENTO, L.; FERNANDES, M. **Fatos do passado na mídia do presente: rastros históricos e restos memoráveis**. São Paulo: INTERCOM, p. 19-44, 2011.